

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**TELMA MARIA PAULA RAINHA GOMES**

**A PRESENÇA DOS JESUÍTAS EM PRESIDENTE KENNEDY/ES  
E SUA ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS ANOS  
INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO MATEUS-ES  
2021**

TELMA MARIA PAULA RAINHA GOMES

A PRESENÇA DOS JESUÍTAS EM PRESIDENTE KENNEDY/ES  
E SUA ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS ANOS  
INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Ciência, Tecnologia e Educação, Nível de Mestrado Profissional, com área de Concentração em Educação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientador: Dr. Sebastião Pimentel Franco.

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

G633p

Gomes, Telma Maria Paula Rainha.

A presença dos jesuítas em Presidente Kennedy/ES e sua abordagem nos livros didáticos de ensino fundamental I e II / Telma Maria Paula Rainha Gomes – São Mateus - ES, 2021.

120 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Jesuítas. 2. Legado. 3. Contribuição. 4. História Local. 5. Presidente Kennedy - ES. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 372.89

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

**TELMA MARIA PAULA RAINHA GOMES**

**A PRESENÇA DOS JESUÍTAS EM PRESIDENTE KENNEDY/ES E  
SUA ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO  
FUNDAMENTAL I E II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientador**



---

**Prof. Dr. André Luis Lima Nogueira**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Prof. Dr. Thiago Nunes Soares**  
**Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

Este trabalho é dedicado a Deus, sem o qual  
nada teria sentido em existir.

À minha família, razão maior de prosseguir  
com meus objetivos e minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é um dom, uma dádiva que se faz presente em todos os momentos na vida daqueles que, como eu, aprenderam a valorizar pessoas, gestos, sentimentos verdadeiros. Assim, neste momento, desejo agradecer:

A Deus, Pai de bondade e misericórdia, razão de minha existência, e que se faz presente em todos os momentos e dias de minha vida.

À minha família, por seu amor e sua paciência, por compreender que a vitória demanda esforço e os momentos em que estive ausente ocorreram em função de alcançá-la.

Aos professores doutores, por sua partilha de conhecimentos, por seu legado e principalmente pelas orientações.

Ao meu orientador Dr. Sebastião Pimentel Franco, pela clareza com que conduziu todo o processo, por ser esse PROFESSOR dedicado e presente nas orientações (desculpe algumas falhas de minha parte rsrsrs).

A todos os funcionários da Faculdade Vale do Cricaré, pela assistência sempre presencial e, nos momentos de pandemia, pelo auxílio necessário.

Aos professores e alunos de Presidente Kennedy, para que a História local se torne realidade e possamos valorizar mais nossas raízes.

A história consiste em agrupamentos de fatos documentados ou relatados que imprimem a história de um determinado lugar. Os fatos consistem em matéria-prima que formam o fio condutor da história.

BARRETO, Sônia Maria da Costa, 2007.

## RESUMO

GOMES, TELMA MARIA PAULA RAINHA. **A presença dos jesuítas em Presidente Kennedy/ES e sua abordagem nos livros didáticos de Ensino Fundamental I e II.** 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

A dissertação versa sobre a relevância do estudo da História local e patrimonial para a formação crítica dos alunos no Ensino Fundamental. Sobretudo quanto à presença dos jesuítas em Presidente Kennedy/ES e sua abordagem nos livros didáticos de Ensino Fundamental I e II. A abordagem se justifica pela necessidade de apresentar o legado jesuítico além da escolarização, quanto à economia e à cultura do município de Presidente Kennedy, complementando a história do Brasil estudada nas escolas locais. O problema que se assenta diz respeito ao modo como os livros didáticos de História do Ensino Fundamental, adotados em Presidente Kennedy, e o programa de ensino municipal apresentam os jesuítas neste município? Objetiva-se mostrar a forma como o ensino de História das escolas de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy retrata o legado deixado pelos jesuítas ao município. Alinhados a esse objetivo, pretende-se especificamente: estabelecer a trajetória dos jesuítas no Espírito Santo e no município de Presidente Kennedy; identificar marcas do legado jesuítico na arquitetura, bem como hábitos culturais; mostrar como o legado jesuítico é apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy; refletir sobre o programa de ensino de História de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy. A metodologia de estudo envolveu a pesquisa bibliográfica, que apresentou autores que enfocaram, em suas obras, aspectos relevantes sobre os jesuítas no Espírito Santo e sobre o ensino de História no Ensino Fundamental I e II (4º ao 7º ano). A pesquisa em campo envolveu a análise dos livros didáticos, adotados pelas escolas municipais através do Programa Nacional do Livro Didático (4º ao 7º ano) e do programa de ensino, de forma a conferir o que os alunos estão aprendendo e o que os professores ensinam sobre a História local e sobre o legado dos jesuítas em Presidente Kennedy. Após os estudos, concluiu-se que o programa de ensino deve ser reformulado e o professor de História precisa complementar suas aulas, enfocando o tema jesuítico por meio de outros recursos.

**Palavras-chave:** Jesuítas. Legado. Contribuição. História local.



## ABSTRACT

GOMES, Telma Maria Paula Rainha. **The presence of Jesuits in Presidente Kennedy / ES and their approach in Elementary School textbooks I and II.** 2021. 120 f. Dissertation (Professional Master in Science, Technology and Education) – Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

The dissertation deals with the relevance of the study of local and patrimonial history for the critical formation of students in Elementary School, especially regarding the presence of the Jesuits in Presidente Kennedy / ES and their approach in the textbooks of Elementary Education I and II. The approach is justified by the need to present the Jesuit legacy in addition to schooling, regarding the economy and culture of the municipality of Presidente Kennedy, complementing the history of Brazil studied in local schools. The problem that arises is related to the way in which the history of elementary school textbooks, adopted in Presidente Kennedy, and the municipal education program present the Jesuits in that municipality? The objective is to show how the history teaching of elementary schools (4th to 7th grade) of Presidente Kennedy portrays the legacy left by the Jesuits to the municipality. Aligned with this objective, it is specifically intended: to establish the trajectory of the Jesuits in Espírito Santo and in the municipality of Presidente Kennedy; identify marks of the Jesuit legacy in architecture, as well as cultural habits; to show how the Jesuit legacy is presented in the textbooks adopted by the Elementary Schools (4th to 7th grade) of Presidente Kennedy; reflect on the history of elementary education (4th to 7th grade) of President Kennedy. The study methodology involved bibliographic research, which presented authors who focused, in their works, relevant aspects on the Jesuits in Espírito Santo and on the teaching of History in Elementary School I and II (4th to 7th year). The field research involved the analysis of textbooks, adopted by municipal schools through the National Textbook Program (4th to 7th grade) and the teaching program, in order to check what students are learning and what teachers teach about local history and about the legacy of the Jesuits in Presidente Kennedy. After studying, it was concluded that the teaching program must be reformulated and the History teacher needs to complement his classes, focusing on the Jesuit theme through other resources.

**Keywords:** Jesuits. Legacy. Contribution. Local history.

## LISTA DE SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| ABNT   | Associação Brasileira de Normas Técnicas                     |
| BNCC   | Base Nacional Comum Curricular                               |
| Capex  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. |
| ECON   | Economia   |
| ECT    | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos                  |
| FNDE   | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação                |
| Funasa | Fundação Nacional de Saúde                                   |
| IPT    | Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo                |
| JUR    | Jurídico   |
| LD     | Livro Didático   |
| LDBEN  | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional               |
| MEC    | Ministério da Educação                                       |
| PCN    | Parâmetros Curriculares Nacionais                            |
| PE     | Programa de Ensino   |
| PNLD   | Programa Nacional do Livro Didático                          |
| PPP    | Projeto Político-Pedagógico                                  |
| SEB    | Secretaria de Educação Básica                                |

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Igreja Nossa Senhora das Neves.....                 | 54 |
| Figura 2 – Fazenda Muribeca.....                               | 55 |
| Figura 3 – Capa do livro do 4º ano.....                        | 57 |
| Figura 4 – Capa do livro do 5º ano.....                        | 58 |
| Figura 5 – Capa do livro do 6º ano.....                        | 58 |
| Figura 6 – Capa do livro do 7º ano.....                        | 59 |
| Figura 7 – Trecho que ilustra capítulo do livro do 7º ano..... | 64 |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....  | 19 |
| 2.1 A RESSIGNIFICAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA .....   | 19 |
| 2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....  | 22 |
| 2.3 A HISTÓRIA LOCAL E SUA RELEVÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA<br>DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....                 | 26 |
| 2.4 A HISTÓRIA DO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DOS JESUÍTAS PARA SEU<br>DESENVOLVIMENTO.....                                 | 32 |
| <b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....  | 38 |
| 3.1 TIPO DE PESQUISA.....   | 38 |
| <b>4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS</b> .....   | 42 |
| 4.1 A RELEVÂNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL .....   | 42 |
| 4.2 PRESIDENTE KENNEDY E O LEGADO DEIXADO PELOS JESUÍTAS: A<br>FAZENDA MURIBECA E A IGREJA NOSSA SENHORA DAS NEVES..... | 52 |
| 4.3 O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE HISTÓRIA.....  | 55 |
| 4.4 OS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS.....   | 57 |
| <b>4.4.1 Estrutura das obras pesquisadas</b> .....  | 59 |
| 4.5 O PROGRAMA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO<br>EM PRESIDENTE KENNEDY do 4º AO 7º ANO.....          | 65 |
| <b>5 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS</b> .....   | 69 |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 75 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 78 |
| <b>APÊNDICE A – PRODUTO</b> .....   | 85 |

## 1 INTRODUÇÃO

Ao depararmos com as situações vividas até aqui, em ter que relatar e registrar os momentos experimentados até o presente, percebemos o quanto percorremos e como foram os resultados experienciados durante a jornada. Por outro lado, tivemos a sensação de que a vida é muito curta e o quanto é necessário correr contra o tempo para concluir as realizações ambicionadas, desde o início até agora.

As considerações são talhadas sobre recordações de um período da vida em diferentes situações, por vezes até inusitadas, de uma trajetória profissional em busca de respostas diante das inquietações profissionais para uma atuação relevante no processo de aprendizagem. No percurso desses vinte e cinco anos de docência, ministramos aulas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo que, diante das peculiaridades de cada turma, nos defrontamos com ansiedades que surgiam diante das metodologias e que regularmente não atingiam o interesse da maioria dos discentes.

A primeira experiência em sala de aula foi de grande expectativa, pois acreditávamos que poderíamos mudar a vida dos estudantes, visto que viviam no interior e em uma região bastante desprovida de serviços públicos essenciais. Trabalhamos também como coordenadora de área, atuando em conjunto com professores do Ensino Fundamental II, na tentativa de oferecer mais qualidade às aulas de História em prol dos alunos do município de Presidente Kennedy.

Diante das oportunidades, sempre buscamos por atividades diferenciadas e que pudessem despertar no aluno uma motivação no intuito de desenvolver o aprendizado. Além do mais, a metodologia de ensino na disciplina de História sempre fez parte do dia a dia, pois estamos em um tempo em que somos profissionais apegados a uma pedagogia que nem sempre alcança o desenvolvimento intelectual e o devido interesse dos alunos.

Rememorar o início da carreira é uma atividade de profunda reflexão profissional e percebemos que as nossas atitudes já não são mais as mesmas em relação à proposta de ensino-aprendizagem, embora as inquietações permaneçam. As atividades como professora ocorreram ainda no ano de 1994, época que iniciamos a graduação na Faculdade de Filosofia “Madre Gertrudes de São José”, no curso de História, finalizando em 1997. Durante esse período, as disciplinas específicas do curso, como História Contemporânea e História Medieval, despertaram grande

interesse, pois constatamos que há traços de algumas permanências históricas no aspecto social, político e cultural ideológico do mundo.

Decorrente da licenciatura, a experiência do estágio nos proporcionou observar que a prática pedagógica não pode ser estática e que cada turma tem as suas próprias especificidades de interesses. Nosso primeiro contato com a docência foi na Escola de 1º Grau “Bery Barreto de Araújo”, localizada no distrito de Jaqueira, entre os anos de 1994 a 2002.

O caminho de estudos continuou e ingressamos na Pós-Graduação *Lato Sensu*, em 2001, no curso de especialização em História do Brasil, com a pesquisa de monografia sobre os bandeirantes intitulada *O bandeirismo e sua influência na colonização do Brasil e no extermínio indígena*. A temática nos envolveu e, naquele momento, já com certa experiência na docência, o que nos incomodava era perceber que pouco ensinávamos aos alunos em relação à História local. E mais, constatamos que os estudantes conheciam bem pouco a própria história e o que podia associar dos conteúdos estudados ao que envolvia a localidade onde moravam.

Por entender que apenas em sala de aula não poderíamos buscar aproximar os alunos da História local, imaginamos que a segunda Pós-Graduação *Lato Sensu*, na área pedagógica, pudesse alterar um pouco essa realidade. Dessa forma, ocorreu, em 2009, a especialização em Supervisão Escolar, e meu interesse de pesquisa resultou no texto *O supervisor escolar mediante a indisciplina dos alunos*; com tema recorrente na atual situação educacional brasileira. A pesquisa buscava alcançar a indisciplina como algo que faltava na escola e nas aulas, pois certamente os alunos se interessariam se a metodologia e o conteúdo fossem atraentes. Mesmo com esses pensamentos, ainda faltavam subsídios e ideias que nos encorajassem a pesquisar mais profundamente.

Pleiteamos vagas em alguns concursos públicos, tendo a felicidade de alcançar resultado positivo em 2002, assumindo como efetiva numa vaga no estado do Rio de Janeiro. Durante o ano de 2008, mais uma vez obtivemos outra oportunidade de efetivação, agora no município de Presidente Kennedy, no estado do Espírito Santo.

Desde quando chegamos a esse município, o encantamento por sua história suscitava nossos pensamentos, principalmente em relação ao legado deixado pelos padres jesuítas. Percebíamos que havia pouca ênfase de alunos e colegas de trabalho em realizar pesquisas e trabalhos que abordassem essa temática da História local, continuando o ensino de História baseado em recursos didáticos externos, sem que

se explorassem as riquezas locais. O desejo de alterar essa situação perdurou nos 11 anos subsequentes.

Em 2019, houve a oportunidade de realizar o Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, momento que seria ímpar em nossa vida pessoal e profissional. Mesmo com a distância, tendo que ficar ausente de casa a cada quinze dias numa cidade desconhecida, o ímpeto em retomar aquele desejo de 2008 falava mais alto, o que nos levou a cursar este mestrado.

Retomar os estudos dez anos após a última especialização nos causava certa ansiedade, mas a força de vontade era capaz de vencer qualquer incerteza, pois sabíamos e confiávamos estar no caminho certo. Era o pontapé que nos faria pesquisar e apresentar alguma intervenção para o que desejávamos: apresentar o legado jesuítico e sua relevância para o município de Presidente Kennedy, principalmente pensando que os alunos teriam material que lhes apresentasse a História local. Esse tema estava arraigado em nossa ideia e foi o que escolhemos para o desenvolvimento do estudo.

A História local que nos é apresentada relaciona os jesuítas preponderantemente como personagens apenas que auxiliaram os colonizadores portugueses não em relação à sua relevância para o desenvolvimento do município — antes vila —, fazendo referência aos padres apenas como os responsáveis pela educação em formato catequizador. Suas obras, sua cultura e suas influências econômicas e sociais não se mostram como deveriam. Dessa forma, o problema que se assenta nesta pesquisa se configura na seguinte questão: **como foi o legado deixado pelos jesuítas ao município de Presidente Kennedy e como essa contribuição da História local pode ser ensinada aos alunos do Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) por meio dos livros didáticos e do Plano de Ensino Municipal?**

Para prosseguirmos em nossos ideais, apresentamos informações que justificam a pesquisa envolvendo o legado jesuítico no município de Presidente Kennedy.

A Educação, no Brasil Colônia, se deu de forma complexa, pois nem todos tinham o direito de estudar. Um dos principais marcos desse período foi a chegada dos jesuítas, tendo o Padre Manoel da Nóbrega como comandante.

Outro momento marcante da Educação colonial foi a instauração da primeira escola brasileira, que adotou em Salvador o ensino elementar. Logo depois, esse ensino prosseguiu para outros locais do país.

De Salvador a obra jesuítica estendeu-se para o sul e, em 1570, vinte e um anos após a chegada, já era composta por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, **Espírito Santo** e São Paulo de Piratininga) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). (BELLO, 2001, p. 1, grifo nosso)

Nesse modelo de Educação, o professor não tinha formação pedagógica e seguia a metodologia dos docentes europeus. Os ensinamentos eram baseados em materiais religiosos que propagavam a fé dos “educadores” da época.

Nesse período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra (ARANHA, 2006, p. 140).

Os educandos, em diferentes faixas etárias, eram os nativos locais, que já possuíam sua linguagem, religião e conhecimentos de seu povo, mas os jesuítas impunham seus costumes e dogmas religiosos como superiores e necessários àquele povo que ainda não conhecia a manifestação religiosa católica, sendo considerado pagão.

Essa forma de ensinamento jesuítico — a catequização — era um meio de conduzir a população da forma como consideravam mais fácil de manipulação e coerção. Os missionários afirmavam que era um meio de ensinar os indígenas a ler e escrever, considerando-os selvagens e não civilizados. Aranha (2006, p. 141), sobre isso, declara:

Desse modo, retomemos o impacto provocado nos europeus por povos tão “rudes”, “sem lei” e “sem fé”. Muitos chegavam a pensar na impossibilidade de conseguir algum sucesso no processo “civilizatório” dos nativos, enquanto para outros, incluindo aí os missionários, os indígenas eram como filhos menores, “uma folha em branco” em que se poderia inculcar os valores da civilização cristã europeia.

Além dos indígenas, a educação colonial também era direcionada aos filhos dos colonos. Para os primeiros, a ideia era catequizar/cristianizar e pacificar; para os colonos, a educação também era promovida pelos missionários jesuítas, mas no intuito de se estender bem mais adiante do que a aprendizagem da leitura e escrita (a



partir de 1573). Na época, o material “didático” utilizado nas aulas era o *Ratio Studiorum*, desenvolvido por Inácio de Loiola<sup>1</sup>.

A educação, nesses moldes, conforme citado por Aranha (2006), perdurou por 210 anos, período em que as investidas dos jesuítas iam aumentando, tanto em relação aos indígenas quanto aos filhos de colonos.

Para ter acesso, liberdade e dar continuidade à educação dos filhos dos colonos, os missionários cativavam as mulheres e as crianças. Assim, participavam, junto às famílias, do desenvolvimento e encaminhamento de seus filhos a alguma carreira, bem como conseguiam manter as famílias na fé cristã. Sobre essa orientação e a carreira, Aranha (2006, p. 141) destaca:

Era tradição das famílias portuguesas orientar os filhos para diferentes carreiras. O primogênito herdava o patrimônio do pai e continuava seu trabalho no engenho; o segundo, destinado para as letras, frequentava o colégio, muitas vezes concluindo os estudos na Europa; o terceiro encaminhava-se para a vida religiosa.

A respeito da contribuição quanto à formação acadêmica, os jesuítas interferiam nessa orientação do segundo e terceiro filho. Aqueles que não frequentavam os colégios por algum motivo recebiam os ensinamentos em suas casas, realizados por tios-padres ou capelães.

Ao final desses 210 anos, outro período surgiu, pois os jesuítas foram expulsos do Brasil<sup>2</sup>, ocasionando ruptura na educação, já que havia, de certa forma, uma organização educacional. Os missionários levaram consigo o material *Ratio Studiorum*.

Com a expulsão dos jesuítas<sup>3</sup>, o governo português chamou para si a responsabilidade da educação da população. Posteriormente, em 1772, com a

---

<sup>1</sup> [...] não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais (BELLO, 2001, p. 2).

<sup>2</sup> Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1714-1777), como uma espécie de déspota esclarecido, intentou a modernização das instituições portuguesas, entre as quais o ensino e a instrução pública. Contrário à atuação dos jesuítas, o marquês os expulsou em 1759, confiscando-lhes os bens (PAIVA, 2000).

<sup>3</sup> A Companhia de Jesus teve suas atividades suspensas na Colônia brasileira a partir de 1759, com o Decreto-lei de 3 de setembro de 1759, promulgado pelo Rei D. José I. Com a promulgação da lei, o Ministro de Estado, Marquês de Pombal, exilou de Portugal e da Colônia brasileira a Companhia de Jesus, confiscando para a Coroa portuguesa todos os seus bens materiais e financeiros. Na ocasião da assinatura do decreto pelo Marquês de Pombal, havia no Brasil 670 membros da Companhia de Jesus, incluindo noviços e estudantes, sendo repatriados para Portugal 417. Permaneceram no Brasil 253 membros, entre aqueles que ainda não haviam recebido ordens ou os

educação brasileira estagnada, sem perspectivas e sem alterações que pudessem ser consideradas relevantes, Portugal, mediado pelo Marquês de Pombal, enviou ao Brasil o “subsídio literário”<sup>4</sup>, no sentido de auxiliar a educação local, fortalecendo o ensino primário e médio (como eram denominados na época). Bello (2001, p. 2) explica o que era e em que consistia esse subsídio:

Criado em 1772 o “subsídio” era uma taxa, ou um imposto, que incidia sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente. Além de exíguo, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos à espera de uma solução vinda de Portugal. Os professores geralmente não tinham preparação para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias.

Com a mudança dos preceitos educacionais jesuíticos para a metodologia pombalina, a Educação brasileira conquistou novos horizontes, sempre avançando em busca de um ideal que a normatizasse e tornasse um pouco mais acessível, já que havia ainda dificuldade na formação de professores e somente as pessoas com condições socioeconômicas privilegiadas conseguiam estudar.

Esses conteúdos integram a primeira justificativa da escolha pelo tema: a necessidade de apresentar o legado jesuítico além da escolarização, principalmente à economia e à cultura do município de Presidente Kennedy, complementando a história do Brasil estudada nas escolas locais.

Em consulta à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatamos que as dissertações e teses desse *site* não abordam a temática sobre o legado jesuítico, sendo que as últimas publicações, referentes à contribuição jesuítica na educação e na arte principalmente, fazem menção apenas aos jesuítas e sua atuação religiosa no Brasil, Espírito Santo e alguns dos municípios por onde estiveram. Nada que envolva seu legado e outras atividades realizadas pelos padres que sejam relevantes, como arquitetura, cultura, alimentação, agricultura e outros.

A literatura consultada enfoca, de certa forma, o legado dos jesuítas, porém de modo geral, no Brasil, ou regional, no Espírito Santo, nada que cite sua contribuição

---

noviços que foram induzidos a deixarem a ordem religiosa (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2008, p. 9).

<sup>4</sup> Pelo Alvará de 5 de abril de 1771, Pombal transferiu a administração e a direção do ensino para a Real Mesa Censória, órgão criado em abril de 1768, com a qual pretendia efetivar a emancipação do controle absoluto dos jesuítas no ensino, passando então ao controle do Estado. Após esse ato, foram criadas, no Brasil, 17 aulas de ler e escrever e foi instituído um fundo financeiro para a manutenção dos estudos reformados, denominado “subsídio literário”.

em Presidente Kennedy. Nesse sentido, apresentamos a segunda justificativa pela escolha do tema em estudo: a apresentação de materiais que enfatizem a História local e a relevância dos jesuítas no município de Presidente Kennedy.

O terceiro momento de justificativa para esta pesquisa é a necessidade de elaborar e apresentar material didático que se possa utilizar em complemento à História estudada nas escolas de Presidente Kennedy, destacando a relevância dos jesuítas para a cidade e sua influência na área educacional, religiosa, social, econômica e cultural. Aqui se evidencia a importância da pesquisa para os estudantes do referido município, bem como para a população local.

Para encontrar respostas ao questionamento, imposto pela problemática do estudo, organizamos os objetivos geral e específicos. No objetivo geral, buscamos **mostrar como o ensino de História das escolas de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy retrata o legado deixado pelos jesuítas ao município.**

Para que se permita alcançar o objetivo geral, organizamos os objetivos específicos:

- estabelecer a trajetória dos jesuítas no Espírito Santo e no município de Presidente Kennedy;
- identificar marcas do legado jesuítico na arquitetura e nos hábitos culturais;
- mostrar como o legado jesuítico é apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy;
- refletir sobre o Programa de Ensino de História de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy.

A metodologia de estudo envolveu dois momentos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa em campo. A primeira apontou autores que enfocaram, em suas obras, aspectos relevantes sobre os jesuítas no Espírito Santo e sobre o ensino de História no Ensino Fundamental. Além de livros em versão impressa, também utilizamos a versão digitalizada e trabalhos acadêmicos de relevância científica, como teses, dissertações, monografias e artigos disponíveis e acessíveis em sítios de pesquisa.

A pesquisa em campo envolveu o levantamento de conteúdos programáticos utilizados em escolas de Ensino Fundamental no município de Presidente Kennedy, mais especificamente do 4º ao 7º ano. Para isso, foi feita a análise dos livros didáticos adotados pelas escolas municipais através do Programa Nacional do Livro Didático

(PNLD), de forma a conferir o que os alunos estão aprendendo e o que os professores ensinam sobre a História local e sobre o legado dos jesuítas em Presidente Kennedy.

Após a pesquisa e as discussões, é apresentado um material didático complementar sobre a temática — o produto do estudo —, baseado no que se apresenta como relevante para os professores ensinarem sobre os jesuítas e a História local de Presidente Kennedy.

O trabalho se estruturará em seções, de maneira a melhor se apresentar e a distribuir as informações elencadas. A primeira etapa deste trabalho é a introdução, em que apresentamos e contextualizamos o nosso objeto de estudo, a temporalidade e a espacialidade da pesquisa, o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e as fontes, além de evidenciar como o trabalho está estruturado.

A seção 2 abrange todo o referencial teórico, em que se enfoca a ressignificação do ensino de História, mostrando que atualmente é e deve ser bem diferente do passado, que era baseado prioritariamente no livro didático. Também aborda o ensino de História através da Educação Patrimonial, tendo em vista que os alunos, na maioria das vezes, vivem em municípios em que há locais considerados patrimônios, embora os desconheçam. Em seguida, discorre sobre a História local e sua relevância na construção da memória dos alunos, aqui enfocados do 4º ao 7º ano. Finalmente, nessa parte, se apresenta o início da História do Brasil e a contribuição dos jesuítas para seu desenvolvimento.

A seção 3 apresenta a metodologia da pesquisa, determinando o tipo, o objeto, os instrumentos para a coleta de dados e a análise destes. Por sua vez, na 4ª seção, se desenvolvem as análises e a discussão dos dados, indicando como os livros disseminam o conhecimento a respeito do legado jesuítico aos alunos do Ensino Fundamental, especificamente em Presidente Kennedy. No mesmo parâmetro, se analisou como o programa de ensino das escolas da rede municipal de Presidente Kennedy retrata o tema “jesuítas” em sua constituição e como esse conteúdo é trabalhado do 4º ao 7º Ano.

A seção 5 apresenta o material de apoio, produzido como resultado do estudo. Por fim, são feitas as considerações finais na seção 6, seguida das referências e do apêndice.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A RESSIGNIFICAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Importante abrir esta seção percebendo o quanto o ensino de História, como disciplina curricular, passou por modificações e como o professor e suas estratégias foram e são relevantes na trajetória dessa área do conhecimento, principalmente pelo fato de se mostrar mais receptivos ao novo e ao modo como este deve chegar ao aluno e se fazer aprendido por ele.

Ser professor de História hoje significa muito mais do que no passado, pois o aluno, em sua acessibilidade aos meios de comunicação e às mídias tecnológicas, tem muito conhecimento e informação próximos, ou seja, supera conteúdos de livros didáticos e de aulas expositivas. Não que eles deixem de ser importantes, entretanto é preciso que a escola, na pessoa do professor, aqui especificamente o de História, leve os alunos à busca pelo conhecimento, sem entregá-lo pronto.

Essa acessibilidade à informação agrega conhecimentos ao aluno e o faz mais autônomo no que diz respeito à pesquisa, ao conhecimento e à História, tão importante ao seu crescimento acadêmico e pessoal.

Silva, Fonseca e Silva (2010) indicam momentos frágeis e fortes da disciplina História do Brasil desde a ditadura militar até o tempo presente. Suas abordagens se traduzem em momentos de discussões, pois houve ganhos, assim como perdas, no decorrer desse existir da disciplina. O ensino de História acompanhou, em parte, o momento histórico e social em que o país se encontrou e o modo como a educação foi percebida nesses momentos.

O período ditatorial acentuou muitas posições coercitivas e opressoras que eram regidas pelo poder, a censura predominou e os conteúdos passaram a ser tratados como que com “filtro”, pois não havia como ir contra os ideais existentes. O ensino de História se limitava ao que os livros didáticos ofertavam e sempre no cunho do que interessava ao governo disseminar opressão à população, coibindo a liberdade de pensamento e expressão, com cortes, redução e alteração de muitos conteúdos relevantes.

Posteriormente, já com o fim do militarismo, a formação dos professores (década de 1990) foi alvo de preocupação destes e de busca por melhorias em suas práticas, principalmente recorrendo a cursos de Licenciatura em área específica, bem

como especializações nesse sentido. Nas décadas anteriores, a formação para docente em História era mínima, não havia exigências do sistema por graduação específica e assim surgiam, na maioria, leigos em áreas afins que não tinham muito a acrescentar às estratégias de ensino e ao conteúdo trabalhado.

Os atos governamentais, desde o Brasil Império, sempre tentaram exaltar o patriotismo e buscar formas de demonstrar à população que a ordem era o caminho para o desenvolvimento do país, mesmo que ainda arraigada aos laços portugueses.

Dessa forma, entre os anos 1939 e 1969, a ideia que se instaurou era a necessidade de tornar formal uma educação que primasse por “[...] cultura cívica e nacionalista, transformando a escola num espaço privilegiado para afirmação dos projetos de sociedade e Estado que se busca instituir” (MELO, 2005, p. 2).

Em 12 de setembro de 1969, esse projeto de Educação passou a ser obrigatório nas escolas, conforme o Decreto-lei, nº 869, que regia:

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército, e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o §1º, do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, decretam: Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País (MELO 2005, p. 2).

Não havia como as escolas optarem por essas disciplinas no currículo escolar, eram obrigatórias e permaneceram até o fim da Ditadura (1985), substituída pelo regime democrático que, aos poucos, reorganizou sua estrutura curricular de ensino. Até porque os ideais eram focados na imposição de ensinar o patriotismo acerca de símbolos nacionais, obediência ao Estado, como ocorria com os militares, não um civismo mais leve (menos coercitivo), embasado na história do próprio país, que levasse à reflexão, ao pensamento crítico, pois não havia liberdade de expressão.

No século XX, houve ainda um crescimento significativo em relação às produções acadêmicas, gerando mais subsídios para o ensino em sala de aula, apesar de que as ideias dos professores se apoiassem, em grande parte, em conteúdos ultrapassados sobre a História do Brasil, ainda refletidos em livros didáticos.

Em 1997, os Estudos Sociais foram extintos e surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais, idealizando o estudo através de eixos temáticos, a fim de ampliar os conhecimentos, o intertexto, a interdisciplinaridade e a contextualização desses eixos.

Apesar de se apoiar também nos eixos temáticos, o MEC, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, percebeu que o ensino de História abordava questões populares, mas constatou-se que no 1º ciclo de ensino (1º ao 5º Ano – anos iniciais do Ensino Fundamental) os alunos não o concluíam conhecendo a região onde moravam, o que era reconhecido quando havia os Estudos Sociais.

O crescimento das demandas dos grupos sociais também alterou o ensino de História, pois a questão elevada de manifestações de mulheres, negros, indígenas e outros, se inseriu no ensino escolar e alguns conteúdos relevantes da História foram sendo esquecidos.

A Lei nº 10.639, sancionada em 2003, ressignificou o estudo da História e da cultura afro-brasileira por meio de novas mudanças e de resgate de elementos culturais presentes e latentes em nossa sociedade. No entanto, alterada pela Lei nº 11.645/08<sup>5</sup> (BRASIL, 2008), que torna obrigatório o ensino da História, Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena no sistema oficial de ensino público e privado, está aquém do esperado.

Com relação ao cotidiano da sala de aula das escolas, pesquisas recentes revelam que o cumprimento da Lei nº 10639/2003 (BRASIL, 2003), alterada pela Lei nº 11645/08 (BRASIL, 2008), é precário. Uma das dificuldades está na concepção equivocada de muitos educadores no texto da referida lei, pois acreditam que, para implantá-la, é necessário mudar o currículo de base eurocêntrica para um de base africana. No entanto, seu texto refere-se à inclusão dessa base ao currículo oficial, o que não significa substituir o currículo oficial, apenas incluir conhecimentos sobre culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Essas culturas, que fazem parte da formação cultural do Brasil, foram negligenciadas pelo silêncio, pela interpretação estereotipada e ainda, muitas vezes, colocadas em condições de inferioridade em relação à cultura europeia transplantada no Brasil pela classe dominante.

Outra dificuldade está na formação dos professores, pois um número importante de docentes, na formação inicial, teve como base a proposta curricular tradicional para os cursos de Licenciatura, como História, Língua Portuguesa e

---

<sup>5</sup> Lei 11645/2008 (BRASIL, 2008), altera a Lei nº 9394,1996 (BRASIL, 1996), modificada pela Lei nº 10639/2003 (BRASIL, 2003), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'.

Matemática. Esses cursos não dispõem em sua grade curricular uma disciplina voltada para a História da África.

O ensino de História se configura como um redesenhar de elementos formativos dos cidadãos, são fatos, momentos, evidências que ocorreram e ocorrem e que se delinham em conteúdo factual, o que são apontamentos da Base Comum Nacional Curricular (BNCC/BRASIL, 2016).

Assim, o próximo item enfoca o ensino da disciplina de História por meio da Educação Patrimonial, apontando para a formação cidadã dos alunos, de forma que se percebam parte das ocorrências históricas do lugar onde vivem, que ampliem esse pertencimento à cultura, aos lugares constituídos como pontos turísticos ao povo, enfim, à sua história e a dos demais moradores locais. Quando essa compreensão se faz de maneira mais profunda, por meio da escola e de seus sujeitos, o pertencimento em relação à historicidade local passa a se agregar ao ensino, através da Educação Patrimonial, que enfocaremos a seguir.

## 2.2 O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Inicialmente, antes de tratarmos da educação patrimonial, é importante recorrermos a alguns conceitos ou definições a respeito do que vem a ser “patrimônio”, palavra cognata e primitiva, de onde se produz a derivação o termo em estudo “patrimonial”.

Conforme o dicionário online Michaelis (acesso em 22 abr. 2020), a etimologia da palavra é latina (*patrimonium*), cujo gênero é masculino, e com quatro definições para o termo:

- 1 Herança paterna.
- 2 Bens de família.
- 3 REL Em tempos passados, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico.
- 4 Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade.

Assim, todas as explicações nos levam ao entendimento de patrimônio associado a bens, tanto em âmbito material quanto imaterial. Tais significados se aplicam melhor em contextos sintagmáticos, ou seja, em frases, de maneira que se compreenda sua significação.



Patrimônio nacional, JUR: todos os bens do domínio da União ou próprios nacionais: bens imóveis, material bélico, terrenos e acrescidos de marinha e outros.

Patrimônio líquido, ECON: diferença entre a soma de todos os bens e direitos de pessoa física ou jurídica e suas obrigações.

Patrimônio bruto, ECON: conjunto de bens, direitos e obrigações de pessoa física ou jurídica sem deduções.

Não se constatou nenhuma referência ao patrimônio como registro histórico, apenas a bens capitais e alienados à jurisprudência brasileira, nada que seja direcionado à área de ensino. Ao conceituar o vocábulo, Rocha (2012, p.01) declara que,

[...] quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

A autora associa patrimônio tanto aos bens materiais que se tornam herança, como casas, imóveis, dinheiro e outros quanto aos que são repassados em forma memorística, ou seja, o que os antepassados produziram e ficou para a posteridade, como algo histórico ou cultural, de forma coletiva ou pessoal.

Oliveira e Loures Oliveira (2008) corroboram esse pensamento, quando analisam o patrimônio como sua história própria, podendo ser material, imaterial, edificado ou arquitetônico, artístico, arqueológico, religioso e da humanidade. Por meio dessa materialidade, eles ressaltam que as pessoas são capazes de reafirmar sua identidade cultural, conhecendo seu passado histórico. Silva (2017, p. 2) define a palavra “patrimônio”:

O patrimônio histórico sociocultural do povo brasileiro vai muito além das diferenças culturais e é repleto de múltiplas manifestações, de várias naturezas: material, imaterial, científico, artístico e ambiental. Cabe a cada comunidade construir para si o significado de quais são os elementos constituintes da sua identidade local e coletiva e preservar os seus lugares de memória.

Ao analisarmos sua concepção, percebemos que a autora elenca o âmbito histórico, social e cultural de um povo, no caso, o brasileiro, respaldando a ideia que também alimentamos sobre o termo, e percebemos mais além que, se o professor de História trabalhar o ensino de sua disciplina baseado na Educação Patrimonial, ele assegura que seus alunos estejam se apropriando do que lhes pertence, como povo e nação.

## A Constituição brasileira estabelece o que é Patrimônio Cultural:

Art. 216 Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico (BRASIL, 1988).

Essa elucidação do Patrimônio Cultural brasileiro, expressa em nossa lei magna, esclarece que o termo não se refere apenas a lugares ou monumentos construídos; sua abrangência é mais ampla, principalmente porque a cultura e história nacional são muito ricas de evidências materiais e imateriais que as certificam, que vão desde locais, documentos, músicas, criações, até manifestações e tantas outras formas. Essas evidências precisam ser conservadas, mais ainda, devem integrar as salas de aula em escolas pelos país, agregando a Educação Patrimonial ao ensino já existente.

De acordo com Pacheco (2017, p. 70)

Assim como as operações matemáticas têm que nos ajudar a pensar matematicamente os problemas do mundo material e a língua deve qualificar a forma de comunicação, as ciências da natureza devem explicar os fenômenos que afetam nossa vida. Mas também o conhecimento histórico escolar deve auxiliar na compreensão das relações sociais concretas vivenciadas pelo estudante. O estudo de conceitos abstratos como Estado, sociedade, cultura, comumente utilizados para analisar contextos históricos e sociais distantes devem ser aplicados e comparados com situações concretamente vivenciadas no contexto social do aluno.

Nesse sentido, percebemos a relevância do conhecimento histórico no auxílio às relações sociais do aluno, tanto na vida pessoal, quanto nas interações escolares. Assim, o estudo sobre o patrimônio, subsidia os estudantes na compreensão de sua própria vida, a partir de vivências, experiências e outros elementos que o constituem.

Ao pesquisarmos sobre a Educação Patrimonial, deparamos com Medeiros e Surya (2012, p. 279), que apresentam sua especificação como

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Na maioria das vezes, o aluno ingressa na Educação Infantil, passa pelo Ensino Fundamental e conclui o Ensino Médio e não é capaz de reconhecer o patrimônio do

local onde vive, não lhe foi apresentada ou sugerida a instrumentalização de pesquisa para que saiba o motivo por que algum personagem, fato ou patrimônio histórico ou cultural existem ali. Os alunos os veem apenas como pontos turísticos ou fatos/personagens históricos, sem, de fato, saber o que dizer sobre eles, caso necessário. Os autores ainda complementam seu enfoque, quando afirmam:

Sem dúvida, a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e da comunidade, e à valorização de sua cultura (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 279).

Ratificamos sua afirmação, pois, na maioria das vezes, os indivíduos permanecem num mesmo lugar por muito tempo (a vida praticamente toda), os indivíduos de determinado lugar passam a vida toda ali, trafegam pelas vias públicas e locais com monumentos, espaços de visitação, estatuetas, igrejas e outros sem reconhecerem sua história de vida e sua existência. É como se alguém tivesse colocado um marco em uma praça ou construído uma igreja pelo simples fato de construir. A Educação Patrimonial é uma forma de levar esse conhecimento aos cidadãos; no caso da escola, também alunos.

Neste sentido, é como uma alfabetização cultural, algo que através de estratégias variadas vai se perfazendo, seja em forma de pesquisa bibliográfica, entrevista, fotografia, seja em visitas culturais e instrumentos que façam os alunos construir o que precisam e descobrir para que o conhecimento chegue de maneira mais significativa.

Para que a Educação Patrimonial assuma seu espaço na escola, ela não precisa ser destacada, não é preciso tampouco que deixem de lado o que o currículo traz, mas é necessário um estudo concomitante, que agregue elementos do passado e do presente a elementos dos espaços onde vivem, circulam, para que se atribua seu devido valor.

O ensino de História no Ensino Fundamental deve estar focado não somente nos conteúdos programáticos constantes nos livros didáticos, porém deve se voltar também à cultura local, à relevância da história dos alunos e de seu município. Dessa forma, é importante que o professor os incentive ao estudo do Patrimônio Cultural Imaterial em sua cidade, levando-os a pesquisar, a produzir variadas manifestações

(mosaico, entrevista, pintura, fotografia e outras) e também a visitar os locais, como forma de exploração *in loco*.

Para Maltêz e outros (2010), as práticas escolares envolvendo a Educação Patrimonial se traduzem em muitas possibilidades, apesar de que, na realidade, apareçam restritas acerca do tema, pois permitem que os temas se agreguem ao conteúdo curricular e à vivência dos alunos.

Conforme as autoras, parafraseando as ideias de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a Educação Patrimonial na escola aponta para um trabalho contínuo e sistemático, tendo o patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento que colabora com o aprendizado individual e coletivo dos alunos. Por meio do contato com manifestações culturais, os alunos se apropriam de sua herança cultural e passam a valorizá-la. Assim, a Educação Patrimonial desenvolvida nas escolas oportuniza também que os alunos conheçam e valorizem a História local, de sua cidade, seu bairro, sua rua. Alunos do Ensino Fundamental precisam ter contato com fatos, personagens e evidências que retratem sua vida e a dos demais moradores daquele mesmo espaço geográfico. Isso constitui sua memória, que vai se construindo pouco a pouco e contribuindo para que se sintam parte de todo esse processo sociocultural.

### 2.3 A HISTÓRIA LOCAL E SUA RELEVÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O aluno do Ensino Fundamental (aqui, especificamente do 4º ao 7º Ano) se constitui por crianças e adolescentes que buscam o aprendizado para a vida, para o trabalho, de forma mais dinâmica e contextualizada. Nesse nível de ensino, a História se integra às demais disciplinas, agrupadas na área de Ciências Humanas.

É importante que o ensino em História seja pautado em pesquisa, em materiais atualizados sobre o assunto estudado e na articulação dos alunos, ou seja, baseado em debates, discussões e seminários, formas elementares podem fazê-los participar mais ativamente.

Além dos temas tradicionalmente constantes no currículo do 4º ao 7º ano, o professor dessa área do conhecimento deve inserir artigos, histórias em quadrinhos, músicas, imagens, charges e outros textos que possam aprimorar o leque de conhecimento para que o aluno faça suas intervenções e comparações.

O uso de tecnologias e mídias, além dos textos, também contribui para o dinamismo nas aulas e para que os alunos se interessem mais em participar; afinal, fora da sala de aula eles mantêm contato direto e constante com elas. É necessário não trabalhar de forma longa, mas buscando simplificar os conteúdos e utilizando uma linguagem que alcance a faixa etária dos alunos.

Como objetivos, além de trabalhar com metodologias mais simples e acessíveis, o professor pode proporcionar um ensino que vise criticar, analisar e interpretar documentos, textos e fontes históricas e/ou afins; produzir textos como análise do processo educativo, baseado em temas abordados nas aulas.

O trabalho nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental precisa estar voltado à investigação do aluno ante ocorrências, fatos, vestígios históricos, sempre buscando associar sua realidade ao contexto social. A História não pode se resumir a uma disciplina apenas, mas aquela que vai mexer com o aluno, com seu pensar crítico, com a reflexão que fará a respeito de cada momento de aprendizagem, mesmo que seja discordando do que estudou. A contextualização dos conteúdos é essencial na vida do aluno, tanto a acadêmica quanto a pessoal, pois assim ele alcançará a aprendizagem significativa e não apenas o estudar por estudar.

Presidente Kennedy possui uma rica história cujas evidências se encontram nos pontos turísticos de relevância nacional, em histórias orais através de moradores antigos e fatos históricos que guardam um pouco dessa memória. Todas essas fontes sobrevivem com resquícios de uma história triste de abandono pela sociedade civil, além de um forte marco de escravidão dos africanos, de trajetória indígena e de jesuítas no passado, uma vez que não há um resgate memorial eficaz e uma literatura que a propague e ensine de maneira contínua, mas apenas recortes históricos condensados.

Em outro momento, na elaboração de um projeto interdisciplinar envolvendo a temática “História de Presidente Kennedy”, observou-se que as escolas municipais não desenvolvem, como preciso, aulas sobre a História local de forma efetiva e dinâmica. Explica-se que as abordagens são superficiais, sendo mais descritivas, muitas vezes, apenas no mês de emancipação da cidade.

Após essas constatações, percebemos a relevância desse tema por entender que o ensino de História no Ensino Fundamental deve estar focado não somente nos conteúdos programáticos constantes nos livros didáticos; deve se voltar também à

cultura local, à relevância da história dos alunos e de seu município, dando prosseguimento ao estudo programático, de maneira concomitante.

Assim como a escola e seus recursos devem acompanhar as variedades que o aluno possui em seu mundo exterior, a escola precisa perceber também que sua sala de aula não pode mais ser compreendida como um local que abriga pessoas vistas de forma homogênea, passivas diante de tudo o que lhes é ensinado. Ao contrário, o professor deve conceber suas turmas como formadas por cidadãos críticos, pensantes e diferentes em vários sentidos (NISHIKAWA, 2009).

A prática e os saberes que podem ser observados no professor de História são o resultado da apropriação que ele fez da prática e dos saberes histórico-sociais. A apropriação é uma ação recíproca entre os sujeitos e os diversos âmbitos ou integrações sociais. Só que elas são diferentes nos sujeitos, isto é, eles se apropriam de diferentes coisas em função de seus interesses, valores, crenças etc. Isso é demonstrado pela diferenciação existente entre o comportamento dos professores que seguem propostas pedagógicas distintas, refletindo e antecipando sua história.

Estar em contato com fontes históricas, concomitantemente aos estudos, é poder fazer constantes observações e comparações acerca do que ocorre no presente, pois o aluno passa a compreender melhor alguns processos sociais a partir das evidências do passado, compreendendo a sociedade atual, problemas, avanços, desenvolvimento, recursos naturais e outros dados. Essa troca de conhecimentos entre teoria e prática é muito interessante, porém, é necessário destacar que, de certa forma, dá uma sensação de impotência saber que os problemas têm solução e que a escola sozinha não tem como solucioná-los, deixando sua autonomia de lado e se subordinando às políticas públicas (NISHIKAWA, 2009).

Convém que os vários âmbitos sociais, como escola, família, igreja, entre outros, tomem como sua a tarefa que lhes cabe, para que não sobrecarregue a escola — como se vê — e para que também participe do crescimento dos educandos (NISHIKAWA, 2009).

Compreendemos a educação como uma ação essencialmente humana, pois nenhum outro ser vivo é capaz de realizá-la. Além disso, ela faz com que os indivíduos ensinem, aprendam entre si. Pereira e outros (1980, p. 46) conceituam a educação como uma arte, de natureza ética. E toda arte, é, em si mesma, uma tendência dinâmica em direção a um objetivo, de influência intencional, de sentido transcendente determinado.

De acordo com Bello (2001), quando se parte de um adequado conceito de educação, que não é uma mera adaptação ao meio ambiente, a educabilidade do ser humano é uma consequência de sua imperfeição original, como um ser que, possuindo algumas qualidades atuais, tem numerosas qualidades potenciais, que se aperfeiçoam pela ação educativa. A hereditariedade não implica a negação da educabilidade humana, pois, se bem que exista um caráter inato, que até certo ponto, é solidário da herança, esse caráter é perfeitamente modificável pelas influências do meio e sobretudo por aquelas que constituem a educação. Daí surgem os primeiros questionamentos: a educação é um ato legítimo? Ela é uma necessidade para o ser humano?

Percebe-se que a legitimidade da educação tem seu fundamento no próprio fim intrínseco do homem, que é a perfeição de sua natureza, no que está a própria felicidade, que sendo um bem absoluto, não depende sua aceitação da vontade humana. Já a necessidade da educação, segundo os especialistas no assunto, decorre do fato de não poderem os atributos potenciais do homem passar ao ato senão mediante a ação de um ser já atualizado e, também, da indeterminação das faculdades humanas, que precisam de hábitos adequados para se ordenar à sua finalidade própria. A necessidade da ação educativa refere-se não apenas à hetero-educação, como à autoeducação, não só à educação no escrito sentido, como no sentido social (PEREIRA *et al.*, 1980, p. 90).

Trabalhar a História local, a história individual e social dos alunos passa a aproximar a disciplina dos educandos, sendo mais atraente, interessante e fácil de aprender.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) BRASIL, 1997) para o Ensino Fundamental, implantados pelo Ministério da Educação (MEC) no final da década passada, é previsto para a área de História o estudo dos seguintes eixos temáticos: História local e do cotidiano, desdobrada em dois subitens — localidade e comunidades indígenas —; história das organizações populacionais, subdividida em deslocamentos populacionais, organizações e lutas de grupos sociais e étnicos, e organização histórica temporal (BATTINI; ALBIAZZETTI; SILVA, 2009).

Pode ser que a causa do fracasso escolar esteja diretamente relacionada à prática pedagógica do professor, pois é o avaliar de acordo com seus critérios os procedimentos que se transformam no ato responsável pela exclusão ou inclusão do educando na instituição (NISHIKAWA, 2009).

Nesse sentido, estudar História está muito além do livro didático, das aulas expositivas ou de qualquer outro recurso que prenda o aluno em ideologias de quem

ensina. Ao participar da aula de História, o aluno precisa interagir, integrar-se em pesquisas, em momentos de sentimento e de resgate ao passado para compreender o presente.

Os fatos que ocorrem na atualidade também precisam ser resgatados pelos alunos e pelo professor, em discussões, debates, pesquisas em campo, pois eles são História presente e viva do que mais tarde (no futuro) formará o passado (BATTINI, ALBIAZZETTI, SILVA, 2009). Assim, as aulas de História precisam ser dinâmicas e motivadoras, para que os alunos tenham desejo de buscar conhecimentos e para que aprendam de forma significativa com possibilidade de compreender suas origens e o lugar que ocupam no espaço/tempo.

Enfim, a História ensinada nas escolas deve ter em seus objetivos a formação crítica dos alunos, pois o conhecimento os auxiliará em sua formação cidadã. Não se estuda apenas para o contexto escolar, mas para a inserção social, para a compreensão do indivíduo sobre seu papel no mundo (NISHIKAWA, 2009).

Além do conteúdo teórico curricular, importa que os alunos participem de momentos de pesquisa, construção e reconstrução da História imaterial, de forma a detectar períodos referentes à História de Presidente Kennedy, importante no cenário nacional, por também integrar a História do Brasil.

A prática docente voltada à História local se configura como valorização da identidade dos alunos, assumindo a História no ensino das escolas municipais locais e mostrando que ela constitui a identidade de um povo, de um local, a fim de ser valorizada com estudo e preservação.

Estudar a História do local em que se vive faz com que os alunos compreendam ocorrências atuais. Por exemplo, ações humanas do passado, como o desmatamento, a caça predatória e as invasões territoriais resultaram em problemas ambientais do contexto contemporâneo, como: a escassez da água, a existência de favelas, as desigualdades sociais, entre outros.

Moraes e Costa (2009) afirmam que a natureza distancia-se de seu caráter próprio à medida que o trabalho humano a incorpora ao espaço, passando a ser monopolizada e privatizada, conduzindo para um sistema histórico de separação entre os homens e "seu" espaço, quando a apropriação pode ser considerada como um momento prévio e necessário para a valorização. Aqui destacamos que a apropriação dos alunos é se sentir parte do processo histórico local, é uma ação de pertencimento.



Assim, a lógica da disposição do solo no modo capitalista mistura-se com a lógica do capital, em que o solo, segundo Martins, Ramires e Soares (1997, p: 61), “[...] é visto como mercadoria — cara e escassa, onde passa por especulação com objetivo do lucro”.

Tudo isso é História. É interessante para os alunos e os professores resgatarem a memória do local onde vivem por meio de suas personagens ou de seus descendentes. A história regional, no contexto de vida dos alunos, é um caminho possível e deve ser investido nas escolas.

A História que se apresenta para o estudante, na escola (um dos principais espaços sociais, após seu lar), é bem distante da história de que ele participa. É no espaço escolar que ele desenvolve suas primeiras experiências sociais e nesse local estará conhecendo outros conceitos, na maioria das vezes bem diferentes dos seus.

Essas divergências conceituais vão dificultar a aprendizagem, pois palavras, atitudes e informações, entre outros, se apresentarão nas aulas pelo docente de outra forma que a aprendida no espaço em que o aluno vive. Por exemplo, ele reconhece personagens de seu cotidiano, fatos que ouve serem narrados desde que nasceu, mas na escola precisa se “despir” de seus conhecimentos para aprender sobre personagens e fatos históricos bem distantes de si e datas irrelevantes para sua formação. Obviamente outros contextos históricos também são importantes, porém é preciso conhecer mais a si e ao que integra a história de seu mundo social antes de aprendê-los.

A leitura de mundo passa a, muitas vezes, não condizer com a leitura escolar desenvolvida nas aulas de História, principalmente porque seus professores não consideram relevante ou porque sua formação acadêmica não oportunizou esse conhecimento.

Dessa forma, o aluno conhece no contexto de vida, mas não consegue conhecer nas aulas dadas na escola, pois não se configura como significativo para ele. Coll, Palacios e Marchesi (*apud* CAMARGO, 2012, p. 04) destacam que

[...] Ausubel considera evidente que a principal fonte de conhecimentos provém da aprendizagem significativa por recepção. A aprendizagem por descoberta e, em geral, os métodos de descoberta têm uma importância real na escola, especialmente durante a etapa pré-escolar e os primeiros anos de escolaridade, assim como para estabelecer os primeiros conceitos de uma disciplina em todas as idades, e para avaliar a compreensão alcançada mediante a aprendizagem significativa [...].

Aprender, na escola, é conhecer e reconhecer. Vai muito mais além do que a instituição imagina com suas sistemáticas e seus planos bem elaborados. A aprendizagem para o aluno ocorre quando ele entende o conteúdo como significativo, como algo que será útil em sua vida.

## 2.4 A HISTÓRIA DO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DOS JESUÍTAS PARA SEU DESENVOLVIMENTO

Este subitem se faz relevante por desenhar a trajetória dos jesuítas no Brasil, não apenas como um conteúdo trabalhado em si, mas como conhecimentos de que eles foram coparticipantes da construção de nossas raízes históricas, pois eram os que, de certa forma, mantinham mais contato com os indígenas. A aproximação possibilitava que os jesuítas aprendessem parte das suas características nativas, como também ensinassem aos nativos sua cultura de civilização. Ao menos era assim que pensavam.

Não há como desenvolver este trabalho de pesquisa sobre os jesuítas sem narrar a sua história inicial do Brasil Colônia. Deixar de lado seria como ignorar o seu legado e sua importância no cenário histórico brasileiro. A História que nos foi ensinada no contexto escolar é a de que, com a colonização do Brasil, alguns portugueses, entre outros povos, coabitaram essas terras, e os jesuítas se incluem nessa população inicial.

Como no período aproximado do ano 1500 havia uma necessidade emergente de que os colonizadores precisavam “domesticar” os indígenas, pois estes se mantinham assustados em receber pessoas que estavam ali para invadir seu espaço, os padres jesuítas atuaram nesse intuito, o de buscar uma forma de aproximação com esses nativos, de maneira que não reagissem agressivamente, deixando que a embarcação aportasse e realizasse o reconhecimento do território.

Para Ferreira Júnior e Bittar (2007), com outra intenção, os jesuítas acompanhavam os nobres e os navegadores transmitindo essa imagem de que as grandes navegações se constituíam progresso para Portugal, pois assim os indivíduos podiam se render ao que lhes era ensinado.

Além dessa missão evangelizadora, havia muito trabalho, pois os indígenas não eram católicos e não compreendiam o latim, forma como eram realizados os eventos/rituais religiosos na época. Assim, era preciso que os nativos abandonassem

suas crenças e rituais para seguir algo que não fazia parte de sua cultura religiosa. Recebiam esse ensino dogmático como prisioneiros, não estavam livres para escolher ou para participar. As ações eram coercitivas, pois havia uma obrigação em serem catequizados.

Os padres jesuítas acompanhavam os desbravadores em suas navegações e invasões em terras que para eles eram “descobertas” e os religiosos passavam a ideia de que estavam ali para rezar e ensinar, pois os que não eram católicos carregavam o rótulo de pagãos; quem não falava ou conhecia a língua portuguesa deveria abandonar seu conhecimento linguístico para aprendê-la. Isso demandou bastante tempo e assim também ocorreu no Brasil Colônia (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2007).

Poucos jesuítas integravam a caravana de colonização e o trabalho a se fazer era muito, pois havia bastantes índios a serem envolvidos na “pacificação” e catequização. Assim, por volta do ano 1549, os padres da Companhia de Jesus desembarcaram no Brasil, acompanhando a comitiva do então governador-geral, Tomé de Souza. Após dois anos, os padres aportaram no Espírito Santo.

Sobre o surgimento da Companhia de Jesus, Hernandes (2010) explica que, no início do século XVI, como as populações europeias transitavam da era medieval para a Idade Moderna, havia contradições que circundavam a ideia entre “[...] o velho e o novo homem, entre o antigo e o novo mundo europeu”. Em função dessas ideologias contraditórias, surgiu uma ordem religiosa missionária, arraigada a pensamentos de cavalheirismo de salvação da “Jerusalém terrestre e celeste”.

A Companhia, como se sabe, é composta de membros, que têm, a um tempo, caráter regular e secular; são membros de uma ordem religiosa com estatutos e autoridades próprias e do mesmo passo são sacerdotes ordenados que exercem todas as funções dos demais sacerdotes. Ao contrário das outras ordens religiosas, vivem no século, no mundo; e a Companhia tem caráter sumamente empreendedor e combativo. Sua mesma designação de Companhia já indica o caráter de milícia, assim como a organização, disciplina e espírito de obediência, tudo para a maior glória de Deus (*Omnia ad Majorem Dei Gloriam* ou, abreviadamente, A.M.D.G.). Dependem os membros de um Geral e, em cada nação, de um provincial, embora submetidos à autoridade do Papa (LUZURIAGA, 1975, p. 118-119).

A Ordem surgiu como uma reação de combate à Reforma Protestante<sup>6</sup>, pois a Igreja Católica se posicionava com instrumentos da Contrarreforma, agindo em busca

---

6 A Reforma Protestante foi um movimento religioso que, no século XVI, agitou o mundo cristão, provocando uma cisão na Igreja Católica e na maior parte das populações do norte da Europa (GOMES; LAGES, 2017, p. 945).

de reduzir o grande avanço protestante naquele período. Em suas metas, tinha duas estratégias precípuas: a educação de homens e de índios; por meio da ação missionária, conversão dos povos das regiões em colonização ao catolicismo.

Suas atividades se estendiam em muitos locais, tendo como premissa essa busca por disseminar a religião católica com coerção e perseguição àqueles que se opunham aos ideais pregados pelos que compunham a Companhia, em nome da Igreja, em nome de um Deus rígido, apesar de pregar continuamente um ser totalmente do bem, que perdoava, que era complacente com o ser humano, apesar de suas falhas.

Com a propagação e as ações da Companhia de Jesus, que conseguia avançar, mesmo com algumas dificuldades opositivas de pessoas que não aceitavam seguir aquela Igreja poderosa e opressora, o rei Dom João III demonstrou interesse nas atitudes dessa ordem religiosa, convocando-a para “[...] transformar ‘as Índias’ Orientais e Ocidentais e tornar seus habitantes cristãos e católicos” (HERNANDES, 2010, p. 223).

Sua função, como jesuítas, era ensinar os índios por meio da conversão ao cristianismo com métodos muito rígidos. Percorriam todas as áreas possíveis, mesmo os sertões mais complexos em termos de acessibilidade, mas não desistiam de propagar a fé cristã e católica. O desconhecimento das novas terras, a imprecisão cartográfica e os poucos recursos da época atrasavam as atividades que se estendiam, de maneira que acabavam residindo por um período nos lugares por onde passavam, conhecido pelo termo “aldeamento”.

Nesses locais, os próprios indígenas, acolhidos e ensinados pelos jesuítas, eram responsáveis por construir uma igreja e uma residência anexa, para que os padres se abrigassem. Também eram ensinadas técnicas de agricultura básica, para que dali retirassem sua forma de subsistência, durante o período que estivessem ali. Ressalta-se que a agricultura não era uma forma integrada à cultura indígena, pois os nativos sempre tiveram a ideologia de que o homem pode extrair da natureza o que lhe é necessário, mas não deve esgotar os recursos naturais ali existentes. Por isso, colhiam os frutos, caçavam, pescavam, mas não destruíam o que recebiam do meio ambiente, permitindo que ele se renovasse. Nos momentos em que não estavam trabalhando na agricultura e em outros trabalhos, eram organizados para a catequização (HERNANDES, 2010, p. 223).

Os jesuítas converteram muitos nativos; outros, mais hostis, eram dizimados em confronto com os colonizadores, pois a ideia de ser “refém” de uma vida de prisioneiro, escravizada era inaceitável, fator que levavam a agir contra os portugueses, em luta corporal e com as armas rudimentares que possuíam. No entanto, ficavam em desvantagem e acabavam morrendo ou cedendo aos seus inimigos. Na realidade, os padres asseguravam à Coroa Portuguesa a posse dos territórios, terras usufruídas e conservadas pelos indígenas e sua respectiva tribo. Nesse período, destacam-se as “reduções”, os “descimentos” e os aldeamentos indígenas.

O fato de os colonos estarem presentes em terras antes habitadas por tribos indígenas criava uma sensação de oponência e de rivalidade porque, para os que estavam chegando (colonizadores), a posse da terra e de suas riquezas dependia de seu alcance. Assim, contavam com os jesuítas em suas expedições a fim de intermediar as relações e aproximar-se dos indígenas, que eram catequizados e recebiam tratamento amigável. Aqueles considerados pelos jesuítas como mais “bravos” eram encaminhados para o aldeamento e ali conviviam com os padres, recebiam aconselhamento e os ajudavam em seus trabalhos. No entanto, os objetivos de conquista e exploração de novas terras eram intensos e, se os nativos se colocassem contrários ou reagissem de maneira rude, não recuavam, mesmo que os portugueses tivessem que dizimá-los. Essa atitude gerava as reduções, pois as tribos passavam a perder seus membros, diminuindo em quantidade ante os ataques da parte dos colonizadores e dos colonizados (MONTEIRO, 1999).

Ainda de acordo com Monteiro (1999), outro modo de capturar os indígenas de forma não coerciva era o descimento, ação jesuítica que consistia em ir até as aldeias e fazer com que os nativos descessem para o aldeamento, propondo forma de vida pacífica, com base religiosa e aprendizagem quanto a métodos de cultivo, construção etc.

Segundo Oliveira (2014), os jesuítas, que eram padres pertencentes à Companhia de Jesus, chegaram ao Espírito Santo em torno de 1595, acompanhando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, cujo papel era a redução indígena.

Esses padres utilizavam metodologias mais brandas com a intenção de converter, cada vez mais, um número maior de indígenas ao cristianismo. Dessa forma, propagavam a fé cristã, formavam os aldeamentos, missões ou reduções

(OLIVEIRA, 2014) e, a partir daí, contribuíam para que a Coroa Portuguesa conquistasse mais posses territoriais capixabas.

O fato de os indígenas se colocarem submissos a essa conversão cristã era um modo de se manterem vivos e sobreviver aos ataques que lhes eram direcionados pelos colonizadores portugueses, não era por livre opção. Tudo isso fazia com que se despissem de seus hábitos e costumes, e se apropriassem do que pertencia à cultura de outro povo, o europeu. Era “a ressignificação da identidade indígena”, conforme enfatiza Oliveira (2014), e representava jogos de interesses os mais variados, já que o domínio jesuítico sobre os nativos era uma ação vantajosa para a conquista de novas terras.

Na realidade, a conquista de solo espírito-santense não significou o extermínio dos indígenas, como por muito tempo se afirmou, mas diferentemente expressou sua capacidade de negociar com os jesuítas e com os europeus, pois sua continuidade, mesmo que não mais como possuidor de terras, era uma forma de permanecer ali e sobreviver.

Grosso modo, os jesuítas, com suas formas elementares de catequização, levavam o conhecimento àqueles nativos, que passavam a conhecer, além de sua língua, outra, a portuguesa, que abria seu entendimento e os aproximava da nova cultura, da religião e do trabalho.

Os religiosos tinham a mão de obra indígena para a construção de igrejas católicas que iam se disseminando em um e outro povoado que surgia. O trabalho e depois a participação nas missas e momentos de estudos religiosos favoreciam aprendizado aos indígenas, que passavam a compreender os desígnios e ordenamentos feitos. Não apenas os seguiam de forma “domesticada”, mas compreendiam o que estavam vivenciando e como deveriam agir também em proteção aos ataques de outros índios. Para Oliveira (2014, p. 216),

[...] muitos indígenas buscavam os aldeamentos para se proteger dos ataques de outros índios, que lhes eram inimigos ancestrais ou passaram a ser com os inúmeros rearranjos ocasionados pela presença europeia, e da escravização por parte dos colonos, que, em não raros casos, eram levados de forma compulsória, suas práticas ancestrais passaram a sofrer transformações num ritmo muito acelerado.

Oliveira mostra como a vida indígena sofreu mudanças, desde o aldeamento até a busca por se defender ante a vulnerabilidade e a escravização colonial que os mantinham.

As alterações ocorreram de maneira muito rápida e logo os indígenas do Espírito Santo, de acordo com Monteiro (1999), estavam socialmente organizados em aldeias artificiais desenvolvidas pelos padres e colonizadores, fato que os inseriu numa dinâmica de vida fixa, em relacionamento monogâmico, com “[...] redução dos laços de parentesco indígena” e alteração da “lógica de alianças interétnicas” (MONTEIRO, 1999, p.6). Os jesuítas lhes ensinaram as práticas agrícolas, a utilização de corte e transporte madeireiro, coleta de drogas no sertão, defesa de postos estratégicos das aldeias e incursões como soldados pelos matos ou como tradutores, já que eram chamados como intérpretes na comunicação entre indígenas e não indígenas (jesuítas e colonizadores). Esse papel criava certa desconfiança tanto pelos europeus quanto pelos demais nativos com os quais se comunicavam, pois na interlocução estavam populações de diferentes mundos, que não sabiam ao certo se a tradução lhes estava sendo benéfica e verdadeira.

Nesse sentido, Almeida (2000) relata que as novas funções realizadas pelos indígenas (agricultor, intérprete e soldado) faziam parte de uma “política” colonialista, de maneira que tentavam enobrecer os feitos dos nativos para conquistá-los, para mantê-los próximos, úteis e cordiais. Essa prática perdurou no Espírito Santo e posteriormente se disseminou em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A partir das abordagens desenvolvidas acerca do tema e de como ele se configura no universo escolar, esta etapa do trabalho se destinou a buscar meios de comprovar o que foi desenvolvido como proposta de pesquisa.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Destaca-se que a segunda etapa envolveu a pesquisa exploratória, tendo como universo o ensino de História numa abordagem voltada entre outros conteúdos ensinados aos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (4º ao 7º ano), verificando se estes fazem ou não alusão ao legado deixado pelos jesuítas à história do município de Presidente Kennedy.

Dessa forma, a pesquisa se conceitua como investigação exploratória, conforme aponta Vergara (2007, p. 47):

A investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa.

Nela, segundo a autora, o pesquisador manipula e controla variáveis independentes e observa as variações que tais manipulações e controles causam em variáveis dependentes.

Além de exploratória, a pesquisa é documental, pois se baseou também no programa de ensino municipal de Presidente Kennedy, enfoque do 4º ao 7º Ano do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), recurso importante para o planejamento e o direcionamento das aulas de História no Ensino Fundamental.

Sobre a pesquisa documental, Samara e Tupy (2010, p. 67-68) explicam que

[...] os documentos que fundamentam os estudos históricos assumem, hoje, as formas mais diversas, abordam diferentes conteúdos e podem ser encontrados em lugares mais variados. Uma infinidade de registro apresenta-se disponível atualmente para o trabalho do historiador. Cada vez mais acessíveis, as informações sobre um determinado tema provêm das mais diversas origens: jornais, revistas, livros, noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, internet, anedotário, linguagem e oralidade, entre tantas outras, constituem apenas alguns exemplos [...].

A pesquisa documental se delineou em analisar o Programa de Ensino Municipal de História — do 4º ao 7º ano —, a fim de averiguar quais anos têm



contemplado, em seus conteúdos programáticos, o ensino da História local, principalmente no que tange aos jesuítas e à sua contribuição ao município de Presidente Kennedy.

A pesquisa exploratória contou com a análise de conteúdo dos últimos exemplares de livros didáticos adotados por escolas de Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), mais especificamente do 4º ao 7º ano, de maneira a verificar se existem registros de conteúdo sobre os jesuítas no Brasil e no Espírito Santo. Para Guerra (2014), esse tipo de análise “[...] é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos [...]” (GUERRA, 2014, p. 38).

O objeto pesquisado foi o ensino da História local, voltado aos alunos do 4º ao 7º ano em escolas municipais, analisado sob a ótica do tema “o legado dos jesuítas à história de Presidente Kennedy”.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram exemplares de livros didáticos de História, adotados pelo município de Presidente Kennedy, para as turmas de 4º ao 7º ano do Ensino Fundamenta – anos iniciais, inscritos e adotados no PNLD. Os referentes ao Ensino Fundamental (4º e 5º) correspondem aos anos de 2019 a 2022, intitulados *Buriti mais História*, autoria de Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, editora Moderna, os de anos finais do Ensino Fundamental (6º e 7º) correspondem aos anos de 2020 a 2023, intitulados *Vontade de saber História*, autoria de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, editados pela Quinteto.

Optamos por coleções mais atualizadas, no sentido de verificar se a percepção dos professores, em sua escolha pelo livro didático, avançou em relação à temática do legado jesuítico, pois é uma oportunidade de inserir a história da atuação desses padres no desenvolvimento do Presidente Kennedy. Certamente não haveria, entre os exemplares participantes na escolha do PNLD, algum que tratasse do tema especificamente, mas um que apresentasse sua relevância na História do Brasil ou do Espírito Santo.

Sobre esse processo, da escolha à distribuição, sabe-se que é através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela execução de Políticas Educacionais do Ministério da Educação (MEC), que ocorre a escolha do livro

destinado às escolas da esfera federal, estadual e municipal da educação básica, de forma regular, gratuita e sistematizada.

As ações desempenhadas pelo PNLD — avaliação, escolha e distribuição às escolas públicas dos livros didáticos — são geridas pelo FNDE, conforme edital redigido a cada período. A escolha se faz em alguns momentos específicos: cadastro da escola, manifestação em participar dos Programas de Materiais Didáticos, conforme os prazos, as normas e os procedimentos estabelecidos pelo MEC (2013).

Anteriormente ao cadastro de adesão, são publicados editais orientando a regulamentação do processo seletivo das editoras com cadastramento dos titulares de direito autoral ou de edição, pré-inscrição das obras e entrega dos exemplares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

O Ministério da Educação (2013), feita a inscrição pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) — subordinado ao MEC — avalia os aspectos físicos e atributos editoriais das obras inscritas. Nessa etapa, os livros que apresentam divergências em relação ao que o edital estabelece são excluídos do processo.

A partir da seleção feita pelo IPT, os livros são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB) de forma que se faça a avaliação pedagógica. Os aprovados nas duas fases compõem o Guia de Livros Didáticos e são despachados às escolas públicas e secretarias de educação. Junto deles, vão as respectivas resenhas, como meio de auxiliar os docentes ao conhecimento para possível escolha. O uso do livro didático tem a validade de três anos consecutivos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Após a escolha das obras, é feita a solicitação da obra escolhida na página do FNDE na Internet. Efetuado o pedido, procede-se à negociação com as editoras. A produção dos livros é supervisionada pelos técnicos do FNDE, tendo enfoque no controle de qualidade, com coleta de amostras e análise de características constitutivas dos livros, embasadas nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A distribuição dos livros às escolas públicas de todo o país é feita no ano anterior ao atendimento e através de um contrato entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o FNDE.

Importa conhecer esse processo, pois o livro didático é escolhido pelos professores em primeira instância, de forma que esses profissionais têm conhecimento prévio a respeito desse instrumento, não sendo um recurso imposto; ao contrário, sua escolha é democrática e as editoras dão suporte para que tal conhecimento chegue aos docentes por meio de *sites*, palestras e outros meios de divulgação.

Para esta pesquisa, após a análise dos livros didáticos, os resultados obtidos foram comparados ao programa de ensino de História do município de Presidente Kennedy, de forma a investigar o enfoque que tal programa dá à temática jesuítica local.

A análise dos livros didáticos do 4º ao 7º ano buscou obter informações quanto à abordagem da temática em estudo sobre *o legado dos jesuítas à história do município de Presidente Kennedy* e como esse conteúdo é tratado nas obras de cada ano respectivo e de forma geral.

A escolha dos instrumentos parte da flexibilidade do estudo em buscar pesquisas exploratórias, também por ser mais simples de construir, como também permite obter informações sobre o nível dos sentimentos dos respondentes.

Vale destacar que a pesquisa se configura no universo das organizações educacionais pesquisadas, já que veio a explorar uma situação cotidiana de opinião a respeito do livro didático, o que se mostra definido.

Após a análise dos livros e do programa de ensino, o próximo passo se encarregou de contrastar os dados e perceber como exploram (ou não) o legado jesuítico e qual a sua real abordagem sobre eles, segundo o que prevê o programa de ensino de História da rede municipal de Presidente Kennedy do 4º ao 7º ano.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS

### 4.1 A RELEVÂNCIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Para iniciarmos o diálogo sobre a trajetória histórica dos povos do Brasil e a compreensão sobre a necessidade e a utilidade dos jesuítas serem trazidos, nos inspiramos na letra do Hino Nacional Brasileiro

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas / de um povo heroico o brado retumbante, / e o sol da liberdade, em raios fúlgidos, / brilhou no céu da pátria nesse instante. // Se o penhor desta igualdade / conseguimos conquistar com braço forte, [...] // Brasil, um sonho intenso, um raio vívido / de amor e de esperança à terra desce, [...] // [...] és belo, és forte, impávido colosso, o teu futuro espelha essa grandeza. Terra adorada, [...]// [...] florão da América, Iluminado ao sol do Novo Mundo! // [...] "Nossos bosques têm mais vida", [...], // [...], Pátria amada, Brasil" (BRASIL, 1922).

O trecho do Hino Nacional, cuja música é de Francisco Manoel da Silva, conforme o Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890), e letra de Joaquim Osório Duque Estrada, oficializado pelo Decreto nº 15.671 de 6 de setembro de 1922 (BRASIL, 1922), nos convida a refletir acerca desses atores sociais brasileiros, os índios, que tiveram a sua terra invadida pelo homem branco após a chegada dos portugueses, sendo que, mediante tal ato de apropriação, a cultura e identidade branca foram impostas por meio da violência, da aculturação e da europeização, com o aportar das treze caravelas em solo brasileiro, marcando assim o início do processo de aculturação dessa “brava gente”, que tinha uma população com número consideravelmente expressivo. Historicamente, por uma série de transformações culturais, sociais, econômicas e religiosas, houve uma redução bastante significativa do número da população nativa, com perda gradativa da sua identidade e com o desaparecimento da língua materna de cada etnia.

Para Luciano (2006), a população indígena foi reduzida em pelo menos cinco milhões, porém não há dados estatísticos precisos. Vale ressaltar que esse autor chama a atenção ao afirmar que uma parcela significativa da população brasileira desconhece quem são e onde estão os indígenas que habitam atualmente o território brasileiro. Isso tem suscitado discursos preconceituosos contra os povos indígenas até no cenário educacional.

Arruda (2001) fala com propriedade sobre o desconhecimento no país ou mesmo o desprezo pelo papel da sociodiversidade entre as matrizes étnicas e culturais que formam a nação desde o período colonial.

A trajetória histórica dos povos indígenas do Brasil é sustentada pelos aportes teóricos de Azevedo e Seriacopi (2007) e de Freyre (1973), os quais discorrem sobre os colonizadores que, em abril de 1500, após terem aportado no litoral do atual estado da Bahia, encontraram relativa facilidade de se adaptarem ao local, porém tiveram grandes dificuldades em avançar e invadir o interior das novas terras, porque desconheciam as matas nativas que eram somente conhecidas até então pelos índios brasileiros.

O termo “índio” remonta à época das navegações e pode ser considerado impróprio, já que, tentando chegar ao Oriente, os europeus aportaram no continente americano e passaram equivocadamente a chamar todos os nativos de índios por acreditarem que faziam parte da população das Índias, destino que supostamente haviam descoberto (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2004).

Segundo Caleffi (2004), o conceito de índio é dinâmico, pois atualmente, no século XXI, esse cidadão é considerado sujeito de *status* jurídico e legal que lhe é assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), embora esse cidadão venha lutando para a preservação da sua identidade cultural como sendo um direito legal.

Azevedo e Seriacopi (2007, p.126) relatam: “Pedro Álvares Cabral ordenou ao escrivão Pero Vaz de Caminha que comunicasse ao rei Dom Manuel ‘achamento’ e invasão de novas terras brasileiras, que na ocasião foram realizadas por ele, Pedro”. Nessa carta, escrita ao monarca, Caminha fez a seguinte descrição dos nativos que aqui viviam:

A feição deles é serem pardos, pele avermelhada de bons rostos e narizes bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto (AZEVEDO; SERIACOPI, 2007, p.127).

Conforme palavras de Freyre (1973):

Em 1532 foi quando ocorreu a organização econômica e civil da sociedade brasileira, já foi depois de quase um século inteiro de contato com os portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical, devido a adaptabilidade ao clima aqui encontrado (Freire, 1973, p. 72).

Nessa época, no Brasil, a base da organização da sociedade nacional era predominantemente agrícola e se alicerçava por meio da escravidão e da união do branco europeu com a mulher índia, incorporando-se assim à cultura econômica e social do invasor. Vale ressaltar que as riquezas não eram divididas com os índios, e sim destinadas à Coroa portuguesa, que usurpava os nativos de todas as formas imagináveis

Nos dizeres de Azevedo Amaral (1941), formou-se na América tropical uma sociedade escravocrata e latifundiária, que usou a exploração econômica e híbrida dos índios e, mais tarde, dos negros trazidos à força da África. Ressaltamos que essas duas matrizes étnicas tiveram suas culturas silenciadas, em detrimento da cultura do homem branco, que também trouxe o modelo escolar que foi imposto ao índio. A cultura do homem é a sua marca e a sua identidade no mundo, e isso foi tirado e atualmente ainda o é dos povos indígenas pela imposição e impressão da cultura branca europeia, tida como genuinamente correta.

Quanto à miscibilidade incentivada pelos colonizadores, entre os quais Joaquim Bonifácio, ocorreu entre as matrizes étnicas aqui presentes no período colonial, notadamente à revelia dos índios e à vontade portuguesa. Carrara (1997, p. 160), em sua tese de doutoramento, discorre sobre isso:

O português foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares firmaram para defender as terras vastíssimas dos colonizadores, para ele depois da questão da má nutrição, talvez a bacteriose sífilis tenha sido a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro, ele nos revela que os encontros eram na praia e não ocorreu somente com o português e , também com franceses e espanhóis com as índias.

Grosso modo, o termo “misturando-se gostosamente” não traduz e nem expõe os vastamente conhecidos e escamoteados casos de violência sexual aferidos às índias pelos colonizadores, bem como a brutalidade com que eram praticados.

Apenas um pouco do que conhecemos hoje sobre o passado dos povos indígenas brasileiros é fragmentado, pois uma das razões é devido os povos indígenas não terem deixado registro escrito sobre a sua trajetória, até porque os mesmos foram impostos pelo branco europeu o enquadramento deles em uma nova cultura, crenças, valores, língua, forma de viver, tradições e religião (CUNHA, 1992,p. 69).

Dario (2004, p. 81) aponta:

Uma das maiores riquezas dos povos indígenas é sua sabedoria milenar tradicional sobre as propriedades das ervas medicinais e das plantas das florestas e a base material sobre qual se alicerçava as sociedades indígenas

antes da chegada do branco europeu colonizador era a apropriação coletiva da natureza que possuía os nativos indígenas, quer dizer do meio ambiente.

Nas palavras de Azevedo e Seriacopi (2007, p. 128) a ausência de

[...] propriedade privada e a inexistência de um poder público forte e centralizado fez com que os povos indígenas distribuíssem as terras entre eles de forma igualitária sem privilégios, nem divisões de classe e desigualdades sociais.

Isso não se processava no modelo de posse da terra pelos portugueses. Entre os indígenas adultos, a divisão do trabalho era feita de acordo com os critérios da idade e do sexo, prevalecendo esse modelo de organização do trabalho até os dias atuais, uma vez que, na maioria das aldeias indígenas, as atividades como derrubada de árvores, caça, pesca, preparo da terra para o plantio, construção das malocas, confecção das armas e canoas ficavam a cargo dos homens; cuidar da casa, dos filhos, da coleta de frutos, da plantação, da colheita, da fabricação de utensílios domésticos e do artesanato eram funções das mulheres.

Os autores Azevedo e Seriacopi (2007) afirmam ainda que, de modo geral, os povos indígenas desconheciam a organização de Estado e de propriedade privada, modelo trazido pelo invasor branco europeu, o qual impôs, de forma avassaladora, costumes, tradições, cultura e sistema escolar. A partir daquele momento, os índios começaram a perder sua identidade étnica e cultural, já que cada etnia era autossuficiente, produzindo ou obtendo diretamente do meio ambiente, de maneira sustentável, tudo aquilo de que necessitava para a sua sobrevivência.

De acordo com Dimenstein e Giansanti (2003), a pessoa mais respeitada da aldeia era o pajé,

[...] que desempenhava as funções de médico e sacerdote; além de curar doenças sendo o mediador entre o mundo material e o mundo espiritual, era ele que entrava em contato com os espíritos da floresta. O líder da tribo era chamado de morubixaba (DIMENSTEIN; GIANANTI, 2003, p. 97).

Andrade (1998) discorre sobre os primeiros povos indígenas existentes no Brasil: “acreditavam que viviam rodeados de espíritos, gênios e demônios, e que os povos da etnia Tupi acreditavam na vida após a morte e na reencarnação”.

Haubert (2019, p. 74) revela:

Nas culturas indígenas a doença e a morte não são consideradas naturais, o doente é vítima que teve a alma roubada ou o corpo envenenado por elementos perturbadores. E com a chegada aqui dos europeus com eles as doenças e a alta mortalidade, o prestígio dos xamãs e suas práticas de cura

foram substituídas gradativamente pelo conhecimento do homem branco ocidental.

Pereira e outros (1998, p. 31) mencionam:

A antropofagia tinha sempre um significado ritual para os indígenas, porém tinha algumas diferenças de significado de etnia para etnia. Os Tupis comiam seus inimigos como forma de homenageá-los, pois acreditavam que ao comê-los assimilavam sua força e valentia; já para os Tapuia, comer a carne de um familiar morto por causa de morte natural transferia para aqueles que a consumiam suas virtudes e qualidades.

A derrubada de pau-brasil era feita pelos índios por imposição do imigrante europeu que, posteriormente, trocava a madeira com os nativos por objetos como espelhos, miçangas, pentes, pedaços de tecido etc.

Os portugueses sabiam, por meio do convívio com os índios, que eles não dominavam a tecnologia dos artefatos de metal. Dessa forma, começaram a remunerá-los com tesouras, anzóis, machados e ferro; esses utensílios modificavam o modo de vida da população indígena brasileira, pois, para derrubar uma árvore, eram necessárias quase três horas, mas, com ferramentas como o machado, por exemplo, os nativos gastariam cerca de quinze minutos. Essa nova tecnologia acelerou a extração de pau-brasil, fazendo com que cerca de 2 milhões de árvores fossem derrubadas e embarcadas para a Europa (AZEVEDO; SERIACOPI, 2007).

Em 1548, o rei Dom João III implantou no Brasil colonial o modelo de administração conhecido como Governo-Geral, apresentando como funções: garantir a defesa do território, explorar o sertão, estabelecer aliança com os povos indígenas e castigar duramente aqueles que, em sua visão, prejudicavam a colonização portuguesa, fato que levou ao massacre de milhares de indígenas.

Para ilustrar melhor essa realidade vivida, buscamos os aportes teóricos de Neves (1978, p. 84), que nos fizeram lembrar que “[...]antes de qualquer coisa era necessário, em relação ao indígena, purificar o seu corpo, batizando-o e suprimindo a antropofagia, a poligamia, as cicatrizes corporais e os adornos demoníacos”. Para Foucault (1975, p. 127) o corpo só se torna força útil “[...] se é, ao mesmo tempo, corpo produtivo e corpo submisso”. Por isso, era necessária a doutrinação dos índios pelos padres jesuítas.

Tomé de Souza, em 1549, foi o primeiro governador-geral e uma de suas primeiras medidas foi trazer para o Brasil seis jesuítas, entre os quais o padre Manoel da Nóbrega, que tinha como missão: catequizar os índios brasileiros, convertendo o



maior número deles à fé cristã. Para isso, os padres procuravam aprender o tupi-guarani e, como o idioma não era uniforme, eles o padronizaram, eliminando dialetos e iniciando assim a imposição de uma nova língua aos povos indígenas, o Nhegatu. Essa língua geral dominou até o século XVIII, no sul do Brasil; com isso, muitos dialetos foram aos poucos sendo perdidos (AZEVEDO; SERIACOPI, 2007).

A catequização dos adultos e dos anciãos foi um processo tenso e complexo, porque eles tinham resistência em aceitar a fé cristã, e a estratégia foi catequizar as crianças para elas ajudarem a converter os seus pais, e foi usado como metodologia as canções religiosas para transmitir a doutrina cristã; E os padres fizeram adaptações dos dez mandamentos para o Tupi e também de trechos da bíblia sagrada (2010) e do Pai-nosso e Ave Maria, em estilo de cantoria indígena (CHAMBOULEYRON, 2013, p. 154).

Nas palavras de Eisenberg (2000), os padres da Companhia de Jesus não queriam escravizar os índios; Nóbrega ordenou que realizassem a catequização em uma única aldeia, por região, para controlá-los e vigiá-los melhor, de forma a torná-los mais dóceis, eliminando assim sua identidade, o que certamente facilitaria sua catequização.

Naquele contexto histórico, Nóbrega ordenou que os padres preparassem os índios para terem uma vida produtiva baseada na agricultura e no artesanato, durante as primeiras missões dos padres jesuítas<sup>7</sup>.

Para ilustrar melhor esse período, Monteiro (2002, p.173) conta que “[...] o aldeamento se constituiu como espaço propício para a transformação processual e permanente da natureza do índio”. Novaes (1985) endossa mostrando que “[...] o objetivo geral das missões era integrar os indígenas no contexto da colonização e os padres jesuítas acreditavam que somente a conversão poderia salvar sua alma e que isso deveria vir pela pregação da palavra de Deus”. Assim discorrem Azevedo e Seriacopi (2007, p. 92) sobre o assunto:

O discurso protetor dos religiosos foi o processo de aldeamento que contribuíram significativamente para a perda gradativa da identidade e cultura dos povos indígenas, porque nesse espaço os índios começaram a ter uma vida diferente daquela que viviam onde tinha a poligamia e a antropofagia e nesse momento era transmitida a língua, a cultura, a tradição, os valores, as crenças e a ciência ocidental aos índios.

Também a esse respeito, Freyre (1973, p. 27) se manifesta:

Era cantado pelos missionários à noite cantigas que amedrontavam as crianças indígenas fazendo-as terem medo e se afastarem da sua própria

---

<sup>7</sup> Período chamado de aldeamento ou reduções

cultura e ensinarem a introdução ao cristianismo, pois esse era o objetivo maior dos padres jesuítas porque muitos anciãos tiveram resistência em adotar a cultura do branco europeu e alguns se rebelaram e fugiram dos aldeamentos (FREYRE, 1973).

Freyre (1973) aponta que, pelo aldeamento, teve o início da exploração e da apropriação dos saberes tradicionais dos indígenas sobre o meio ambiente, por exemplo, o conhecimento dos produtos naturais, como salsaparrilha para problemas estomacais e folhas de abacaxi para expelir pedra dos rins.

Malheiros (2012, p. 75) explica que

[...] nos aldeamentos ocorreram milhares de mortes dos índios porque os mesmos contraíram viroses e bactérias trazidas pelo branco europeu tais como varíola, rubéola, gripe, tuberculose, sífilis e outras, com as quais não padeciam e, portanto, não possuíam imunidade biológica para resistir a tais mazelas.

Prosseguindo e concordando com essas afirmações, Celestino (2000) esclarece:

A condição de aldeado do índio brasileiro de origem pré-colombiana também foi consolidar espaços de reconstrução de suas histórias e identidades dentro de uma dinâmica sociocultural de mão dupla entre acultura mais avançada do branco europeu com a cultura primitiva dos povos indígenas, porém ressaltamos que a cultura e os saberes tradicionais dos índios brasileiros foram suprimidos pela cultura, tradições, língua materna, manifestações artísticas e rituais do homem branco europeu e essa influência é observada até os dias atuais em inúmeras aldeias indígenas presentes no país.

No entendimento de Hall (2013, p. 148),

[...] os aldeados estavam em processo constante de mudança de sua identidade étnica devido ao contato com o homem branco, porque para esse autor não existe uma identidade fixa, pois a mesma é transformada e formada continuamente.

Este mesmo pensamento é partilhado por Sampaio (2002, p. 87) que acrescenta: “[...] a educação escolar indígena nessa pós-modernidade deve contemplar o currículo legal e o praticado pelos saberes tradicionais e os conhecimentos científicos que veiculam na sociedade moderna digitalizada e globalizada”. No entanto, tal quadro é inexistente em praticamente todas as salas de aula da atualidade.

Nesse aldeamento centenas de índios se rebelaram e fugiram devido as precárias condições que tiveram que vivenciar, centenas deles foram mortos a tiros, e o enquadramento dos índios dóceis aos moldes culturais europeus, foi assim que ocorreu a perda da identidade do índio brasileiro, que atualmente a escola indígena vem tentando resgatar (LOPES, 2004).

Lopes (2009) afirma ainda que:

No Brasil desde o período colonial foi denominado por grandes latifundiários e as escolas faziam a doutrinação dos índios para a leitura, para a escrita e para o canto, a inclusão do índio, porque preparariam novos missionários, porém a escola passou a ensinar além dos índios, aos gentios e aos cristãos (LOPES, 2009).

Com a implantação da economia açucareira, se fazia necessário obter mais força de trabalho. Freyre (1973) conta que a população brasileira era pequena e, devido à diversidade de solo nas regiões brasileiras, cada uma tinha sucesso em poucas culturas plantadas em sua terra. Assim, os portugueses perceberam que o Brasil não era tão paradisíaco quanto imaginavam e isso gerava uma verdadeira guerra com os indígenas, em relação à: exploração de seus serviços e de sua terra. Já existiam os escravos africanos nas lavouras de cana, o aprisionamento, a escravização e a comercialização dos indígenas também estava ocorrendo, não com o mesmo fim que os negros, mas era uma realidade. Azevedo e Seriacopi (2007, p. 141) afirmam:

A partir de 1822 com o término do período colonial, o indígena poderia integrar-se pacificamente à sociedade brasileira porque os padres jesuítas já haviam contribuído para descaracterizar a sua cultura e língua materna. Nesse sentido, propôs que o relacionamento entre o Estado e as populações indígenas fosse orientado por quatro princípios básicos: justiça-como meio de assegurar que as terras dos índios fossem compradas e não esbulhadas, brandura, constância e sofrimento para cativar seus sentimentos e pregar-lhes a fé cristã. Entre outros meios apontados por José Bonifácio para civilizar gradativamente o indígena para o mesmo servir aos interesses dos europeus.

Nesse sentido, Freyre (1973) afirma que o comércio foi utilizado inicialmente para estabelecer a aproximação entre brancos e indígenas. A princípio, eram trocados produtos advindos da Europa (facas, espelhos etc.) por produtos disponibilizados pelos indígenas. Depois, em feiras e mercados, os produtos cultivados pelos brancos eram comercializados com os indígenas, como tabaco, gado, algodão etc.

Os casamentos mistos, entre brancos, mulatos (propiciados pela sua introdução nas aldeias) e índios tinham como objetivo misturar as raças, unindo os interesses de todos, principalmente do homem branco, pois, naquela época, como nos lembra Freyre (1973), a população brasileira era pequena misturar as raças, unindo os interesses de todos, principalmente do homem branco, pois. Negros e senhores conviviam na casa grande, o que iniciou a miscigenação. O autor ainda

mostra que, por meio desse contato, a bacteriose sífilis foi introduzida no país<sup>8</sup>. Azevedo e Seriacopi (2013) expressam que o choque de culturas tão antagônicas gerou sérios conflitos:

Desse confronto resultaram os primeiros choques armados. O índio defendia o seu habitat porque muitos deles não aceitaram a imposição da cultura do homem branco, e também de viver dentro dos aldeamentos, e este serem caçados e mortos pelo colonizador no sentido de manter a ordem e a disciplina, o imigrante legitimava, através das armas, a terra que havia adquirido por meio de um título de compra (AZEVEDO; SERIACOPI,2013, p. 147).

De acordo com Freyre (2003), o percurso dos povos indígenas e dos negros no Brasil teve uma grande mudança a partir de 1532, por ocasião da organização econômica e civil da sociedade brasileira. Essa estrutura girava em torno da casa grande, onde se percebia que havia a centralização do poder, a formação da sociedade e dos principais aspectos culturais que perduram até aos dias atuais.

A casa grande foi um marco na história política, econômica e social do país, pois foi o encontro entre uma cultura tida erroneamente como mais avançada do europeu com a dos povos taxativamente tidos como primitivos: o indígena e o negro.

Freyre (1973) nos lembra, de forma clara e precisa, que a relação dos brancos europeus com os índios brasileiros foi a mais branda possível, porque o europeu tinha a necessidade de povoar o país e utilizar os índios e negros como escravos em plantações, bem como para retirar as riquezas da terra, configurando um negócio vantajoso para os senhores. Grupioni (2008, p. 52) salienta:

De forma geral o extermínio dos cerca de 10 milhões de índios que aqui se encontravam se deu de forma gradativa pelas mãos dos europeus e dos padres jesuítas que através da catequização exterminam a identidade cultural dos povos indígenas, principalmente no aspecto religioso que era e ainda é cheio de magia, crenças, folclore, lendas, e ritos que os padres não aceitavam e, com a ajuda da igreja católica os índios foram catequizados, eles continuaram com a sua cultura tradicional que até os dias atuais, são encontradas nas 305 etnias presentes atualmente no País.

Uma indagação inquietante nos convida à reflexão e discussão: como os padres conseguiram anular a identidade do índio brasileiro? Dados de Freyre (1973, p. 101) respondem a essa questão:

Foram os jesuítas que melhor estabeleceram laços de amizade com os indígenas brasileiros nessa época, porém essas relações foram dificultadas devido à imensa sociodiversidade cultural e linguística entre as tribos

---

<sup>8</sup> Trazida pelo branco europeu que até os dias atuais se faz presente entre as doenças transmissíveis sexualmente diagnosticadas em todas as regiões brasileiras, e inclusive entre os povos indígenas (FUNASA,2013).

indígenas e os padres que não concordavam com o europeu em escravizar os índios, mas cumpriam a missão de civilizá-los para que os mesmos pudessem ser úteis para a coroa portuguesa, e nesse contexto o papel da igreja católica foi decisivo, pois a fé cristã precisava ser transmitida aos índios, mas como conta esse autor, os anciãos tiveram grande resistência para aceitar a cultura do branco europeu, então a estratégia adotada foi através da escola que disseminava a cultura cristã educar o aluno índio e, depois aproximar dos pais.

No entanto, conforme Saletto (2011), o trabalho junto aos indígenas não rendia os frutos esperados. Os índios livres viviam em confronto com os brancos e eram arredios à pregação dos jesuítas; os escravizados, embora sensíveis à catequese, eram pouco constantes no exercício da fé cristã, voltando frequentemente às práticas tidas como pagãs de sua cultura e que, por vezes, podiam ser muito mais milenares que o próprio cristianismo.

É consenso que somos um povo de formação multiétnica e multicultural, o que significa que a escola deveria contemplá-la no dia a dia e não em datas pontuais, como é verificado na maioria das escolas. Também não basta estar escrito no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola para cumprir fins burocráticos e legais, conforme previsto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996).

Pouco se tem visto, na Educação Básica, projetos que suscitem o debate sobre as diferentes etnias que compõem o povo brasileiro — outra discussão que implica debater sobre o aprender a conviver e a aceitar as diferenças em relação à etnia negra e aos povos indígenas, africanos, asiáticos e europeus, que formam a população brasileira.

O desafio é gigantesco, porque atualmente, nas escolas, nem o Hino Nacional brasileiro tem sido ensinado aos nossos alunos, imagine discutir de forma contextualizada e correta o processo de formação pluriétnica e multicultural do povo brasileiro, bem como a formação da História local.

Acreditamos que a ação da atuação docente seja determinante nesse processo, porque, como ensina Tardif (2012, p. 47), “[...] o professor é o mediador entre a cultura do aluno com os conhecimentos científicos escolares”, isto é, compete ao docente, em suas aulas, abordar os elementos da cultura afro-brasileira e indígena na sua área de conhecimento, o que mostra que não é somente a determinação legal que fará com que, na sua práxis, cumpra os preceitos legais, mas sim a sua educação política que deve permear a formação docente.

Muitos professores de História — disciplina enfatizada nesta pesquisa — ainda se apegam demasiadamente ao livro didático como recurso principal de suas aulas, esquecendo-se de que a teoria pode se aproximar da realidade, já que o propósito da educação deve ser a aprendizagem significativa dos alunos. O livro didático é um recurso que se mostra ainda bastante útil, entretanto não deve ser a única opção de apoio ao processo ensino-aprendizagem na prática do professor de História do 4º ao 7º ano.

Não obstante, os planejamentos pedagógicos e o currículo necessitam se relacionar a uma visão mais próxima da realidade, tanto do aluno quanto do mundo que o cerca. Como o livro não poderá estar totalmente atualizado, nem mesmo a cada ano, pois sua validação é de 3 anos, é preciso trabalhar de maneira diferenciada, com experimentos, com pesquisas de campo e com pesquisas interativas.

Dessa forma, é difícil desmitificá-lo, é complicado ainda mostrar ao professor que existem outros recursos tão eficazes quanto ele, que é preciso inovar suas aulas. O que pode resultar a esse favor são os estudos em prol de um currículo novo para a educação capixaba, que abranja os documentos pertinentes a ela (PCN, LDB etc.) e os relacione aos contextos vivenciados pelos alunos, aproximando a teoria da prática e mostrando que a História não é algo estático, estagnado, ultrapassado, ao contrário, é vida.

#### 4.2 PRESIDENTE KENNEDY E O LEGADO DEIXADO PELOS JESUÍTAS: A FAZENDA MURIBECA E A IGREJA NOSSA SENHORA DAS NEVES

Conforme desenvolvido em todo o item anterior, a história que sempre nos foi apresentada no contexto de livros didáticos e de outros recursos didáticos utilizados pelas escolas enfoca o tema “colonização” como um feito europeu, uma atitude que visava a exploração territorial em busca do progresso. Isso ocorreu com a colonização brasileira (por Portugal) e no interior do país, em desbravamento de novos espaços, que hoje se configuram como estados, capitais, cidades, antes apenas povoados e vilas.

Um trecho do livro didático de Presidente Kennedy, Neves e Rosa (2012, p. 35) indica o seguinte sobre os jesuítas:

Os jesuítas vieram de Portugal para o Brasil para catequizar índios, que eles reuniam em aldeias. José de Anchieta foi um dos jesuítas. Ele recebeu o título

de Apóstolo do Brasil pelo trabalho de catequese que realizou. Catequese era a transformação dos índios em cristãos.

Em todo o capítulo em que os autores citam os jesuítas, ressaltam sua atuação de catequistas, embora o legado não se apresente como deveria, ou seja, no âmbito também da cultura e da arquitetura, entre outros.

Monteiro (1999) nos apresenta uma visão do indígena diferentemente do ser “selvagem” ou de um ser que não possuía cultura, religião e outros. Para ele, o nativo era alguém cultural e historicamente carregado de uma bagagem significativa de tudo isso e que contribuiu para o que somos hoje.

Também não estabelece a vitimização indígena, como indivíduos que eram somente aprisionados, escravizados pelos colonizadores e pelos jesuítas para a posse de suas terras, pois essa abordagem camufla seu tino guerreiro e valente, em defesa de sua tribo e de sua terra, usurpada por aventureiros.

Monteiro (1999) se desapega da ideia dos jesuítas como comparsas dos colonizadores portugueses, como religiosos que usavam a religião para amedrontar ou punir os indígenas, mas como padres que intermediavam as relações e, na maioria das vezes, conseguiam resolver em paz.

A partir deste momento, abordaremos a chegada dos missionários para o Espírito Santo e um pouco de seu legado deixado ao município de Presidente Kennedy.

Para iniciarmos o próximo item, propomos as seguintes questões: a cultura trazida pelo aluno realmente importa ao processo educativo? A cultura de qual etnia tem sido disseminada pela escola? Existe somente um tipo de saber? O ensino proposto pela escola para os alunos tem sido culturalmente relevante para os povos indígenas e afrodescendentes atualmente? Quais conhecimentos são validados pelo currículo legal? Os saberes ancestrais dos povos, deixados pelos jesuítas, são apresentados nos livros didáticos distribuídos nacionalmente pelo MEC? As respostas a essas e outras indagações serão buscadas por meio da metodologia de pesquisa.

Importa que os alunos reconheçam sua história, desde o início até a atualidade, que saibam como alguns fatos se constituíram nesse legado que existe, como os pontos turísticos que se configuram como patrimônio.

A Igreja Nossa Senhora das Neves é um marco dessa época, pois retrata o cuidado dos padres jesuítas com a religiosidade e a cultura do povo, de maneira que muitos estavam interessados em buscar a segurança da vida naquela região, o que

atraía as pessoas para trabalhar e para estudar (através da catequização) e para viver e aprender com os missionários. A arquitetura rústica da igreja se mostra em sua estrutura.

Figura 1–Igreja Nossa Senhora das Neves



Fonte:Neves e Rosa (2012).

Além da igreja, a sede da Fazenda Muribeca destacava a simplicidade dos jesuítas em suas necessidades. O local ficou conhecido como distrito de Batalha. Isso perdurou de meados do século XVII até o ano de 1963, quando Batalha se desmembrou do município de Itapemirim e passou a se emancipar como Presidente Kennedy, em homenagem ao presidentedos Estados Unidos, morto na ocasião.



Figura 2 – Fazenda Muribeca



Fonte: Tamiassu(2007).

#### 4.3 O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE HISTÓRIA

O livro didático (LD) é um recurso bastante útil e adotado por professores em sua prática no ensino-aprendizagem dos alunos desde a época imperial, mesmo com estrutura diferente da atual. Também se mostrou e ainda se vincula ao processo social e político de cada período que se instalou, ou seja, o LD é uma forma de se disseminar ideologias. Zacheu e Castro (2015, p. 2) lembram:

Os livros didáticos foram utilizados em diferentes momentos da história do Brasil como instrumentos de reprodução ideológica das classes dominantes. Transmitiam valores ligados a esses grupos, constituindo uma mercadoria bastante lucrativa e que ainda hoje representa os interesses de determinados segmentos da sociedade.

Dessa forma, o ensino de História pode fazer uso dessa ferramenta de ensino, no sentido de trabalhar essas ideologias apresentadas e aproveitar para desenvolver, junto a alunos e professores, tecer críticas e fazer associações com a realidade, tanto do passado quanto do presente.

O aluno precisa ser mais crítico e refletir mais em relação à História, pois ela não pode ser confundida com a ficção. História é vida e deve ser assim considerada, vida passada, presente e vida que há de surgir, com personagens, momentos, fatos, enfim, com sua vida a ser registrada e analisada posteriormente por outros acadêmicos. Nesse âmbito, a apresentação do livro, seus capítulos e as atividades são um reforço a mais na aprendizagem dos alunos.

No entanto, além dele, é preciso fazer uso de outros recursos que o próprio livro sugere, como vídeos, jogos, pesquisas em *sites* e outros meios, transformando a aula em momentos de diversidade e não apenas leitura e realização de atividades, como muito se percebem escolas.

A utilização apenas do livro acaba por tornar as aulas maçantes, com estratégia repetitiva, e torna as aulas mecanizadas. Por já conhecerem a dinâmica que será aplicada pelo professor, os alunos se acomodam e perdem o interesse. Em conteúdos de História, há muito o que se trabalhar e de diversas formas. Nesse sentido, é importante que o professor seja criativo e pesquisador, de maneira a criar possibilidades que apresentem os temas das aulas.

Por exemplo, ao trabalhar sobre os jesuítas e seu legado — tema desta dissertação —, o professor pode, independentemente da turma, realizar uma visita aos pontos turísticos deixados por eles, fotografar, pesquisar em literatura local e criar portfólios ou murais com esse material.

Outra atividade pode ser feita é realizar entrevistas com moradores mais antigos que possam falar sobre temas da História local. Após as entrevistas, podem criar vídeos ou curtas metragens para mostrar por toda a escola e pela comunidade local.

Também é plausível criar um museu a partir de peças doadas pelos alunos e pela comunidade. As peças seriam nomeadas e registradas com as informações básicas coletadas. Uma sala ou um espaço ocioso da escola poderia se tornar o museu.

Assim, a partir dos conteúdos desenvolvidos, é viável que as aulas sejam diversificadas em suas metodologias e o professor consiga intercalar, entre as aulas expositivas com o uso do livro didático, atividades diferenciadas e mais dinamizadas.

Para Thompson (1978), a construção da História depende dos meios de produção das pessoas e seu registro dependerá da sensibilidade e do valor que é dado às informações, aos fatos e às conclusões tiradas por parte de quem as propaga (escritor ou historiador). Muito se há de convir que as interpretações diante das evidências devem ser imparciais, apesar da proximidade de seu autor com sua subjetividade, entretanto essa imparcialidade se faz essencial para que os dados ou fatos sejam interpretados e transcritos de forma real, fidedignos, para que quem recorrer a elas tenha visão dos conceitos apresentados e adquira o conhecimento necessário ao seu aprendizado de forma coerente e capaz de fazer suas avaliações.

Assim como a escola e seus recursos devem acompanhar as variedades que o aluno possui em seu “mundo exterior à escola”, deve-se perceber também que a sala de aula não pode mais ser compreendida como um local que abriga pessoas vistas de forma homogênea passíveis a tudo o que lhes é ensinado.

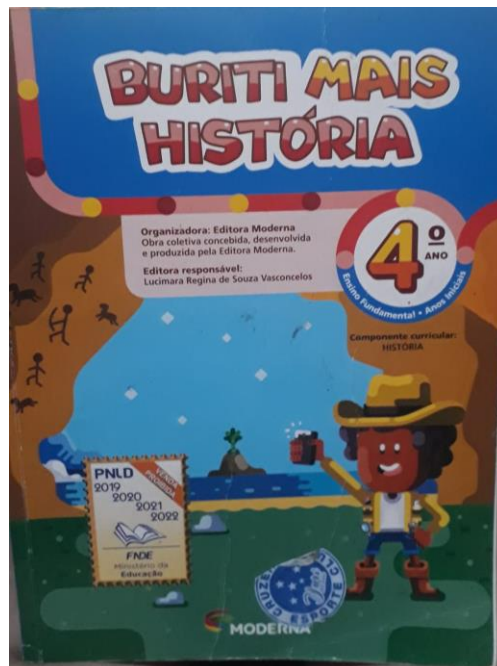
Ao contrário, o professor deve conceber suas turmas como formadas por cidadãos críticos, pensantes e diferentes em vários sentidos, daí a indicação de heterogeneidade e de diversidade.

#### 4.4 OS LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

Numa primeira apresentação, os livros escolhidos para análise foram:

- 4º Ano: *Buriti mais História*, autoria de Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, 1ª edição, Editora Moderna, 2017, PNLD 2019, 2020, 2021 e 2022.

Figura 3 – Capa do livro do 4º ano



Fonte: Vasconcelos (2017a). Acervo da autora.

- 5º Ano: *Buriti mais História*, autoria de Lucimara Regina de Souza Vasconcelos, 1ª edição, Editora Moderna, ano 2017, PNLD 2019, 2020, 2021 e 2022.

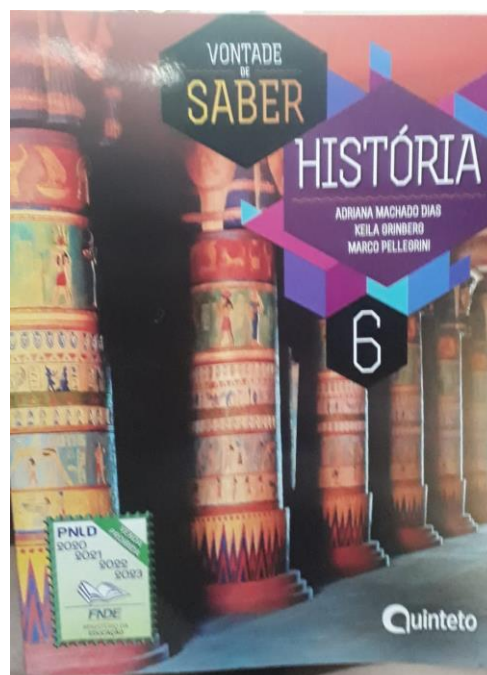
Figura 4 – Capa do livro do 5º ano



Fonte: Vasconcelos (2017b). Acervo da autora.

- 6º Ano: *Vontade de saber História*, autoria de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, 1ª edição, Editora Quinteto, 2018, PNLD 2020, 2021, 2022, 2023.

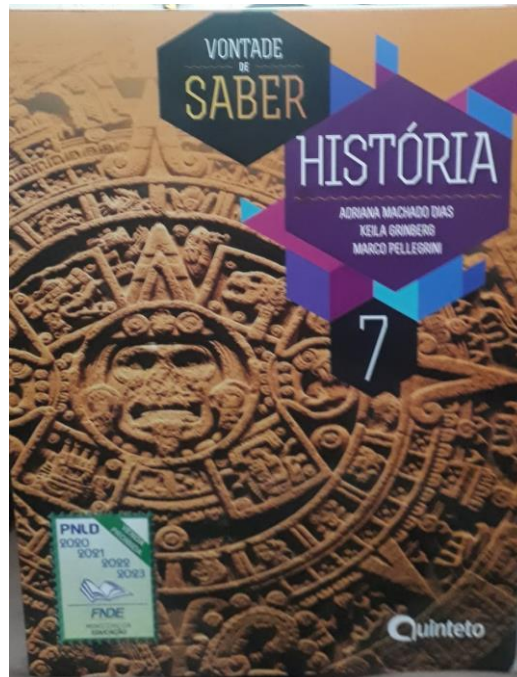
Figura 5 – Capa do livro do 6º ano



Fonte: Dias, Grinberg e Pellegrini (2018a). Acervo da autora.

- 7º Ano: *Vontade de saber História*, autoria de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, 1ª edição, Editora Quinteto, 2018, PNLD 2020, 2021, 2022, 2023.

Figura 6 – Capa do livro do 7º ano



Fonte: Dias, Grinberg e Pellegrini (2018b). Acervo da autora.

#### 4.4.1 Estrutura das obras pesquisadas

O *Buriti mais História*, adotado para ser utilizado por alunos e professores do 4º Ano do Ensino Fundamental, estrutura-se em seus aspectos visuais, voltados ao público infantil. Possui capa sem espiral, uma ilustração que agrega elementos contemporâneos, como um boneco em referência a um historiador com luneta no bolso, uma chave na mão esquerda e um celular na mão direita, como que filmando ou fotografando um espaço natural e um espaço rupestre (das cavernas). Ainda visualmente, ilustra seus conteúdos com imagens de fotos e desenhos, ou seja, há um misto de gravuras, umas mais visíveis e outras um pouco menos.

Em relação ao aspecto gráfico, possui textos digitalizados, documentos, inscrições antigas e se organiza em quatro unidades, divididas em quatro capítulos, cada uma. As atividades envolvem ícones que indicam como realizá-las : atividade oral, atividade em dupla, atividade em grupo, atividade no caderno, desenho ou pintura, recortar e colar, uso de tecnologias e indicação de trabalho com temas

transversais (Formação cidadã, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Educação Financeira), sempre baseadas nas diretrizes de habilidades e competências preconizadas na BNCC (RIBEIRO, 2016).

Suas unidades se distribuem nos seguintes títulos: 1. *Os primeiros grupos humanos*; 2. *O início do comércio*; 3. *A formação do Brasil*; 4. *Migrações no Brasil*. Especificamente as duas últimas abrangem conteúdos como *Os povos indígenas*, *A diáspora africana*, *Como as pessoas faziam para...*, *A população brasileira*, *Imigração no Brasil*, *Diversidade de povos e costumes*, *Migrações internas no Brasil* e *Conhecendo a diversidade cultural do Brasil*. Todos envolvem aspectos que se referem ao povo brasileiro, europeu, indígena e negro, entretanto a referência aos jesuítas não foi feita em nenhum momento. No único trecho que fala das relações entre colonizadores portugueses e índios, consta o seguinte:

Quando os portugueses chegaram, houve um estranhamento entre os dois povos. Como não conheciam o território, os portugueses tiveram de se adaptar aos costumes tupis. Eles fizeram alianças em busca de segurança, alimentação e facilidades para extrair o pau-brasil (VASCONCELOS, 2017a, p. 80).

Assim, a citação ilustra a ideia de relações interpessoais cordiais e trocas de produtos entre esses dois povos. Já no final do parágrafo seguinte, a autora cita os conflitos:

Eles se recusavam a cortar grandes quantidades das árvores, pois não entendiam a necessidade de lucro dos europeus. Isso gerou um conflito e os portugueses começaram a aprisionar os indígenas e explorar a sua mão de obra. Eles intensificaram a colonização e começaram a impor o seu modo de vida aos indígenas (VASCONCELOS, 2017a, p. 80).

Esses são os únicos fragmentos que indicam a relação que se estabeleceu entre os portugueses e os nativos, mas em nenhum dos dois citados há a presença dos jesuítas, personagens relevantes na intermediação e no estabelecimento cordial entre ambos.

Prosseguindo a leitura, encontramos o primeiro registro sobre a participação dos jesuítas, quando, na mesma unidade 3, das duas citações anteriores, surge o Capítulo 3 ‘Europeus’, em cujo último tópico a autora explica “as interações”: “Os portugueses impuseram sua religião e parte de sua moral e costumes por meio da catequização dos indígenas feita pelos jesuítas” (VASCONCELOS, 2017a, p. 92). O livro se encerra na página 143 e, entre a última citação e esta, não há qualquer referência a esses padres.

Seria interessante que houvesse referência sobre a ação dos jesuítas, seu trabalho, sua contribuição na colonização do Brasil. Os alunos precisam conhecer as outras atuações desses padres, que vão além da catequização e da religião propriamente dita.

Os aldeamentos, por exemplo, ajudavam no processo de colonização. Nessa atividade, os indígenas, além de viverem junto aos jesuítas, num só local, ali desenvolviam a construção de casas, igrejas, aprendiam técnicas de agricultura e um pouco da religião, da cultura e dos costumes europeus. Dessa forma, a aproximação entre indígenas e jesuítas passava a ser uma troca de conhecimentos e isso facilitava as relações entre eles.

Esse legado jesuítico importa ao conhecimento dos alunos e as aulas de História podem e devem fazer a ponte entre o que eles constantemente estudam a respeito desse tema, que é a valorosa contribuição da catequização e apresentação do cristianismo aos nativos, entre outras ações jesuíticas voltadas a práticas de cultivo de plantas, construções arquitetônicas, alimentação, cultura e outras características elementares de vida na Europa, bem diferentes de como se vivia no Brasil.

Outro aspecto importante, em contrapartida, é a questão da imposição por parte dos jesuítas dos valores cristãos se sobrepondo aos valores culturais indígenas. Essa aculturação realizada pelos missionários em muito contribuiu para desenraizar os povos originais do Brasil a perderem elementos de sua cultura. Dessa forma, em toda essa obra são feitas três citações aos padres missionários.

Passaremos à averiguação do livro didático do 5º ano, para verificar como essa temática é abordada. O livro do 5º ano tem as mesmas informações catalográficas do de 4º ano, se diferenciando inicialmente por sua estrutura visual, que apresenta na capa o desenho de uma menina com uma luneta, localizada no convés de uma embarcação (que pode ser uma caravela, um navio, ou algo parecido). A imagem é desenhada e se associa a alguém buscando descobrir novas terras em meio ao oceano no entorno. A parte interna, conforme o recurso didático do livro do ano anterior, traz ilustração em forma de fotografias e desenhos.

Os conteúdos são divididos em quatro unidades: 1. *A formação dos povos*; 2. *Os primeiros núcleos populares*; 3. *A vida da Antiguidade*; 4. *Herança cultural*. Cada um se subdivide em vários capítulos. *Fixação dos grupos humanos, Grupos organizados e agricultura, Novas formas de organização, Registro de memória: cultura material, Os primeiros núcleos populacionais, A organização da vida social, Cidades*

*e impérios da Mesopotâmia, Cidadania no passado e no presente, Cultura e religião, Patrimônio cultural dos povos antigos, O cotidiano no mundo antigo, Atividades econômicas e tecnologia na Antiguidade, A humanidade e o tempo, Descobrimos a História, Marcos de memória e Registros de memória.* Realizando a leitura de todos os capítulos, percebemos que, em nenhum momento, os alunos de 5º ano das escolas municipais de Presidente Kennedy estudam sobre os jesuítas, nenhum conteúdo que aborde a história do Brasil e do estado e município onde os alunos vivem. Por isso, não se pode fazer citação desta obra.

O exemplar didático do 6º ano, intitulado *Vontade de saber História*, escrito por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, apresenta na capa visual de pilastras como de um castelo ou monumento com desenhos que se associam ao Egito. Em suas 223 páginas, traz imagens que são alternadas em desenhos e fotografias.

Os conteúdos dividem-se em oito capítulos, abordam textos de autores antigos e os associam com publicações mais atuais. Em todos os capítulos, há explanação do assunto, atividades referentes a ele e trabalho em grupo (entrevista, investigação, filme etc.); em algumas páginas, há comentários no canto esquerdo ou direito e opções de vídeos, filmes e livros para serem apreciados, apenas sugestões. Ao final de cada capítulo, surge um resumo do que foi estudado. Os capítulos apresentados no LD do 6º Ano são: 1. *Construindo a História*; 2. *A origem do ser humano*; 3. *Povos do Oriente Médio*; 4. *África antiga*; 5. *Os povos da América*; 6. *Ocidente clássico: os gregos*; 7. *Ocidente clássico: os romanos*; 8. *O período medieval*. Cada um deles desenvolve cerca de 30 a 36 subitens.

Na leitura de cada um desses capítulos, constatamos que, assim como no livro do 5º ano, no do 6º também os alunos da rede municipal de Presidente Kennedy não estudam conteúdo sobre os jesuítas ou algo sobre a História do Brasil que faça citações a eles. Dessa forma, não há nada mais a ser verificado e passamos para o livro didático do 7º ano do Ensino Fundamental.

Cabe destacar aqui que os livros didáticos de História para o Ensino Fundamental adotados em Presidente Kennedy/ES abordam temáticas variadas, contemplando somente aquelas ligadas à História do Brasil e Geral, não considerando especificidades do Espírito Santo ou mesmo da História local. Nesse caso, seria interessante que existisse um material específico para que os professores pudessem



trabalhar esses conteúdos quando fizessem ligações da História local com o contexto nacional.

O quarto e último livro analisado intitula-se *Vontade de saber História*, de mesma autoria e coleção do 6º ano: Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini. Sua apresentação visual de capa é uma mandala em argila, com desenhos que refletem a Antiguidade. Sua apresentação interna envolve ilustrações em fotografias e desenhos, sempre fazendo menção aos conteúdos trabalhados.

Seus conteúdos se estruturam em nove capítulos: 1. *Construindo a História*; 2. *As civilizações da América*; 3. *Reinos e Impérios africanos*; 4. *Renascimento e Humanismo*; 5. *As grandes navegações*; 6. *Reforma religiosa e Absolutismo*; 7. *A colonização na América espanhola*; 8. *A colonização na América portuguesa*; 9. *A expansão das fronteiras da Colônia portuguesa*. Cada um desses se subdivide em 25 a 30 subcapítulos.

No 13º subcapítulo do 2º capítulo, os autores abordam “Os povos nativos do Brasil”, em que cita tribos indígenas locais do Espírito Santo ou de Presidente Kennedy, não havendo ainda qualquer menção aos jesuítas e ao trabalho desenvolvido por eles no processo de colonização. Somente no subcapítulo 14 do 5º capítulo, quando tratam da temática “A chegada ao Brasil”, é feita alusão à presença desses missionários, embora apenas narre a versão de que a chegada ao país foi uma alteração do curso da viagem, que tinha outro destino.

No 8º capítulo, há uma referência maior ao tema “A colonização na América portuguesa”, em que explica a chegada dos europeus, os indígenas, as primeiras décadas de colonização, as primeiras formas de exploração, até alcançar o subcapítulo intitulado *Os jesuítas e os indígenas, A escravização dos indígenas e As missões jesuíticas*.

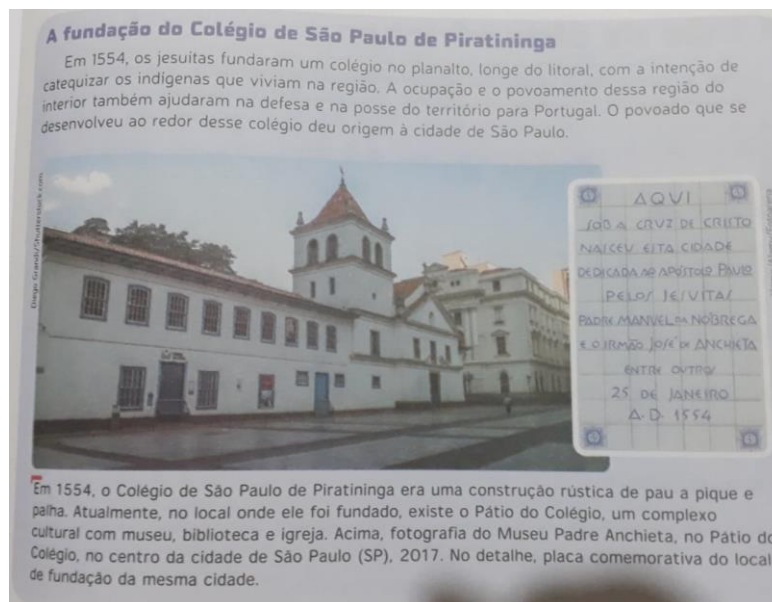
A primeira referência indica a discordância dos padres à escravização dos nativos, pois acreditavam que os indígenas poderiam ser reunidos e convertidos ao cristianismo católico, para então serem catequizados e participarem das missões pelo país.

Para catequizar essa população, os jesuítas organizaram missões em várias regiões do continente americano. Nas missões, os indígenas aprendiam a língua e os costumes portugueses, além de realizarem vários trabalhos agrícolas e artesanais. A catequização dos indígenas, no entanto, acabaram modificando seu modo de vida e desorganizando suas sociedades (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2018b, p. 168).

A participação dos jesuítas nas relações entre indígenas e portugueses foi preponderante, conforme a citação dos autores. As referências à contribuição dos padres missionários no Brasil continuam, no mesmo Capítulo 8, quando apresentam um informativo sobre a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, um patrimônio que existe até hoje e que teve a organização dos jesuítas e de seus coparticipantes.

A figura a seguir descreve como foi a construção do colégio e sua relevância para a comunidade que se formou em seu entorno. Esse é um importante legado jesuítico para o país.

Figura 7 – Trecho que ilustra capítulo do livro do 7º ano



Fonte: Dias, Grinberg, Pellegrini (2018b).

Alguns jesuítas se destacaram por seu empenho, além da catequização, da intervenção e mediação junto aos indígenas, como é o caso de José de Anchieta, descrito na página 169, que finaliza o subcapítulo.

Após essas abordagens, não se faz mais menção aos jesuítas e seus feitos, indicando que foram apenas essas referências a eles. Essas informações nos levam a refletir sobre a omissão que existe para os alunos do Ensino Fundamental em relação à sua História local. Entendemos que os livros didáticos não teriam como agregar toda a história dos jesuítas em Presidente Kennedy. No entanto, porque esse município iniciou-se com a colonização portuguesa e a presença evidente dos padres em sua constituição, com um legado significativo como construções arquitetônicas

(pontos turísticos existentes até hoje), cultura, religião, agricultura, alimentação, costumes e outros, podemos considerar uma falha não complementar essa ausência existente nos livros.

O programa de ensino municipal integra a próxima análise, de forma a percebermos se esta lacuna dos LD não existe em sua constituição, podendo o professor pesquisar e desenvolver a presença e o legado deixado pelos jesuítas ao município de Presidente Kennedy.

#### 4.5 O PROGRAMA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM PRESIDENTE KENNEDY do 4º AO 7º ANO

O município de Presidente Kennedy organizou seu programa de ensino no mês de junho/2020, atualizando suas Orientações Curriculares de História de acordo com as necessidades pedagógicas e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Este item tem como premissa verificar quais conteúdos constam nesse documento sobre o legado jesuítico deixado em Presidente Kennedy, a fim de verificar se os conteúdos propostos pelo programa de ensino são contemplados pelos livros didáticos adotados no município.

Esta parte da análise do Programa de Ensino municipal sobre o componente curricular História é apresentada aqui por etapas, referentes a cada ano, ou seja, envolve 4º, 5º, 6º e 7º ano. Explicamos que as abordagens são feitas mediante o que as orientações curriculares trazem e, posteriormente, na seção 5, tais apontamentos serão discutidos.

No que se refere ao 4º ano, não foi encontrada qualquer menção ou referência ao tema jesuítico, ou seja, as habilidades do currículo estão baseadas na BNCC e não houve, na redação do ano 2020, nada que citasse o mínimo que fosse sobre os jesuítas e seu legado. Dessa forma, os alunos dessa série do Fundamental I não terão contato com sua História local, apenas conteúdos de História como:

EF04HI01/ES Reconhecer a História como ciência que estuda o resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo, estabelecendo conexões entre variações e continuidades de comportamento e estruturas no passado e no presente, percebidos no cotidiano, nas relações sociais, na família, na escola, na comunidade e demais espaços de convivência.

\*EF04HI04/ES Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo, as hipóteses de migrações para a Ásia

Menor e América e da fixação das primeiras comunidades humanas (PRESIDENTE KENNEDY, 2020a, p. 21).

Essas habilidades do currículo ilustram os enfoques do 4º ano, nada que se direcione ao legado dos jesuítas. A abordagem está voltada para o que estabelecem a BNCC e o LD, em parte. Dessa forma, o trabalho do professor, direcionado ao que os jesuítas representaram para Presidente Kennedy, deve buscar complementos que traduzam esse tema.

Na seção do programa de ensino referente ao 5º ano, constatamos que trata de história antiga, de tecnologia e outros assuntos, mas nada específico sobre a temática jesuítica. A única habilidade do currículo em que se pode inserir a temática discutida nesta pesquisa é a última:

EF05HI10/ES - Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo, relacionando as formas de apropriação ou não pela comunidade local e as políticas de preservação e valorização patrimonial (PRESIDENTE KENNEDY, 2020a, p. 27).

Trabalhando o patrimônio local de Presidente Kennedy, o professor incluía História local em sua aula; os alunos podem pesquisar mais e reconhecer o que esse legado jesuítico trouxe para o município.

No âmbito dos anos finais do Ensino Fundamental, analisamos as seções do Programa de Ensino referentes ao 6º e 7º ano. Dessa forma, foi possível verificar o que cada ano traz. Ressaltamos que o documento foi reformulado em junho deste ano (2020) e adaptado conforme a Base Nacional Comum Curricular e às necessidades das escolas do município.

Verificando a seção do 6º ano, percebemos que não há, especificamente, habilidades do currículo que abranjam a questão jesuítica, entretanto há similaridade sobre alguns assuntos que envolvem os padres no Espírito Santo e sobre o estudo da história patrimonial.

(EF06HI05/ES) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas no Espírito Santo e na sua comunidade.

(EF06HI08/ES) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras e do Espírito Santo (PRESIDENTE KENNEDY, 2020, p. 8).

Embora os conteúdos e as habilidades se voltem mais para a História Antiga e Medieval, esses descritores citados enfocam o Espírito Santo do passado e do presente e ambos se referem aos povos indígenas.

É importante que o professor de História possa inserir os jesuítas e seu legado nessa etapa do Ensino Fundamental (6º ano), de forma que os alunos reconheçam sua História local e valorizem suas origens, sua cultura e todo o legado deixado por eles.

Na seção dedicada ao 7º ano, as habilidades se voltam para o Novo Mundo (descobertas e navegações), modernidades, renascimento, reformas e Américas. Constatamos uma quantidade mais relevante de habilidades do currículo voltada ao Brasil e ao Espírito Santo do que nos demais anos anteriores. Quando se referiram à América e às navegações, a temática surgiu.

(EF07HI03/ES) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas, dando evidência às diversas etnias indígenas que habitavam o Espírito Santo e percebendo que cada sociedade pode estar vivenciando um período distinto da história.

(EF07HI05/ES) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas, os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América, o papel político e a classe social protagonista dessas transformações nas ideias e maneira de pensar e se comportar na sociedade, percebendo as mudanças nas estruturas políticas, sociais e culturais, dando ênfase para as transformações ocorridas na Europa e, conseqüentemente, sentidas nas colônias da América, em especial, no Brasil e no Espírito Santo. Identificado esses discursos na literatura, arquitetura e organização política etc.

(EF07HI08/ES) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências no Brasil e no Espírito Santo, ressaltando a Batalha do Cricaré, em 1558 e na República negra de Guarapari.

(EF07HI09/ES) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e africanas e identificar as diversas formas de resistência: guerra justa, fuga para o interior, suicídios, banzo, criação de quilombos, abortos, religião e sincretismos, danças, músicas e o resgate de histórias de personagens símbolos de resistência (como Tupac Amaro, Zacimba Gaba, Zumbi dos Palmares, entre outros).

(EF07HI11) Analisar a formação histórico- geográfica do território da América portuguesa, sobretudo, o território do Espírito Santo, por meio de mapas históricos.

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática) (PRESIDENTE KENNEDY, 2020b, p. p.12- 14).

São seis descritores que indicam temáticas voltadas à colonização e, mesmo sem referenciar especificamente os jesuítas, sua abordagem é bem diretiva em relação ao Brasil Colônia, o que denota a viabilidade de inserção do tema jesuítico.

Além de desenvolver esses descritores em sala nas aulas de História, o professor desse componente curricular pode trabalhar de forma multidisciplinar com outras áreas do conhecimento, subsidiando o resgate do tema e demonstrando aos alunos o quanto os jesuítas foram relevantes na construção do município de Presidente Kennedy e o que ele se tornou hoje. O LD é um aporte importante, mas a perspicácia docente deve estar situada entre o programa municipal de ensino, a BNCC, o LD e as atividades complementares, como visitas de estudo, pesquisas na internet, vídeos, documentários e outras que complementem e capacitem os alunos para a aprendizagem crítica sobre a História geral, do Brasil e local.

Na próxima seção, tratamos dos dados e das informações levantadas, de maneira que se compreenda o que os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) de escolas municipais de Presidente Kennedy podem fazer para reverter essa lacuna existente em suas diretrizes curriculares sobre o legado jesuítico.

## 5 DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS

Nesta seção, faremos uma análise do modo como o legado jesuítico vem sendo apresentado aos alunos nos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, mais especificamente no 4º, 5º, 6º e 7º ano, nos livros didáticos adotados recentemente pelas escolas municipais e pelo programa de ensino municipal, reformulado no mês de junho de 2020, ou seja, ambos atualizados.

A ideia é refletir sobre a maneira como a História local chega aos alunos e como a História Patrimonial de Presidente Kennedy se faz presente nas escolas e agrega conhecimento aos estudantes, haja vista que o município possui patrimônio artístico e cultural construído no período em que os jesuítas ali viveram e que existem até hoje, considerados pontos turísticos, como é o caso da Igreja Nossa Senhora das Neves, Fazenda Muribeca e outros.

Às vezes, a população se acostuma com determinadas construções e até mesmo ouve fatos ocorridos no passado, mas não se dá conta do valor que essas evidências têm para a História atual e para o local onde vive. Passa despercebido. A escola pode e deve mediar esse conhecimento para que essas informações integrem a aprendizagem dos alunos e sejam disseminadas na comunidade onde moram.

Diferentemente das gerações passadas, aos professores do século XXI não cabe repetir um programa já consagrado, reproduzir um currículo oficial e universal para todas as escolas brasileiras. A regra agora é trabalhar o saber sistematizado pela humanidade a partir da realidade local. Os professores atuais devem selecionar saberes e fazeres que sejam significativos para suas comunidades (PACHECO, 2009, p. 146)

Constatamos, no entanto, que os livros didáticos adotados pelas escolas municipais de Presidente Kennedy não assumem o alcance de trabalhar a colonização do Brasil e do Espírito Santo. Certamente seria o ideal para que o professor inserisse o conteúdo correlacionado ao município, sua colonização, a chegada dos jesuítas e sua relevância em diversos âmbitos, desde a catequização até a construção arquitetônica, com costumes e tradições deixados para o povo.

O *Buriti mais História*, escolhido para o 4º ano, trabalha com temas transversais (Formação cidadã, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Educação Financeira) sempre baseadas nas diretrizes de habilidades e competências preconizadas na BNCC (2016). Suas unidades se distribuem nos seguintes títulos: 1. *Os primeiros grupos humanos*; 2. *O início do comércio*; 3. *A formação do Brasil*; 4. *Migrações no*

*Brasil*. Especificamente as duas últimas abrangem conteúdos como *Os povos indígenas, a diáspora africana, Como as pessoas faziam para..., A população brasileira, Imigração no Brasil, Diversidade de povos e costumes, Migrações internas no Brasil e Conhecendo a diversidade cultural do Brasil*. Todos envolvem aspectos que se referem ao povo brasileiro, europeu, indígena e negro, mas a menção aos jesuítas não foi feita em nenhuma de suas unidades ou capítulos. As duas únicas citações ocorrentes sobre os indígenas destacam as relações entre estes e os portugueses, e a resistência dos nativos, mas nada que indique a intervenção dos jesuítas e sua atuação no Brasil ou no Espírito Santo.

Prosseguindo a leitura, encontramos a menção feita, mas novamente é em relação à catequização dos povos indígenas, como se essa fosse a sua única utilidade nas expedições. O livro possui 143 páginas, e entre a última citação aos padres e esta não há nenhuma referência aos jesuítas.

Já o programa de ensino mostrou, no que se refere ao 4º ano, que o tema jesuítico não é trabalhado, de fato, nas escolas municipais, deixando uma lacuna em relação a sua História local, propondo as habilidades do currículo baseadas na BNCC (2016). Não percebemos nada que citasse o mínimo que fosse sobre os jesuítas e seu legado.

Dessa forma, com a análise do LD e do programa de ensino (PE), verificamos que os alunos dessa série do Fundamental I não estudam a História local, a não ser que seja desejo do professor trabalhar com o tema, pesquisar e elaborar material didático correspondente. Os alunos aprendem se o professor direcionar suas aulas para essa etapa da História local.

Aproximando o que verificamos do LD e do PE referentes ao 5º ano, percebemos que, nos conteúdos contemplados no exemplar, não há referência a conteúdos que enfoquem a colonização do Brasil, a presença e a atuação jesuítica, foco de nossa pesquisa.

No PE do 5º ano, constatamos que envolve a História antiga, sobre a tecnologia e outros temas, mas nada específico sobre a temática jesuítica. A única habilidade do currículo em que se possa inserir a temática discutida nesta pesquisa diz respeito ao patrimônio material e imaterial, em que o professor pode fazer referência ao legado jesuítico, se julgar relevante para a turma conhecer e estudar.

Tanto o LD quanto o PE, se abordassem o patrimônio local do município de Presidente Kennedy, facilitariam que o professor tivesse, em sua prática, o ensino da



História local em sala de aula e os alunos poderiam pesquisar mais e reconhecer o que esse legado jesuítico representa para o município.

Sobre as análises do estudo de História no 6º ano, percebemos que o LD *Vontade de saber História* apresenta oito capítulos, abordando: 1. *Construindo a História*; 2. *A origem do ser humano*; 3. *Povos do Oriente Médio*; 4. *África antiga*; 5. *Os povos da América*; 6. *Ocidente clássico: os gregos*; 7. *Ocidente clássico: os romanos*; 8. *O período medieval*. Cada um deles desenvolve cerca de 30 a 36 subitens. Não houve apresentação de nenhum dos conteúdos que pudesse inserir o legado jesuítico.

Da forma diferente, o PE, na parte que apresenta as habilidades do 6º ano, indica duas temáticas que possibilitam ao professor inserir o tema jesuítico em relação ao legado deixado por eles. O documento aborda os padres no Espírito Santo e sobre o estudo da História Patrimonial. O professor precisará pesquisar e preparar material que se associe ao que se refere ao município.

O LD do 7º ano reúne conteúdos distribuídos em nove capítulos: 1. *Construindo a História*; 2. *As civilizações da América*; 3. *Reinos e Impérios africanos*; 4. *Renascimento e Humanismo*; 5. *As grandes navegações*; 6. *Reforma religiosa e Absolutismo*; 7. *A colonização na América espanhola*; 8. *A colonização na América portuguesa*; 9. *A expansão das fronteiras da Colônia portuguesa*. Cada um desses se subdivide em 25 a 30 subcapítulos.

No 13º subcapítulo do 2º capítulo, a autora apresenta a temática sobre os povos nativos do Brasil, em que cita tribos indígenas, mas não há menção aos jesuítas ou algo que possamos associar a eles. O subcapítulo 14 do 5º capítulo, cuja temática aborda a chegada ao Brasil, apenas narra a versão de que a chegada a essa terra.

No 8º capítulo há uma referência maior ao tema da colonização na América portuguesa, em que explica a chegada dos europeus, os indígenas, as primeiras décadas de colonização, as primeiras formas de exploração, até chegar aos subcapítulos intitulados *Os jesuítas e os indígenas*, *A escravização dos indígenas* e *As missões jesuíticas*. Discorre sobre a escravização que os padres não aceitavam, sua ação catequizadora e a religião como caminho de civilização para os nativos.

Sabemos que os jesuítas eram os que intermediavam as relações e as comunicações entre portugueses e indígenas, daí uma grande relevância de sua presença nas colonizações e expedições realizadas. No entanto, percebemos que o LD continua a se referir aos padres missionários como catequizadores apenas e

ligados à fé cristã. Alguns jesuítas se destacaram por seu empenho além da catequização e da intervenção e mediação junto aos indígenas, como é o caso de José de Anchieta, descrito na página 169, que finaliza o subcapítulo, mas de maneira breve.

No PE referente ao 7º ano, verificamos que é o que mais apresenta, entre os analisados, referência a habilidades voltadas ao Brasil, ao estado e ao indígena. São seis habilidades do currículo em que o professor de História pode trabalhar a História local e patrimonial do município.

Por meio dessas análises, percebemos o quanto as escolas do município de Presidente Kennedy têm trabalhado pouco em relação ao que possui como História local, deixando essa lacuna na aprendizagem dos alunos principalmente quanto ao tema aqui explorado — o legado jesuítico deixado ao município.

Mesmo que os livros didáticos sejam uma proposta de abrangência maior e adotados em diversos municípios do Brasil — um recurso a ser complementado e não o único a ser utilizado pelo professor —, os profissionais da educação, responsáveis pela elaboração do programa de ensino, certamente professores do componente curricular História, deveriam primar pela abrangência da História do município, mesmo que fosse dividido nos 4º, 5º, 6º e 7º ano.

O aluno, para conhecer a História Geral e de outros povos, precisa antes conhecer a sua origem, seu passado, a formação de seu povo, os fatos e os personagens, bem como o patrimônio referente ao que se constitui sua história. A esse respeito, Bittencourt (2008, p. 273) explica:

O estudo do meio é um método de investigação cujos procedimentos se devem ater a dois aspectos iniciais. O primeiro deles é que esse método é um ponto de partida, não um fim em si mesmo. O segundo é que sua aplicação resulta sempre de um projeto de estudo que integra o plano curricular da escola [...] Para a realização do estudo do meio, há que se tomar uma série de cuidados, porque seus objetivos englobam três aspectos: o aprofundamento de conteúdos (conceitos e informações de cada uma das disciplinas envolvidas), a socialização dos alunos e a sua formação intelectual (observação, comparação, analogias).

Assim, o LD pode ser utilizado como suporte ao ensino-aprendizagem de História, e as habilidades do PE precisam receber, por parte dos docentes, apontamentos em relação à temática do legado jesuítico. A prática do professor deve se munir de momentos de pesquisa, visita aos pontos turísticos, construção conjunta e individual de materiais reais, que estão presentes na religião, culinária, arquitetura

e cultura deixada como herança jesuítica à população de Presidente Kennedy. Nesse sentido, a História local será vivenciada por alunos e professores, de maneira que seja valorizada e conhecida por todos.

Percebemos como necessário que haja uma reestruturação no PE, com o intuito de inserir aspectos referentes ao legado jesuítico, o que significou sua passagem e estadia em nosso país, envolvendo o que se julgar importante e parte da vida da população e História local, não um PE baseado apenas no que a BNCC considera como relevante a ser ensinado em cada ano do Ensino Fundamental I e II. Essa base, apesar de descritores, se configura como diretriz, que deve ser complementada com conteúdos programáticos que a escola e o professor julgar pertinentes ao conhecimento do aluno, neste caso o legado jesuítico deixado ao município de Presidente Kennedy

O município possui um *Almanaque Presidente Kennedy: criando, participando e transformando a nossa história*, um livro com aspectos sobre *Presidente Kennedy: nosso município* e um livro que aborda de suas origens até a emancipação — *De Muribeca...a Presidente Kennedy*. Dessa forma, o produto de ensino se coloca como meio de acrescentar informações e atividades no sentido de levar conhecimento aos alunos.

Esta pesquisa buscou demonstrar como o estudo acerca do legado dos jesuítas contribuiu para a construção do município de Presidente Kennedy e como as escolas municipais e seus professores de História estão deixando lacunas em relação a esse conhecimento, que está se tornando esquecido.

Os livros didáticos não contemplam o tema, até porque ele é de uso geral aplicado a todos os municípios de todos os estados do país. O programa de ensino é insuficiente em suas diretrizes e habilidades, deixando que temas defendidos pela BNCC se sobreponham, ficando a cargo de cada professor complementar com conteúdos que enfoquem os jesuítas. A escola passa a deixar de lado a História local, de forma que os alunos, muitas vezes, nem conhecem sua própria origem e sua história.

O município de Presidente Kennedy possui pontos turísticos constituídos pelos jesuítas e os alunos nem conhecem a história de cada um, como foram construídos e por que foram construídos, tornando-se locais comuns ou só para visitação. Nada que agregue valoriza o aos indígenas e aos jesuítas que foram preponderantes em sua existência.

Nesse sentido, o produto educacional (APÊNDICE A) se destina à elaboração de material didático que pode ser utilizado por professores de História no ensino sobre o legado jesuítico, especificamente no município de Presidente Kennedy; nada que se direcione apenas à sua atividade doutrinária religiosa, mas que enfoque a cultura em todos os aspectos, inclusive desenvolvimento de atividades de agricultura e outras características pertinentes aos padres naquela localidade.

Esse material tem o formato impresso e em forma de livreto que apresenta textos curtos e imagens que possam assegurar o entendimento dos alunos. Não é um livro didático, mas um recurso a mais no ensino-aprendizagem da História local.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no texto introdutório desta pesquisa, a inquietação quanto a uma proposta de ensino da História local suscitou-nos a ideia de que os alunos de Presidente Kennedy tivessem acesso a ela, principalmente tendo em vista que o município é rico em história, cultura. O que parecia apenas uma dúvida inicial, passou a se intensificar e tomar um lugar da “certeza” que não se desejava conhecer: uma grande lacuna deixada pelas escolas municipais e principalmente por seus professores de História, ou seja, um estudo que retrate *A presença dos jesuítas em Presidente Kennedy/ES e sua abordagem nos livros didáticos de ensino fundamental I e II*.

Prosseguindo nossa investigação, deparamos com teóricos com a ideia de que o ensino-aprendizagem da História local aproxima o aluno ao conteúdo, que é parte dele, isto é, a teoria e a realidade se apresentam concomitantemente aos estudantes do 4º ao 7º ano.

No objetivo geral, buscamos *mostrar como o ensino de História das escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy retrata o legado deixado pelos jesuítas ao município*. Tal propósito se concretizou a partir da pesquisa em análise aos livros didáticos adotados recentemente no PNLD de 4º, 5º, 6º e 7º ano e em investigação ao programa de ensino municipal, reelaborado em junho de 2020.

Consideramos insuficiente que os livros não apresentem inicialmente, antes de qualquer dos conteúdos constantes, a História do Brasil, principalmente que seja associada, em sala de aula, à História do estado e do município onde a escola se insere. A História dividida e pouco abordada em seus aspectos reais contribui para que os alunos não se tornem indivíduos reflexivos e críticos em suas concepções, passivos diante de um conhecimento manipulado e pronto, nada que o faça pensar, criar e apresentar sob sua autoria e autonomia.

Em análise ao programa de ensino municipal de Presidente Kennedy, nos defrontamos com uma situação que mais nos chamou a atenção do que a análise do LD, pois este último é escrito por autores que precisam elaborá-lo de forma que atenda a qualquer um dos municípios da federação; já o PE é uma elaboração específica de profissionais da área educacional — professores de História e pedagogos — que conhecem o que é necessário aos alunos (ou pelo menos deveriam saber) e não se

dão conta de que a História local e patrimonial deveriam constar nesse documento curricular.

Como elaborar um programa de ensino apenas baseado no que preconiza a BNCC? Certamente o pensamento dos organizadores deve partir da premissa de que o professor de História é que se faz responsável por complementar o que não consta no PE, com conteúdos que retratem e enfoquem a História local — aí entram os jesuítas e seu legado. No entanto, as práticas docentes nem sempre são as mesmas e nem sempre terão os mesmos interesses. O que está no PE e no LD está pronto para ser aplicado aos alunos, mas o complemento demanda tempo, pesquisa, interesse e trabalho.

Os objetivos específicos foram alcançados, pois resgatou-se a trajetória dos jesuítas no Espírito Santo e no município de Presidente Kennedy no referencial teórico, em momentos em que as citações eram pertinentes, o que contribuiu para que enriquecessem os aspectos que exaltam essa relevância. Nesses momentos, as marcas desse legado foram identificadas.

Também nos foi possível mostrar como o legado jesuítico é apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy, o que gerou o reconhecimento da realidade, ou seja, dificilmente esse recurso tratará de um tema tão específico, mas sua abordagem poderia ser menos religiosa (em relação a esses personagens de nossa História) e mais conceitual, mostrando que, além da catequização (relevante atividade), os jesuítas contribuíram com muitos ensinamentos aos indígenas que orientaram.

A reflexão acerca do programa de ensino de História de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy foi o que nos impactou mais, pois, por ser de elaboração própria do município e ter em sua organização pedagogos e professores de História, deveria assumir o ensino da História local, para que os alunos pudessem conhecer mais o que lhes pertence.

As pesquisas teóricas tanto quanto as análises nos asseguraram que os professores necessitam estar em constante formação, para que não se percam em práticas e metodologias ultrapassadas ou para que não se acomodem em recursos didáticos prontos, que não levam os estudantes a exercer sua criticidade.

A História que se pretender ensinar e que se deseja que os alunos aprendam no Ensino Fundamental não envolve aulas maçantes, apenas expositivas, e conteúdos que privilegiam grupos sociais e políticos. Deseja-se que esse tipo de

História não integre nossas salas de aula, mas que um outro tipo assuma esse lugar, com reais situações-problemas, com personagens reais, fatos do passado e do presente que se apresentem com verdade e façam os alunos ler, pesquisar, analisar, perseguir em pesquisas, entrevistas, vídeos, fotos o que a História é. Quando a verdade impera, o ensino desse componente curricular promove mais interesse dos alunos pela aula e a aprendizagem ocorre de forma significativa.

Percebemos, ao final desta etapa dissertativa, que a pesquisa não pode se encerrar por aqui. É preciso que outros pesquisadores se interessem pelo tema e desenvolvam pesquisas que investiguem como se dá o processo de formação acadêmica do professor de História, bem como um estudo sobre a formação do professor em Pedagogia, já que este não tem uma área específica do conhecimento para estudar e lhe falta subsídios para se aprofundar em um componente apenas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000.

ANDRADE, Mário. **O movimento modernista**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia. p.266-276. 1998.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. Projeto história. **Revista do programa de estudos pós-graduados de história**.2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10926>. Acesso em 12 de nov. 2020.

AZEVEDO, Reinaldo, SERIACOPI, Gislane. Projeto Teláris - **Caderno de estudo - História - 6º e 7º Ano**. São Paulo: Ática, 2007.

BATTINI, Okçana. ALBIAZZETTI, Giane. SILVA, Fábio Luiz da. **Sociedade, Educação e Cultura**. São Paulo: Pearson Education do BRASIL, 2009.

BELLO, Ruy de Ayres. **Filosofia Pedagógica**. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, v. 4,1997.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática e “Cultura Afro-brasileira” no currículo oficial da rede privada e pública de ensino. Diário Oficial da União: Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)> Acesso em: 03 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional do Livro Didático: Histórico**. 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37551>. 2016. Acesso em 12 de out. 2020.



BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO D EDUCAÇÃO. **LEI 9394/96 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Brasília: MEC,1996.

BRASIL. **Instituto Socioambiental**. Relatório Anual de Atividades, 2004. Plano Trienal 2002 – 2004. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/relatorios/rel2004.pdf>. Acesso em 29 de nov. 2020.

CALEFFI, P. **“O que é ser índio hoje?”** A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. Diálogos Latino-americanos, 7:21-41, 2004.

CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos. **Desenvolvimento Infantil e Processos de Aprendizagem e Ensino**: alguns olhares e contribuições. 2012. Disponível em: [www.dentclean.com.br/dentclean/Portugues/manPublicacao.php?c=6](http://www.dentclean.com.br/dentclean/Portugues/manPublicacao.php?c=6). Acesso em 12 abr.de 2017.

CARRARA, Ângelo Alves. **Para além de minas e currais (e de Minas Gerais)**:Ensaio de caracterização da divisão regional mineira; SÉCULOS XVIII e XIX. 1997. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1125/1/Cap%C3%ADtulo%2004%20-formatado.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2020.

CELESTINO, Maria Regina. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial**: novos súditos cristãos do Império Português. 351 p. Tese (doutorado em antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - Campinas. 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CUNHA, A. M. **A diferenciação dos espaços**: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Seminário sobre a Economia Mineira, X. Diamantina, 1992.

DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco. **Vontade de saber História**. 6º Ano. São Paulo: Editora Quinteto, 2018.

DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco. **Vontade de saber História**. 7º Ano. São Paulo: Editora Quinteto, 2018.

DIMENSTEIN, Gilberto; GIANSAANTI, Álvaro Cesar. **Quebra-cabeça Brasil**. Temas de cidadania na história do Brasil. São Paulo: Ática, 2003.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, 264 p.

ESTRADA, Joaquim Osório Duque. **Hino Nacional Brasileiro**. 1931. Disponível em: [www.repositorio.ufsc.br](http://www.repositorio.ufsc.br). Acesso em 20 de dez. 2020.

FERREIRA JR, Amarílio. BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 dez. 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1975).

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973.

GARDINER, Patrick. Marx (1818-1883) In: **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Brunno Ferreira. LAGES, Brayan de Souza. Reforma Protestante: memórias e imaginários. **Revista Unitas**, v.5, n.2 (n. especial), pp. 1-17. 2017. Disponível em: <http://revista.faculdadeunida.com.br>. Acesso em 12 de ago. 2020.

GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo: Sec. Mun. De Cultura de São Paulo, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentido e formas de uso**. Estoril: Principia Editora, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

HAUBERT, Laura Elizia. **Notas sobre a influência platônica em Michelangelo**. Philia, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/philia/article/view/92075>. Acesso em 17 de nov. 2020.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A COMPANHIA DE JESUS NO SÉCULO XVI E O BRASIL. Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.40, p. 222-244, dez.2010. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br>. >Acesso em 30 de abr. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

IPHAN, **Caderno de estudos do PEP – 71** Contribuição dos palestrantes da 1ª oficina PEP 2015, Vassouras-RJ. Brasília: IPHAN, 2015, pp. 1-67.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, -s/d.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **As origens da educação pública**: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, 152 p.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

LUZURIAGA, Lorenzo. **Pedagogia social e política**. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

MALHEIROS, AMP. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico-jurídico-social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1867. vol.2. 169 p. ISBN: 978-85-7982-073-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 04 de jan. 2021

MALTÊZ, Camila Rodrigues et al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 – Semestral. Disponível em: [http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE\\_ARQ\\_REVIS\\_ELETR20121204110023.pdf](http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf). Acesso em 16 de ago. 2020.

MARTINS, I. C. et al. **A expansão urbana de Uberlândia e a ação da imobiliária Tribal Vilela**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, 1997V. 9, nº 17, 57-79.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A Importância da Educação Patrimonial Para a Preservação do Patrimônio. IN: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio cultural políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad X, 2012 – e-book).

MELO, Francisco Egberto de. **O ensino de Estudos Sociais, EMC e OSPB e a ressignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de Fortaleza durante o Regime Militar**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371\\_b3cba73b8c56e6369801cd3b28139c30.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_b3cba73b8c56e6369801cd3b28139c30.pdf). Acesso em 10 de maio de 2020.

MICHAELIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/como-consultar/referencias-bibliograficas/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MONTEIRO, John Manuel. **A descoberta dos índios**. D.O. Leitura, São Paulo, suplemento 500 anos de Brasil, ano 17, n. 1, p. 6-7, maio de 1999.

MORAES, A..C. R; COSTA, W. M. da **História crítica**: a valorização do espaço. 4 ed. Hucitec, São Paulo, 2009.

NETO, Alexandre Shigunov. MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educ. rev.** no.31, pp.169-189 Curitiba 2008, pp. 1-21. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602008000100011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100011). Acesso em 10 de ago. 2020.

NEVES, Getulio Marcos Pereira. Tentação e virtude: os costumes da terra nas palavras dos primeiros jesuítas. **Revista do IHGES**. Nº 54. Vitória: Editora Instituto Histórico, 1978, p. 213 – 232.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. Presidente Kennedy: nosso município. Gráfica e Editora Formar: Vitória-ES, 2012.

NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**, São Paulo: Companhia das Letras, Minc/Funarte, 1985.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Teoria da história e historiografia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 421-461, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a03v25n3.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII. Temporalidades – **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**. v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014, pp. 1-19. Disponível em: [www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista). Acesso em 28 de jul. 2020.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática**. Juiz de Fora, 2008.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: uma trajetória**. 1. Ed. Jundiaí. São Paulo: Paco, 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio. **Cadernos do CEOM** – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas, 2009. Disponível em: [bell.unochapeco.edu.br › index.php › rcc › article › view](http://bell.unochapeco.edu.br/index.php/rcc/article/view). Acesso em 18 de fev. 2021.

PAIVA, Salma Saddi Wares **De. Projeto Conhecer para preservar, Preservar para conhecer**. Goiânia, julho de 2000.

PEREIRA, Olívia da Silva et alli. **Educação: atuais desafios**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1998.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

PRESIDENTE KENNEDY. Secretaria Municipal de Educação. **Componente**

**Curricular Ensino Fundamental Anos Iniciais:** História. Jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY. Secretaria Municipal de Educação. **Componente Curricular Ensino Fundamental Anos Finais:** História. Jun. 2020

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2004.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Parecer técnico acerca do texto da Base Nacional Comum Curricular** – História. Universidade Federal de Mato Grosso Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Renilson\\_Rosa\\_Ribeiro\\_HISTORIA.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatoriosanaliticos/Renilson_Rosa_Ribeiro_HISTORIA.pdf). Acesso em 10 de jun. 2020.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de História. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca. **O ensino de história em questão:** cultura histórica e usos do passado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. p. 97-120.

SALETTTO, Nara. **Sobre a composição étnica da população capixaba.** *Dimensões*, Vitória, 2011, v. 11, p. 99-109. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

SAMPAIO, Francisco Coelho. **História do Maranhão.** São Paulo: Editora Scipione, 2002.

SILVA, Maria; FONSECA, Maria; SILVA, Mirtes. **Cultura na Escola:** Vivências Artísticas Culturais no Ensino Público Estadual, 2010. Em: .Acesso em: 23 de Maio 2020.

SILVA, Aletícia Rocha da. **Patrimônio cultural e ensino de história:** a educação patrimonial como estratégia de ensino de história local e regional. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502031269\\_ARQUIVO\\_AEDUCACAOPATRIMONIALCOMOESTRATEGIADEENSINODEHISTORIA.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502031269_ARQUIVO_AEDUCACAOPATRIMONIALCOMOESTRATEGIADEENSINODEHISTORIA.pdf). Acesso em 20 de abr. 2020.

TAMIASSU, Maria de Jesus. **De Muribeca...a Presidente Kennedy.** Petrobrás, Presidente Kennedy, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, E.P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: THOMPSON, E.P. **Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao Pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 47-62.

VASCONCELOS, Lucimara Regina de Souza. **Buriti mais História.** 4º Ano. São Paulo: Editora Moderna, 2017.

VASCONCELOS, Lucimara Regina de Souza. **Buriti mais História**. 5º Ano. São Paulo: Editora Moderna, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira. CASTRO, Laura Laís de Oliveira. **Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do Livro Didático no Brasil**. UNESP/BAURU, 2015. Disponível em:  
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematICA1.pdf>. Acesso em 10 de dez. 2020.

**APÊNDICE A – PRODUTO**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**TELMA MARIA PAULA RAINHA**

**O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY E SUA RIQUEZA HISTÓRICO-  
CULTURAL**

**MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO**

**SÃO MATEUS**

**2021**



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....                            | 3  |
| <b>1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY</b> .....     | 7  |
| 1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ..... | 7  |
| 1.2 HISTÓRICO .....                                  | 8  |
| <b>2 OS JESUÍTAS</b> .....                           | 12 |
| 2.1 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO.....               | 14 |
| <b>3 A FAZENDA MURIBECA</b> .....                    | 17 |
| 3.1 REGISTRO DE AÇÕES .....                          | 18 |
| 3.2 A IGREJA DAS NEVES.....                          | 19 |
| 3.2.1 Tradição .....                                 | 21 |
| 3.2.2 A imagem .....                                 | 22 |
| <b>4 LENDAS DE TESOUROS E RIQUEZAS</b> .....         | 24 |
| <b>5 ORGANIZAÇÃO JESUÍTICA</b> .....                 | 26 |
| <b>6 REFLEXÕES</b> .....                             | 29 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                             | 32 |

## APRESENTAÇÃO

Considerando-se a escassez de material didático disponível sobre a História local de Presidente Kennedy/ES, o desejo da pesquisadora em apresentar o legado histórico deixado pelos jesuítas na região sul capixaba e a efetiva necessidade de os municípios disporem de um ensino de melhor qualidade, aliado ainda às dificuldades vivenciadas pelos docentes da rede municipal de educação para elaborar e se apropriar do conhecimento da História local, que complemente o ensino de História do Brasil estudado nas escolas públicas do município, estamos propondo esse trabalho para ser implementado na rede pública municipal de ensino, no intuito de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História.

Para grande parte dos estudantes brasileiros, o estudo da História não tem o menor sentido ou utilidade. A visão recorrente é a de que se trata de uma matéria de “decoreba”, que só exige a memorização de nomes, datas e fatos do passado. Não é de se estranhar, porque há um enorme fosso entre a realidade vivenciada pela comunidade e a reorganização que é feita da sua memória histórica.

A questão do material didático é um exemplo. Entre os grandes problemas educacionais que enfrentamos, aparece com frequência a escassez de material didático com que professores e alunos podem contar em sala de aula e principalmente a falta de qualidade e/ou adequação dos que estão disponíveis. Ao se analisar o material didático referente à História, verifica-se que professores e alunos, na maioria dos casos, ficam limitados a desenvolver suas atividades com a utilização restrita do livro didático e sem o auxílio de quaisquer outros materiais e equipamentos indispensáveis, como atlas, audiovisuais, laboratórios, computadores, bibliotecas e até mesmo papel.

A própria formulação dos materiais didáticos e em especial destinados ao estudo da História local é ainda bastante permeada por uma visão tradicional e localista, negligenciando as reais especificidades de cada município ou não repassando a inserção da localidade em um processo mais geral, regional, nacional e até mesmo internacional. Os indivíduos da comunidade, desse modo, ignoram a sua realidade imediata e próxima, como também as relações do seu espaço de vivência com outros espaços. Com base na concepção veiculada pelos livros didáticos de História, com poucas exceções, fica evidente que esse material não corresponde às

expectativas da população que, em nenhum momento, se vê ali presente como agente da História.

Partindo dessa análise, verifica-se a necessidade de produzir um novo material que priorize a difusão de uma concepção de História que aborde o processo histórico a um só tempo em sua singularidade e de forma totalizante, que permita o efetivo engajamento da comunidade como produtora e destinatária desse novo conhecimento.

A partir da elaboração deste material de apoio pedagógico, espera-se que a população local reconheça que o município de Presidente Kennedy não é uma entidade abstrata que se coloca acima dos indivíduos, mas uma construção histórico-social, uma conquista de todos aqueles que nele vivem. Para a comunidade, tal compreensão é passo fundamental para buscar a melhoria da sua qualidade de vida e para o entendimento e a preservação daquilo que é a coisa pública, o que, em outras palavras, significa exercer plenamente a cidadania. Isso só é possível a partir da compreensão da realidade vivida, ou seja, a partir da socialização do conhecimento.

Em pesquisa ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), constatou-se que os trabalhos acadêmicos desse sítio só abordam a temática em referência à contribuição jesuítica na educação e na arte, estabelecendo lacunas em referência a aspectos econômicos, sociais e culturais da época em que estiveram nos diversos locais brasileiros. Os livros didáticos e afins enfocam o legado dos jesuítas, de forma geral, no Brasil ou regional, no Espírito Santo. Não há referências que citem sua contribuição em Presidente Kennedy.

A importância histórica do município e a existência de documentos e patrimônio histórico, somadas aos elementos de sua economia, articulam o presente ao passado. O desejo da pesquisadora, como docente de História, de alterar essa situação a partir da apresentação de materiais que enfatizassem a História local e a relevância dos jesuítas no município de Presidente Kennedy foi a mola propulsora para elaboração deste material.

Havia necessidade de se elaborar e apresentar um material didático que pudesse ser utilizado em complemento aos conteúdos mínimos de História ministrados nas escolas de Presidente Kennedy, além de destacar a relevância dos jesuítas para a cidade e sua influência na área educacional, religiosa, social,

econômica e cultural. Dessa forma, destaca-se a importância da pesquisa não só para os estudantes do município de Presidente Kennedy, como também para a população.

A História local sempre foi apresentada relacionando os jesuítas como personagens que apenas auxiliaram os colonizadores portugueses, sem destacar sua relevância para o desenvolvimento do município — antes vila —, fazendo-lhes referência apenas como os responsáveis pela educação de forma catequizadora. Obras, cultura, influências econômicas e sociais não são apresentadas como deveriam. Nessa perspectiva, gerou-se a seguinte problemática: *qual foi o legado deixado pelos jesuítas ao município de Presidente Kennedy e como essa contribuição da História local pode ser ensinada aos alunos do Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) através dos livros didáticos e plano de ensino municipal?*

Com o intuito de responder ao questionamento gerado pela problemática, aponta-se como objetivo geral mostrar como o ensino de História das escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy retrata o legado deixado pelos jesuítas ao município. Nesse sentido, para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- estabelecer a trajetória dos jesuítas no Espírito Santo e no município de Presidente Kennedy;
- identificar marcas do legado jesuítico na arquitetura, e hábitos culturais;
- mostrar como o legado jesuítico é apresentado nos livros didáticos adotados pelas escolas de Ensino Fundamental (do 4º ao 7º ano) de Presidente Kennedy;
- refletir sobre o Programa de Ensino de História de Ensino Fundamental (4º ao 7º ano) do município de Presidente Kennedy.

A pesquisa envolveu o levantamento de conteúdos programáticos utilizados em escolas de Ensino Fundamental no município de Presidente Kennedy, mais especificamente do 4º ao 7º ano. Para tanto, foi feita a análise dos livros didáticos adotados pelas escolas municipais através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), de forma a conferir o que os alunos estavam aprendendo e o que os professores ensinavam sobre a História local e sobre o legado dos jesuítas em Presidente Kennedy.

Busca-se, com este material, a ressignificação do ensino de História, pontuando-se que seu processo de ensino-aprendizagem deve ser bem distinto daquele usado no passado, baseado prioritariamente no livro didático. Aborda-se

também o ensino de História por meio da Educação Patrimonial, já que os alunos, muitas vezes, residem em localidades que possuem patrimônios históricos por eles desconhecidos. Apresenta ainda a História local e sua relevância na construção da memória dos alunos do 4º ao 7º ano e o início da História do Brasil, bem como a contribuição dos jesuítas para seu desenvolvimento.

A Educação brasileira conquistou novos horizontes, sempre avançando em busca de um ideal que a normatizasse e que fosse mais acessível a todas as classes sociais. Hoje é possível apresentar intervenções que possam contribuir para o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras para a melhoria da qualidade de ensino.

Espera-se, com a inserção deste material didático na rede municipal de Educação de Presidente Kennedy/ES, contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas, além de propor ações para a preservação/conservação da memória local e de perceber que a prática docente em sala de aula deve ser pautada na busca pelo conhecimento novo, fruto da investigação, e não na reprodução daquilo que já foi dado por estabelecido, pronto e acabado. Procura-se ainda demonstrar que esse conhecimento é fruto de um trabalho coletivo, do qual todos participam na condição de sujeito. À medida que se estreitam os contatos com a comunidade, estreitam-se também os laços intelectuais e afetivos que permitem o desenvolvimento de atitudes valorativas e respeitosas em relação àquilo que forma a identidade local.

Este material didático pode produzir experiências extremamente enriquecedoras para os processos de ensino-aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Reconhecer a importância das diferentes formas de vida existentes no município pode ser um passo importante para o engajamento em ações que visem à preservação do patrimônio histórico-cultural construído por diferentes pessoas ao longo do tempo. Ao associar atitudes que valorizam e reconhecem a necessidade de preservação do patrimônio material e imaterial de um povo, desenvolve-se a compreensão do que seja a cidadania plena.

## 1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

### 1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O município de Presidente Kennedy, anteriormente pertencente ao território de Itapemirim, obteve sua emancipação político-administrativa em 30 de dezembro de 1963, com a Lei Estadual de Criação nº 1918, que passou a vigorar no dia 4 de abril de 1964, adquirindo em definitivo sua autonomia administrativa. A princípio, o município se chamaria Batalha, mas, com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, fato marcante que abalou o mundo na época, surgiu uma nova proposta: o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu que se homenageasse o político que criou a “Aliança para o Progresso” (um programa de apoio aos países do Terceiro Mundo), atribuindo ao município recém-emancipado o nome de Presidente Kennedy.

Com o desmembramento de Presidente Kennedy, o prefeito Manoel Fricks Jordão construiu a estrada que liga Jaqueira a Campo Novo e o grupo escolar, trazendo também a energia elétrica.

Com um território de 583,933 km<sup>2</sup> e cerca de 11.221 habitantes, conforme dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Presidente Kennedy possui características peculiares que o qualificam como um dos ecossistemas mais diversificados do sul do estado do Espírito Santo. Do ponto de vista histórico e pré-histórico, o município possui um relevante patrimônio, representado pela Igreja das Neves, pela Fazenda Muribeca e por um sambaqui localizado na borda de uma paleolaguna em sua extremidade sul. Presidente Kennedy está localizado no litoral sul do Espírito Santo, faz limite com os municípios de Marataízes, São Francisco de Itabapoana e Atilio Vivacqua.

## 1 O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY

### 1.1 CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

O município de Presidente Kennedy, anteriormente pertencente ao território de Itapemirim, obteve sua emancipação político-administrativa em 30 de dezembro de 1963, com a Lei Estadual de Criação nº 1918, que passou a vigorar no dia 4 de abril de 1964, adquirindo em definitivo sua autonomia administrativa. A princípio, o município se chamaria Batalha, mas, com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, fato marcante que abalou o mundo na época, surgiu uma nova proposta: o deputado estadual Adalberto Simão Nader sugeriu que se homenageasse o político que criou a “Aliança para o Progresso” (um programa de apoio aos países do Terceiro Mundo), atribuindo ao município recém-emancipado o nome de Presidente Kennedy.

Com o desmembramento de Presidente Kennedy, o prefeito Elicks Jordão construiu a estrada que liga Jaqueira a Campo Novo e o grupo escolar, trazendo também a energia elétrica.

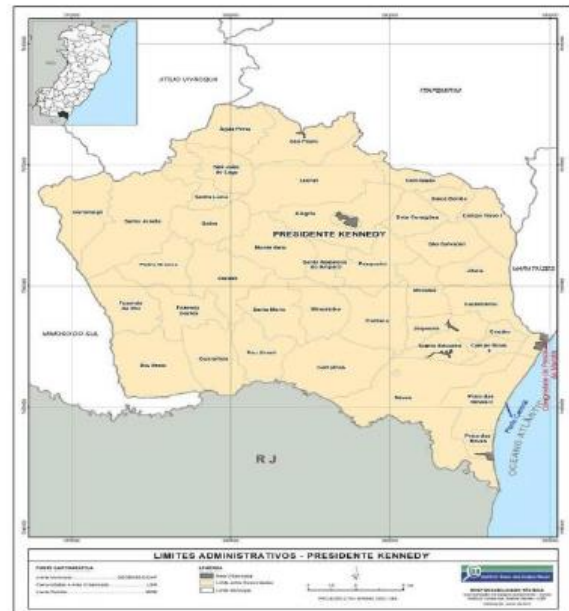
Com um território de 583,933 km<sup>2</sup> e cerca de 11.221 habitantes, conforme dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Presidente Kennedy possui características peculiares que o qualificam como um dos ecossistemas mais diversificados do sul do estado do Espírito Santo. Do ponto de vista histórico e pré-histórico, o município possui um relevante patrimônio, representado pela Igreja das Neves, pela Fazenda Muribeca e por um sambaqui localizado na borda de uma paleolaguna em sua extremidade sul. Presidente Kennedy está localizado no litoral sul do Espírito Santo, faz limite com os municípios de Marataízes, São Francisco de Itabapoana e Afílio Vivacqua.

Figura 1 – Mapa do estado do Espírito Santo



Fonte: ES em mapas (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 2 – Mapa do município de Presidente Kennedy



Fonte: ES em mapas (acesso em 27 dez. 2019).

As Figuras 1 e 2 mostram o estado do Espírito Santo e o município de Presidente Kennedy no seu extremo sul. No quadrante mais ao sudeste do mapa, está localizada a área de estudo do município, bem como os limites municipais com São Francisco do Itabapoana, ao sul, Marataízes a norte e Itapemirim a nordeste.

Cidade com maior PIB *per capita* do país, por conta do repasse dos recursos dos *royalties*, sua economia, no entanto, é majoritariamente ligada à agricultura, setor responsável por cerca de 70% de sua arrecadação.

## 1.2 HISTÓRICO

Quando os portugueses chegaram ao que hoje se chama Espírito Santo, encontraram vários grupos indígenas que viviam da pesca, da caça, da coleta e da pequena agricultura de subsistência. A partir do ano de 1581, todo panorama histórico e a organização social se alterou com a chegada dos colonizadores portugueses, especialmente o padre José de Anchieta, que, vindo do Rio de Janeiro, construiu uma igreja de madeira na Planície de Muribeca, às margens do rio Itabapoana.



A trajetória histórica da região em que atualmente está situado o município de Presidente Kennedy remonta a tempos anteriores a 1581, período em que era habitada principalmente por índios Puris e Botocudos. Eram chamados Puris por serem “ousados”, provavelmente quanto à forma traiçoeira de atacar seus inimigos e à mobilidade desses indígenas entre os vales das serras; Botocudos era o nome genérico dado pelos colonizadores portugueses aos diferentes grupos indígenas do tronco macro-jê, não tupi, de diversas filiações linguísticas e regiões geográficas, que usavam acessórios chamados botoques (discos brancos, geralmente feitos com a madeira leve da barriguda, *Ceiba ventricosa*, secados ao fogo, de até 12 centímetros), fixados nos lóbulos das orelhas e nos lábios, dando aos indígenas uma aparência particularmente assustadora para os portugueses.

Os índios Botocudos eram os que ocupavam mais territórios e ofereciam mais resistência ao colonizador português que atacava as aldeias e os sesmeiros, ateando fogo no que encontravam pelo caminho. Os Botocudos, também chamados Aimorés, eram numerosos na época das primeiras incursões do homem branco, distribuindo-se pelo sul da Bahia e região do vale do rio Doce, incluindo o norte do Espírito Santo e Minas Gerais.

Figura 3 – Índios Botocudos



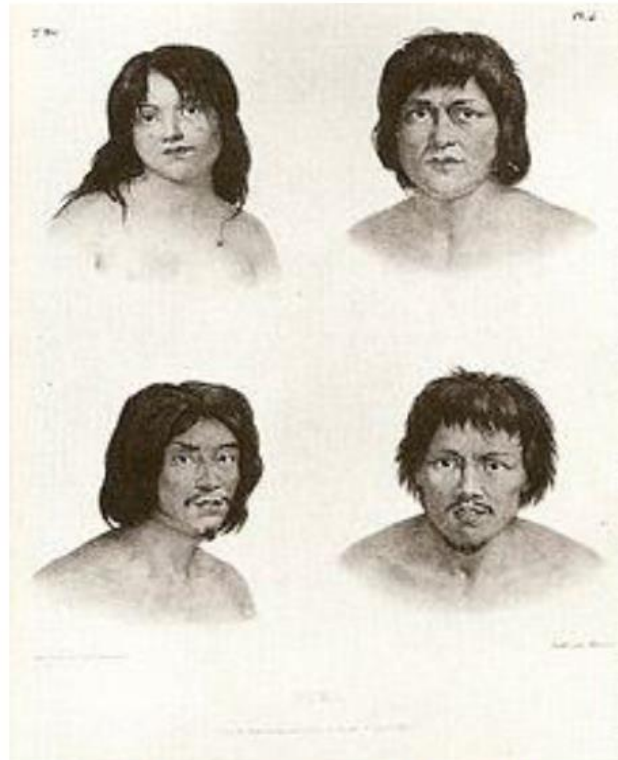
Fonte: Família... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 4 – Índio Botocudo



Fonte: Botocudos... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 5 – Índios Puris



Fonte: Puris... (acesso em 27 dez. 2019).

Os jesuítas vieram pelo rio Itabapoana, limite sul do Espírito Santo, percorrendo a região habitada pelos índios botocudos desde tempos imemoriais, guiados pelo Padre Almada, superior da companhia na região. Eles entraram por um dos afluentes do Itabapoana, edificando residências em suas margens. Nesse local, construíram um sobrado, uma igreja, um cemitério, uma estrada partindo da igreja em linha reta até o litoral onde fizeram três montes de areia. No monte do meio ergueram uma cruz, também deixaram uma estiva de madeiras, que recebeu o nome de estiva dos Frades. Ao afluente e às terras deram o nome Muribeca. Situava-se entre os rios Muriaé, Paraíba e Itabapoana.

Junto com outras três fazendas jesuítas — Carapina e Itapoca, na Serra, e Araçatiba, em Viana —, a fazenda Muribeca foi importante base produtiva para a sustentação do projeto missionário-civilizador empreendido pela Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo. Especializada na produção de carne, no final do século XVII abastecia o colégio e as residências do Espírito Santo, além de ter espaço pesqueiro para abastecimento de peixe.

Sua extensão era de 9 (nove) léguas e meia de frente e 8 (oito) léguas de fundo para terras de sertão e principiava na foz do rio Guaxindiba, correndo pela costa do

mar para o norte, até a última barreira do Siri, na então província do Espírito Santo. Os jesuítas mantinham nesse latifúndio uma grande criação de bovinos e equinos; por ocasião das chuvas, que alagavam o conhecido “Campo das Neves”, o rebanho era retirado para as terras mais altas da fazenda, localizadas em território da província do Rio de Janeiro. A fazenda Muribeca constituiu-se como uma das maiores fazendas pecuárias do Brasil, abrangendo sul do Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro, até a região de Campos dos Goytacazes/RJ. Em 1707, era a única fazenda na capitania.

Anchieta instalou ainda residência, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar. Mais de um século depois, outro jesuíta, padre André de Almeida, instituiu nas imediações da igreja a Fazenda Muribeca, legalizada em 1702.

Preocupados com cultivo de peixe e a criação de gado, provavelmente os padres não tiveram tempo para edificar a totalidade do conjunto necessário à sua permanência nas terras do sul. A missão dos jesuítas era catequizar os Índios e colonizar as terras, mas não puderam cumprir a sua missão, porque em 1758 foram expulsos pelo Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal.

Quando foram expulsos do Brasil, em 1759, apenas a Igreja estava concluída. Da residência, apenas fragmentos de alvenaria e uma porta de acesso ao coro asseguram sua existência.

## 2 OS JESUÍTAS

Os jesuítas faziam parte de uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus. Criados com o objetivo de disseminar a fé católica pelo mundo, os padres jesuítas eram subordinados a um regime de privações que os preparavam para viverem em locais distantes e se adaptarem às mais adversas condições. No Brasil, eles chegaram em 1549 com o objetivo de cristianizar e civilizar o índio com a catequese administrada pelos missionários. O aldeamento foi uma prática para impedir que os nativos voltassem à cultura anterior. Os brancos e outros padres não tinham moral suficiente para corrigir as práticas cotidianas dos índios, que tinham ampla liberdade no sentido moral. Nóbrega, no entanto, instituiu a criação de um bispado no Brasil, pois D. Pero Fernandes não apoiava seus métodos na colônia.

Apesar de ir em defesa do gentio e não escravizá-los, os jesuítas concordaram que o uso da força no início fosse necessário para os submeter, e “assim, mais tarde pela conversão pacífica e pelo amor”.

Alguns hábitos dos índios eram incessantemente combatidos pelos jesuítas como a antropofagia, a poligamia, a própria conduta dos portugueses e ainda a inversão de gênero (mulher com mulher e homens servindo de mulher para outros homens publicamente). Para amenizar essas atitudes, foi incentivado que mulheres de Portugal viessem para se casar aqui na colônia, dando o exemplo de família, observada como moralmente correta na sociedade. A luta dos inicianos (primeiros jesuítas enviados por Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, ao Brasil) se deu tanto pelos índios quanto pelos portugueses sempre criticados pelos mesmos.

O ponto de partida para a conversão, observado pelos padres jesuítas e irmãos, foi a aprendizagem da língua tupi, que alguns, como Anchieta, desde Coimbra já havia iniciado o seu estudo. A catequização do índio contou com uma pedagogia astuta de primeiro realizar com as crianças, que depois ajudariam no trabalho de conversão com as famílias. Aliado a isso, os jesuítas trouxeram de Portugal crianças órfãs para que facilitassem a aproximação e os ensinamentos cristãos. No processo de cristianização, alguns elementos foram intensamente utilizados, como a música, o teatro — geralmente produzido pelo Padre José de Anchieta — procissões e rezas.

Diante da ação dos jesuítas na catequização, ocorreu resistência dos pajés, curandeiros e feiticeiros que exerciam grande influência sobre as tribos. As dificuldades eram muitas, mas os inicianos souberam aproveitar e até usar astúcia

nesse empreendimento. Exemplo disso foi a adequação do cotidiano dos índios aos momentos do ensinamento cristão.

A experiência mostrou aos missionários que tudo podia ser usado a favor da conversão. O batismo, um ato sagrado no cristianismo, só era dado quando o convertido mostrava sua persistência na fé. Para melhor manter o índio sob controle da Igreja, surgiu a ideia do aldeamento. Isso ocorreu também devido a alguns fatores, como a perseguição dos não convertidos. Os brancos não apresentavam moral suficiente para dar exemplos cristãos dos índios, pois sua conduta era perniciosa.

Incumbidos dessa missão, promoveram a criação das missões, onde organizavam as populações indígenas em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade. Ao submeterem as populações aos conjuntos de valores da Europa, minavam toda a diversidade cultural das populações nativas do território. Além disso, submetiam os indígenas a uma rotina de trabalho que despertava a cobiça dos bandeirantes, que praticavam a venda de escravos silvícolas.

Ao mesmo tempo em que atuavam junto aos nativos, os jesuítas foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino do Brasil Colonial. Os principais centros de exploração colonial contavam com colégios administrados dentro da colônia. Dessa forma, todo acesso ao conhecimento laico da época era controlado pela Igreja. A ação da Igreja na educação foi de grande importância para compreensão dos traços da nossa cultura: o grande respaldo dado às escolas comandadas por denominações religiosas e a predominância da fé católica em nosso país.

Além de contar com o apoio financeiro da Igreja, os jesuítas também utilizavam mão de obra indígena no desenvolvimento de atividades agrícolas. Isso fez com que a Companhia de Jesus acumulasse um expressivo montante de bens no Brasil. Fazendas de gado, olarias e engenhos eram administrados pela ordem. Ao longo da colonização, os conflitos com os bandeirantes e a posterior redefinição das diretrizes coloniais portuguesas deram fim à presença dos jesuítas no Brasil.

No ano de 1750, um acordo estabelecido entre Portugal e Espanha dava direito de posse aos portugueses sobre o aldeamento jesuíta de Sete Povos das Missões. Nesse mesmo tratado, ficou acordado que os jesuítas deveriam ceder as terras à administração colonial portuguesa e as populações indígenas deveriam se transferir para o Vice-Reinado do Rio Prata. Os índios resistiram à ocupação, pois não queriam

integrar a força de trabalho da colonização espanhola; os jesuítas não admitiam perder as terras por eles cultivadas.

O conflito de interesses abriu espaço para o início das Guerras Guaraníticas. Os espanhóis e portugueses, contando com melhores condições, venceram os índios e jesuítas no conflito que se deflagrou entre 1754 e 1760. Depois do incidente, o ministro português Marques de Pombal ordenou a saída dos jesuítas do Brasil. Tal ação fazia parte de um conjunto de medidas que visavam ampliar o controle da Coroa Portuguesa sob suas posses.

Figura 6 – Quadro representando os jesuítas na catequização dos índios



Fonte: Sousa (acesso em 27 dez. 2019).

## 2.1 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

A localização do Espírito Santo logrou uma condição de pouco investimento e interesse pelas riquezas e possibilidades que a capitania pudesse oferecer. Próxima à Bahia e ao Rio de Janeiro, centros importantes do período colonial, restou-lhe ser apenas um porto de escala. Os primeiros missionários que vieram para a capitania do Espírito Santo, a partir de 1549 foram Leonardo Nunes, Padre Afonso Brás e o Irmão Gonçalves; em 1560, o provincial Padre Manoel de Nóbrega.

O jesuíta Afonso Brás erigiu na capitania o primeiro colégio no Espírito Santo e depois também participou da edificação de colégios na Bahia e no Rio de Janeiro. Nos lugares onde foram construídas as “casas” jesuítas, houve uniformização, pois eram simples, sem divisão por dentro e coberta de palha. A ordem inaciana (jesuítas enviados por Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus) recebeu como doação a sesmaria, a casa de São Tiago e o Colégio de meninos.

Em 1549, o governador-geral Tomé de Souza recebeu ordens do rei para visitar todas as capitanias, mas a do Espírito Santo com urgência. Somente em 1553

conseguiu chegar à capitania, encontrando uma grande igreja e casa jesuítica. O cotidiano dos padres na capitania era de muita precariedade, desprovidos do básico, como o vinho utilizado nas missas e a farinha, vivendo de esmolas. As próprias vestes, o cálice e outras peças eram raros na capitania. Segundo Anchieta, a construção no Espírito Santo era de apenas uma casa, pois, embora apresentasse a presença de crianças para aprenderem as lições, o lugar não oferecia o estudo de latim, essencial para caracterizar um colégio.

No ano de 1556, Nóbrega faz uma passagem pela capitania do Espírito Santo, apresentando as “constituições” que vieram de Portugal: Continha a proibição de crianças, índios ou mamelucas morando junto aos padres jesuítas na mesma residência e dividindo o mesmo ambiente. A carta proibia que os jesuítas administrassem os bens e as posses que não pertencessem à companhia. Desfez-se assim a confraria do Menino Jesus e o Colégio dos Meninos de Jesus. Coabitavam na casa do Espírito Santo umas quinze pessoas entre padres e jesuítas, mais uns nove meninos brancos e cinco mamelucos. Dois anos depois da visita de Nóbrega, a casa recebeu mais meninos da Bahia, consequência da fome na região e por não ser possível sustentá-los lá.

Segundo dados de cartas dos jesuítas, a capitania do Espírito Santo permaneceu pobre e isolada do resto do território e o governador-geral Mem de Sá ratificou ao rei a situação da capitania. As dificuldades eram tantas que os padres jesuítas tinham que viver também do seu trabalho, os meninos pescavam e pediam esmolas para garantir sua sobrevivência. A edificação mais conhecida do período dos jesuítas é o Palácio Anchieta, hoje centro administrativo do governo estadual. Essa não é a primeira construção, pois se construía onde e quando se achasse o local apropriado; conforme as finalidades na missão, erguia-se o edifício definitivo. A imagem que conhecemos atualmente foi alterada com reboco neobarroco e sucessivas adaptações e reformas.

Figura 7 – Palácio do governo do Espírito Santo, 1909.



Fonte: Palácio... (acesso em 27 dez. 2019).

Figura 8 – Fachada do Palácio Anchieta, 2019



Fonte: Fotos... (acesso em 27 dez. 2019).

É importante ressaltar que as igrejas também serviam de túmulos aos beneméritos da companhia, mas proibido a outros pelo visitador Inácio de Azevedo. A nova igreja no Espírito Santo foi edificada em 1573, após uma embarcação naufragada no Rio Doce com destino à Bahia, tendo os tripulantes que voltar para Vitória com a ajuda dos índios, que, com o tempo de cinco meses à espera de nova embarcação, auxiliaram na construção da igreja, segundo ordens do provincial Inácio de Loyola.

A nova edificação, com vista para o mar, recebeu, a partir de então, um colégio gradativamente construído até a expulsão dos jesuítas em 1759, quando o desembargador fluminense, encarregado de prender os jesuítas, cercou o colégio, recolheu os padres nos aldeamentos e os embarcou na nau Liburnia para Lisboa.

Os bens dos jesuítas foram leiloados em praça pública, com exceção dos colégios e a residência de Anchieta. A construção sofreu transformações que a descaracterizaram, como o reboco neobarroco e a retirada das torres. Gradativamente serviu de sede administrativa do governo até os dias atuais.



### 3 A FAZENDA MURIBECA

Muribeca ou Muribeca, antiga fazenda fundada por padre Almada, pertencia aos jesuítas. Tinha sua sede no estado do Espírito Santo, porém com grande extensão de terras no Estado do Rio de Janeiro. Junto à sede, o padre José de Anchieta fundou em 1581 a igreja de Nossa Senhora das Neves.

Devido ao abandono da província do Espírito Santo por Gil de Goés, os padres jesuítas estenderam os domínios da sua fazenda (Muribeca, ES), apossando-se, no atual território do município de São Francisco de Itabapoana/RJ, do trecho compreendido entre a foz dos rios Guaxindiba e Itabapoana, pela costa, e para o interior, numa extensão de oito léguas e meia, o que equivale a 51 quilômetros (penetrando no território do atual município de Campos dos Goytacazes).

Expulsos os jesuítas, as terras da fazenda Muribeca ficaram abandonadas até serem arrematadas pelo capitão-mor da Província do Espírito Santo, que as vendeu para o engenheiro português Manuel Pereira.

Após a expulsão dos jesuítas, intensificou-se a exploração das florestas, com a retirada de madeiras para a construção naval, através dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, completando-se a devastação ambiental na década de 1940, com a abertura da estrada ligando o “sertão” a Campos.

Para a demarcação das terras da fazenda Muribeca, Manuel Pereira fixou marcos de pedra com suas iniciais, sem, entretanto, ocupá-las. Quando chegaram dois de seus herdeiros, Antônio Pereira Viana e Antônio Domingos Tinoco, grande parte das terras já tinham sido invadidas por famílias provenientes da capitania vizinha, Rio de Janeiro. Então, Antônio Domingos Tinoco ocupou o conjunto, a residência, a Igreja e as terras mais próximas; por sua vez, Antônio Pereira Viana construiu residência às margens do rio Itabapoana, nomeando sua parte de Guarulhos. A terceira geração de proprietários das terras da fazenda Muribeca foi responsável pela sua doação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ela ainda não está tombada, mas encontra-se sob a guarda do IPHAN (passou pela primeira obra da restauração em 1950 e pela segunda em 1964, por ter sido destruída por incêndio) e certamente guarda uma das grandes riquezas histórico-culturais do sul capixaba.

### 3.1 REGISTRO DE AÇÕES

*“Fazenda Muribeca, da Barra da Guaxindiba Estado do Rio, a Barra do Sirí onde tem um marco perto de Marataízes.*

*Quando os Jesuítas vieram para a Muribeca fizeram uma estrada da praia ao local da igreja Nossa Senhora das Neves. Estrada da Cruz da Muribeca (um cruzeiro) para transportarem todo material por esta estrada em reta ao conato esquerdo na frente da igreja transportado por carro de bois, fizeram a igreja e um sobrado ao lado direito da mesma, iniciaram do coro uma travessia ao sobrado de pedras, para comunicações dos mesmos, mas não terminaram. Existe ainda na parede os sinais do sobrado construído pelos mesmos e um pedaço de tábuas de peroba. Tinha também um cemitério, ao lado esquerdo do canto da igreja no mato onde enterravam os escravos e alguns dos jesuítas com um cruzeiro e sinais de um portão que eu conheci.*

*Também tinham fornos onde faziam tijolos, telhas e também fizeram uma ponte de madeira no Rio da Igreja para atravessarem para o campo do Murici, onde deviam ter aproximadamente 600 a 700 reses, e uma grande criação de porcos. Existiam ainda 3 esteios dentro d'água, 2 de afaraju e um outro de itapecuru. Também existia uma estiva de madeira deitada ainda transitável com nome de estiva dos Padres que passavam para a Fazenda do Campo Novo onde estavam os escravos e grandes lavouras de café e as senzalas. As pedras foram puxadas da praia de Marobá. Diziam os antepassados que quando receberam ordem de prisão, um dos jesuítas fugiu e foi pego no Murici. Como os Tinocos adquiriram terras dos Viana na Fazenda Muribeca. Ana Angélica da Silva Viana casou-se com um Tinoco que morreu e não deixou filhos. Mais tarde casou-se com Antônio Tinoco, sobrinho do primeiro marido, e juntos tiveram 05 (cinco) filhos, que, quando ambos morreram passaram a ser herdeiros por parte de Angélica Pereira da Silva Viana.” (Relato de Ulisses Viana Fontão, um dos antigos donos do terreno em se encontra a Igreja de Nossa Senhora das Neves)*

Segundo a historiadora capixaba Maria Stella de Novaes, *História do Espírito Santo*, os indígenas, até o ano de 1823, ainda apareciam na fazenda Muribeca e, no sertão de fato, no lado da província do Espírito Santo, foi criado pela Lei Provincial nº 03, de 7 de julho de 1853, o distrito de Barra de Itabapoana, pertencendo ao município

de Itapemirim, elevado a vila em 11 de novembro de 1938. Teve sua primeira escola pública em 30 de outubro de 1872 (ASSIS, 1941, p. 198).

Com o declínio dessa vila, pela Lei Estadual nº 265, de 22 de outubro de 1949, a sede do referido distrito foi transferida para a localidade de Batalha. Pela Lei Estadual nº 1918, de 30 de dezembro de 1963, o distrito de Batalha foi desmembrado do município de Itapemirim e elevado à categoria de município, denominado Presidente Kennedy.

### 3.2 A IGREJA DAS NEVES

A igreja das Neves foi construída pelos jesuítas antes de sua expulsão, cujo superior era o padre. Almada, português. Os jesuítas receberam a sesmaria de Muribeca (mosquito branco) de D. João I por carta-régia, para colonizar as terras e catequizar os índios Botocudos, que eram antropófagos, usavam tacapes (não arco e flecha) e tábuas nos lábios.

A igreja das Neves foi construída em meados do século XVII, construída com madeira. Por volta de 1694, com ajuda de índios catequizados e escravos, o novo templo foi erguido e, em 1750, a imagem de Nossa Senhora das Neves veio de Portugal, mantendo viva a fé e a devoção dos habitantes da região.

Para edificá-las, os padres jesuítas utilizaram as pedras de pequenas dimensões, argamassadas com cal, dos arrecifes existentes na costa do Espírito Santo, cujo transporte deve ter exigido o esforço de muitos índios reunidos em torno das atividades de culto e trabalho da fazenda Muribeca. Construída com paredes estruturais de pedra, a igreja encontra-se coberta por telhado com armação em madeira e fechado por telhas de barro do tipo canal.

O edifício apresenta uma configuração típica das construções religiosas no Brasil Colônia, resultado da modéstia e da austeridade com que os padres jesuítas empreenderam sua ação, ao mesmo tempo civilizatória e missionária.

O conjunto arquitetônico é arrematado por alternância de singelas linhas côncavas e convexas, realçadas por friso em ressaltado duplo e extremidades movimentadas por acabamento de desenho em espiral, provavelmente de inspiração naturalista ou analogia aos caracóis marinhos, o que não compromete a contenção expressa pela construção jesuítica, onde predominam a linearidade dos arremates e

o enquadramento da fachada, obtido pelos largos cunhais e o geometrismo do volume prismático da igreja.

Figura 9 – Parte externa da Igreja de Nossa Senhora das Neves



Fonte: Moreira (2020).

Figura 10 – Parte interna da Igreja de Nossa Senhora das Neves



Fonte: Neiva (2014). Foto Tom Boechat

Dominando a vasta e arenosa planície, a Igreja de Nossa Senhora das Neves é um ponto branco contrastando com o infinito azul do mar a leste e o ondulante verde das montanhas a oeste. Percebê-la é como ver o tempo imobilizado, uma condição apenas alterada a cada dia 5 de agosto, quando, para agradecer e pedir graças, homens, mulheres e crianças se encontram para orar e festejar o dia de Nossa Senhora das Neves. Evento sem fronteiras, a festa atrai devotos de diferentes localidades do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, que se deslocam a pé, a cavalo, de bicicleta, carroças e outros meios, para, num ato de fé e amor, visitarem o santuário em agradecimento a bênçãos alcançadas. A igreja, sinal de práticas centenárias, isolada e distante, exige corpo e espírito esperançosos para nela chegar, cumprindo o ritual de fé e tradição que vai passando de geração a geração.

Figura 11 – Devotos carregando a imagem de Nossa Senhora das Neves durante procissão



Fonte: Festa... (2020). Foto: Tadeu Bianconi/Mosaico.

Figura 12 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no interior da igreja



Fonte: Imagem... (2017)

A igreja tem importância histórica e marca o nascimento do município de Presidente Kennedy. As paredes, as portas, as janelas, o altar, o santíssimo, as eiras na borda do telhado e os púlpitos permanecem com a arquitetura original. Dadas as atribuições de milagres a Nossa Senhora das Neves, nesses três séculos de história abrangendo o Norte Fluminense e sul do Espírito Santo, a região é hoje um local de peregrinação e um marco da passagem dos jesuítas pelo sul do Espírito Santo, na antiga fazenda Muribeca do século XVII. Anualmente, entre os dias 1º e 5 de agosto, a paróquia realiza a tradicional festa de Nossa Senhora das Neves, atraindo cerca de 50 mil visitantes e devotos de todo o país que, num ato de fé, gratidão e fidelidade, se dirigem ao local para acender velas.

### 3.2.1 Tradição

Diz a tradição que, no século IV, vivia em Roma um ilustre descendente nobre, de família romana, o qual, não possuindo herdeiros, resolveu, em combinação com sua esposa, consagrar sua imensa fortuna à glória de Deus. Estava pensando seriamente no assunto, quando a Rainha do Céu apareceu-lhe em sonhos e disse-lhe: “Edificar-me-eis na colina de Roma que amanhã aparecerá coberta de neve”.

Era noite de 4 para 5 de agosto, época de maior calor na Itália, mas no dia seguinte, devido a um estupendo milagre, o Monte Esquilino estava coberto de neve. A população da cidade se dirigiu ao local do prodígio e até mesmo o Papa Libério, acompanhado de todo Clero, também foi verificar o milagre.

Logo depois de iniciada a construção, a basílica foi denominada Nossa Senhora das Neves, conhecida universalmente pelo nome de Santa Maria Maior (Basílica de Santa Maria Maggiore), no século IV, pelo Papa Libério, inspirada por esse sinal da Virgem, que fez nevar no local em pleno verão de Roma. É a primeira igreja dedicada à Virgem Maria no Ocidente e uma das mais belas e adornadas de toda a cidade. Abriga, entre outras coisas, um relicário com um pedaço da manjedoura do menino Jesus.

Figura 13 – Basílica de Santa Maria Maggiore, Roma (Itália);



Fonte: Nossa Senhora... (acesso em 27 dez. 2019)

Figura 14 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no Milagre da Neve



Fonte: Milagre... (acesso em 27 dez. 2019).

Seu teto foi dourado com o primeiro ouro proveniente da América. A Corte da Espanha, depois de recebê-lo das mãos de Cristóvão Colombo, enviou à cidade Eterna para ornamentar a mais bela igreja dedicada à mãe de Deus, sob cuja proteção estava a nau em que Colombo partiria para o Novo Mundo.

### 3.2.2 A imagem

No período de sua expulsão do sul capixaba, os jesuítas se refugiaram por cerca de um ano na Ilha dos Franceses (Itapemirim). Conta-se, na região, uma lenda que tentaram construir um túnel entre o Monte Agá e a Ilha dos Franceses. Os habitantes mais idosos de Itaipava, movidos pela curiosidade, relatam já ter avistado a entrada de tal túnel.

A lenda conta ainda que a santa original da Igreja das Neves era uma Nossa Senhora toda de ouro, que teria sido enterrada na praia que fica defronte à igreja.

Havia um caminho, de terra batida, em linha reta, pela mata, da porta do lado esquerdo da igreja até o mar. Próximo à desembocadura deste caminho na praia, foi enterrada a Santa, juntamente com o escravo que a carregou. No local, os jesuítas fizeram três montes de areia na praia, sendo que, no monte do meio, colocaram um cruzeiro, para servir de sinalização aos navios.

Figura 15 – Imagem de Nossa Senhora das Neves no Santuário das Neves em Presidente Kennedy



Fonte: Fonte: Após restauro... (2017).

Conta-se também que havia uma olaria dos jesuítas atrás da igreja e da casa dos padres do lado direito, cuja entrada na igreja se dava pela porta que há à direita do lugar do coral.

A sesmaria foi comprada por Manuel Pereira Viana. A santa que está atualmente na Igreja é uma Nossa senhora mandada trazer da Itália, da cidade de Neves (por isso, Nossa Senhora das Neves) por ordem de Antônio Pereira Viana, filho de Manoel Pereira Viana e avô de Ulisses Fontão, antigos donos do terreno onde se encontra a igreja.

#### 4 LENDAS DE TESOUROS E RIQUEZAS

Do ponto de vista histórico, as lendas podem ser decorrentes do fato de que, a partir da expulsão dos jesuítas, as autoridades locais começaram a elaborar uma série de inventários, visando ao sequestro de seus bens. A grande quantidade de propriedades permite aventar como estava organizada economicamente a existência desses religiosos em terras brasileiras. Por ocasião do confisco dos bens inicianos no Rio de Janeiro, por exemplo, foi encontrada, dentro do colégio dos jesuítas, no Morro do Castelo, uma quantia irrisória para a época, apenas quinhentos mil e duzentos e vinte réis, o que não seria suficiente para comprar um bom escravo jovem, cujo preço girava em torno de seiscentos mil reis. Como o restante do dinheiro não havia seguido anteriormente na frota nem estava com os religiosos, as pessoas passaram a acreditar que os padres entregaram o dinheiro a pessoas de sua confiança ou ainda o tinham escondido dentro do colégio, em seus inúmeros túneis e calabouços.

A saída dos padres da fazenda Muribeca e de outras localidades sem dinheiro e sem bens, rapidamente se espalhou pela província do Espírito Santo, fazendo ecoar pela região que eles haviam enterrado seus tesouros a sete léguas da fazenda em um baú. Tal lenda remonta ao tempo dos antepassados que residiam nas imediações da fazenda e que ouviram de outros familiares a afirmação de que os jesuítas enterraram, a um quilômetro da praia, nas imediações da restinga, a uma légua da lagoa do Siri, uma arca com tesouros valiosíssimos. O fato é que, por ocasião da saída dos padres da fazenda, os índios voltaram para as matas e a vila esvaziou-se. A população pobre e ambiciosa quase destruiu a igreja de Nossa Senhora das Neves escavando sob o altar, em busca do tesouro da Muribeca.

Reza outra lenda, conhecida como *Cruz de Muribeca*, recolhida pelo capixaba Dr. Pessanha Povoá, que, por ocasião da expulsão dos jesuítas, eles se reuniram às altas horas para guardar numa urna e enterrar, em lugar conhecido, todas as suas riquezas. Tudo havia seguido em um carro e, a uma distância de duas léguas do mar, ocultaram o tesouro. Num ato contínuo, a terra abriu-se e sepultou o carro e os padres! Na orla dessa cova, surgiu a cruz de Muribeca.

Os ávidos por riqueza não encontraram os tesouros dos jesuítas, mas todos queriam saber o que fizeram com o dinheiro que ganhavam, já que não prestavam contas a nenhuma instância. Com o tempo, as autoridades perceberam que os



jesuítas sabiam o que lhes poderiam acontecer a partir de eventos que precederam o ato de expulsão: o irmão de Pombal foi transformado em inquisidor e não tardou a condenar à morte um jesuíta; Pombal declarou expressamente seu repúdio às formas educativas da Companhia de Jesus, entre tantos outros indícios de sua aversão à Ordem. Isso significava que os jesuítas, temerosos do que estava por vir, pretendiam salvar o que pudessem — e no caso dos bens imóveis, como as terras e as casas, haviam recorrido a estratégias contábeis para desviar para particulares, por meio de arrendamentos e doações, o que contavam recuperar em tempos futuros (KESSEL, 1997).

As lendas da Muribeca contam que os comodatários ou meeiros se apossaram das roças de açúcar, farinha, gado e dos pesqueiros. Todos começavam a acreditar que, se houvesse tesouros, os jesuítas os haviam protegido a sete chaves.

## 5 ORGANIZAÇÃO JESUÍTICA

Pelos relatos do padre Pires Martins, no Sul da Capitania do Espírito Santo, as missões estavam organizadas em uma igreja, que funcionava como o centro do trabalho, e em uma relação de aldeias que estavam sob a sua jurisdição. A técnica de catequização consistia em manter os índios em suas aldeias. Assim, recebiam os ensinamentos da religião e continuavam produzindo bens de consumo para a sua subsistência. Eles só vinham à missão, ou seja, à igreja-sede, para receber o sacramento do batismo. São relacionadas as seguintes missões:

- **Missão de Guarapary** (fundada em 1585; estimativa de habitantes: 6.000 índios). Aldeias: Aldeia de Guarapary (sede), Aldeia do Campo, Aldeia do Una, Aldeia de Perocão, Aldeia de Meahype e Aldeia de Mãe-bá.
- **Missão de Rerigtiba** (fundada em 15 de agosto de 1579; estimativa de população: 7.000 índios). Aldeias: Aldeia de Rerigtiba (sede), Aldeia de Cutinga ou Quatinga, Aldeia de Jabaquara, Aldeia de Araquara, Aldeia de Monte-Urubu, Aldeia das Salinas, Aldeia de Obu e Aldeia de Iriri.
- **Missão de Orobó** (fundada em maio de 1580; estimativa de população: 5.000 índios.) Aldeias: Orobó (sede), Piúma, Iconha, Tapuama ou Itapuama, Itinga, Imbitiba, Agha, Taipaba ou Itaipava, Taoca ou Itaoca e Piabanha.
- **Missão de Muribeca** (fundada em 1581; estimativa de população: 5.000 índios). Aldeias que pertenciam à Missão de Muribeca: Muribeca (sede), Tapemirim ou Itapemirim, Marathayzes, Calculucage, Siri e Camapuam ou Itabapoana.
- **Missão de Montes Castelo** (fundada em novembro de 1625; estimativa de população: 3.000 índios). Aldeias: Montes de Castello (sede), Caxixa ou Caxixe, Ribeirão, Barra do rio Castelo e Salgado.

Além das citadas aldeias, para a catequese, os jesuítas mantinham no Espírito Santo uma forte estrutura econômica: fazenda de Muribeca, em Presidente Kennedy, onde havia criação de gado; de Araçatiba, em Viana (cana-de-açúcar); de Itapoca, provavelmente em Cariacica, que produzia farinha de mandioca; de Carapina, para legumes. Contavam também com as grandes igrejas e residências, como Nossa Senhora de Assunção, em Anchieta; Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari; Nossa Senhora da Ajuda, em Araçatiba (Viana), e igreja de São Tiago, em Vitória.

Por essa sistematização, sabemos que os jesuítas tinham uma série de missões que são referidas como "Missões da Companhia de Jesus" (no Sul do Espírito Santo). Estruturalmente elas se parecem com as missões jesuíticas do sul do Brasil. Alguns historiadores privilegiam a estrutura econômica (que existiu), enquanto outros dão ênfase às fazendas jesuíticas (de Muribeca, de Araçatiba, de Itapoca e de Carapina).

O objetivo dos aldeamentos primava pelo controle social e tinha por intuito quebrar a resistência do indígena. A companhia de Jesus foi um instrumento da colonização que nem sempre no processo de cristianização encontrou um meio pacífico de atuar ou até mesmo de contornar certas situações de imposição da fé por meio do uso da força. Na obra de Carvalho Júnior (2005), encontramos um fato que exemplifica a concordância dos missionários jesuítas quanto ao uso da força e do terror (isto se confirma através de cartas dos próprios jesuítas) para depois então ocorrer a conversão pacífica. O fato foi que quatro colonos morreram por causa de índios antropófagos, que foram severamente castigados e fuzilados sem cerimônia diante dos padres para que servissem de exemplo.

Vale ressaltar que o uso de mão de obra escrava nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo não constitui nenhuma surpresa. Escritos e pesquisas sobre o tema têm se multiplicado, pontuando um componente extra: se nas demais capitanias as fazendas jesuíticas dividiam espaço com outras grandiosas propriedades, em terras capixabas os padres da Companhia de Jesus constituíam os principais vultos em termos de produção agrícola. Sem eliminar a importância das propriedades pertencentes a particulares, o sucesso das fazendas de religiosos, jesuítas ou não, destoavam do quadro geral de baixa produtividade no Espírito Santo. A ruim repercussão da expulsão dos jesuítas, em 1759, sobre a economia capixaba pode ser notada pelos escritos de alguns dos autores da história local, como José Teixeira de Oliveira e Bazilio Daemon.

As fazendas de Araçatiba, Muribeca, Engenho do Campo e Engenho Velho, guiadas também sob princípios econômicos, representam palcos que permitem a observação dos cativeiros sob tutela de religiosos. É inegável a importância de tais fazendas para a difusão da obra religiosa católica na colônia. Com seus recursos, era possível construir igrejas, colégios, adquirir imagens e financiar as jornadas em busca de mais indígenas para a catequese.

A fuga dos escravos que queriam a volta de seus antigos senhores, os jesuítas, pode ser um indício de que importantes marcas do cativeiro chefiado por aqueles religiosos se deturpou após a sua expulsão. Da mesma maneira, a decadência das escravarias de Muribeca e Araçatiba, observada pelo príncipe Maximiliano, reforça a especificidade e a eficiência administrativa das terras sob a direção dos religiosos.

## 6 REFLEXÕES

A História Indígena não pode ser limitada ao extermínio e “perda identitária” e, muito menos, à manutenção da ideia de índio “primitivo”. Deve-se reconhecer a capacidade indígena de tomada de decisões e de negociação. Mesmo com a ação dos missionários jesuítas, a ocupação do interior do Espírito Santo mostrava-se uma tarefa complexa. Esse quadro impedia o desenvolvimento econômico da capitania, pois reservas de metais e pedras preciosas, madeiras de lei e drogas do sertão, por exemplo, permaneciam praticamente intactos.

A sociedade colonial no Espírito Santo não só não conseguia ampliar seus domínios como também enfrentava muitas dificuldades na manutenção de sua pequena faixa litorânea. Intensificaram-se as pressões ao norte da capitania pelos deslocamentos dos Aimorés (Botocudos). A essa altura, os indígenas Aimorés não enfrentavam mais a resistência dos Tupiniquins da região de Ilhéus e Porto Seguro, visto que estes já estavam muito enfraquecidos pela ação dos portugueses. Os índios Tupiniquins que resistiram às guerras e ao cativeiro imposto pelos colonos passaram a buscar os aldeamentos jesuítas como forma de proteção. Enquanto isso, os Goitacás dificultavam qualquer tentativa de avanço da capitania ao sul. Novas alianças iam se delineando, mesmo diante desse quadro.

O fim dos trabalhos dos jesuítas nos aldeamentos do Espírito Santo causou um novo abalo no muito agitado sistema organizacional indígena. Por sua vez, também possibilitou novos rearranjos de acordo com os interesses em jogo. A ação dos novos diretores também não proporcionou garantia alguma para os índios, já que muitos colonos eram estimulados a se fixarem entre os indígenas “mansos”. Não demorou muito, passaram a usurpar as terras dos índios e submetê-los a trabalhos forçados. Diante dessa situação, muitos índios revoltaram-se, abandonando os Aldeamentos Régios. Quando o naturalista francês Saint-Hilare esteve no Espírito Santo em 1808, relatou como a sesmaria de Benevende (antiga missão de Reritiba) estava sendo ocupada por luso-brasileiros. Segundo o viajante, os governadores do Espírito Santo, por meio de procedimentos ilegais, desrespeitavam os direitos indígenas sobre a terra. Talvez isso explique o interesse do ouvidor do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, em incentivar a sublevação indígena na aldeia de Reritiba, em 1744: Com a ausência dos jesuítas, ficaria mais fácil expulsar os indígenas, ou ainda, explorar sua mão de obra por meio justificativas que se baseavam na “rebeldia” indígena, numa

tentativa de controlar as terras destinadas à referida aldeia, que, aliás, encontrava-se em terrenos férteis.

Observa-se que, pelo menos até meados do século XIX, conquistar as terras dos índios, expulsando-os simplesmente de seu território, não era um expediente muito eficaz usado pelo governo colonial. Para que as novas áreas deixassem de ser apenas assinaladas pela cartografia, tornando-se ocupações efetivas, era muito importante o apoio dos grupos indígenas, principalmente na defesa e manutenção desses locais. No contexto colonial, tal defesa, em sua maioria, era contra outros grupos indígenas resistentes à nova lógica, apresentada pelos não índios, para não dizer imposta. Vale ressaltar que não se trata de resumir essa interpretação à história de índios que ajudaram os não índios no devassamento de suas próprias paragens. O processo é bem mais complexo. Trata-se de um esforço no sentido de melhor entender a formação do território e sobretudo do povo brasileiro no qual os indígenas ocupam um importante papel, como sujeitos ativos e não como meros apêndices do processo histórico. Ainda hoje constata-se um complexo jogo de interesses de direitos e garantias, sobremaneira daqueles ligados à questão agrária, que podem ser ou não assegurados diante da observação de sinais que remetam a uma ancestralidade indígena.

Nesse sentido, a identidade étnica adquire grande importância. Novos critérios de reconhecimento da identidade indígena, principalmente da dinâmica histórica desses povos, devem ser entendidos pelos operadores do direito e agentes do Estado, bem como por pesquisadores e educadores. Contrariando trabalhos que abordam a história indígena numa perspectiva do extermínio, pautados por dados demográficos pouco confiáveis, a chamada “emergência” indígena (crescimento demográfico indígena) de povos até então entendidos como extintos e o complexo jogo de afirmação política do qual fazem parte têm exigido um novo olhar sobre o papel do índio dentro dos processos históricos. Agora, não mais como um ator “carregado a reboque”, mas como sujeito capaz de estabelecer a história em seus próprios termos.

Em suma, ao se tratar do patrimônio jesuítico, deve-se reconhecer a importância política, social e econômica desses missionários na formação do Brasil e, em especial, no Espírito Santo. É preciso considerar que, em cada edificação jesuítica não se encontra inscrita apenas sua própria história, mas todo o contexto em que os padres se inseriam. É necessário se desvencilhar de processos de patrimonialização

individualizados, que desconsideram partes fundamentais da própria história nacional. Assim, mais do que reafirmar características físicas e a análise da arquitetura das edificações dos jesuítas, é preciso contar a história de sua atuação no Brasil. Discutir os aspectos políticos, econômicos e sociais que marcaram essa atuação se torna meio de inserção desse “legado” dos jesuítas na vida em rede, relacionada e interdependente. Assim teremos uma visão mais integrada sobre esse patrimônio cultural, que seja merecedor do seu rico passado histórico e a sua preservação no futuro.

## REFERÊNCIAS

### FONTES CITADAS

APÓS RESTAURO, imagem de Nossa Senhora das Neves retorna a santuário em Presidente Kennedy. Texto disponibilizado em 31 jul. 2017. In: AQUI NOTÍCIAS.COM. Disponível em: <https://www.aquinoticias.com/2017/07/apos-restauro-imagem-de-nossa-senhora-das-neves-retorna-a-santuario-em-presidente-kennedy/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ASSIS, F. Eugenio de. **Dicionário geográfico e histórico do estado do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 1941.

BOTOCUDOS – Wikipédia, a biblioteca livre Disponível em: [https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bc/Rugendas\\_indiobotocudo.gif&img](https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bc/Rugendas_indiobotocudo.gif&img). Acesso em: 27 dez. 2019.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ES em mapas. Disponível em:

<https://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/mapas/cat19/full/2644.jpg&imgrefurl=http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/&tbnid=OEN8nznatxPLFM&vet=1&docid=D6pgok8lqBiJNM&w=2481&h=3506&hl=pt-BR&source=sh/x/im>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FAMÍLIA de Botocudos em marcha 1834 Jean-Baptiste Debret. Disponível em: [https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3e/E11\\_p9.jpg&imgrefurl=https://pt.w](https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3e/E11_p9.jpg&imgrefurl=https://pt.w). Acesso em: 27 dez. 2019.

FESTA das Neves em Presidente Kennedy começa neste sábado (27). Texto disponibilizado em 25 jul. 2019. In: MARATIMBA.COM. Disponível em: <https://portalmaratimba.com.br/festa-das-neves-em-presidente-kennedy-comeca-neste-sabado-27/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOTOS Palácio Anchieta. In: GUIAVIAGENS Brasil.com. Disponível em: <https://www.guiaviagensbrasil.com/galerias/es/fotos-palacio-anchieta/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

IMAGEM de Nossa Senhora das Neves de Presidente Kennedy será restaurada. Texto disponibilizado em 24 mar. 2017. In: FOLHA VITÓRIA. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/03/2017/imagem-de-nossa-senhora-das-neves-de-presidente-kennedy-sera-restaurada>. Acesso em: 27 dez. 2019.

KESSEL, Carlos. Os tesouros do Morro do Castello: ouro dos jesuítas no imaginário do Rio de Janeiro. **Revista de História Regional**, v. 2, n. 2, p. 9-50, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/AppData/Local/Temp/MicrosoftEdgeDownloads/da1b3cf6-e61a-4da9-a6c5-61e28e9b97f9/68-688-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.



MILAGRE da neve. Disponível em: <https://www.mensagenscomamor.com/mensagem/507316>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MOREIRA, Leandro. **Prefeitura divulga programação da Festa das Neves On-line**. Texto disponibilizado em 27 jul. 2020. In: Em off NOTÍCIAS. Disponível em: <https://emoffnoticias.com.br/prefeitura-divulga-programacao-da-festa-das-neves-on-line/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NEIVA, Simone. À espera de uma cidade: a Igreja Nossa Senhora das Neves, da expansão jesuítica à globalização. Texto disponibilizado em jun. 2014. In: Vitruvius. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.167/5203>. Acesso em: 27 dez. 2019.

NOSSA SENHORA das Neves – Santuário Divina Misericórdia. In: Portal Divina Misericórdia. Disponível em: <https://www.google.com/imgres?imgurl=http://www.derradeirasgracas.com/images/Nossa%2520Senhora/Nossa%252026.jpg&imgrefurl=https://misericordia.org.br/?evento%3Dnossa-senhora-das-neves/&tbnid=e54F4tqf21x-vM&vet=1&docid=Y7NaISpagECSiM&w=400&h=267&hl=pt-BR&source=sh/x/im>. Acesso em: 27 jan. 2019.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo.

PALÁCIO Anchieta. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=pal%C3%A1cio%20anchieta%20arquivo%20p%C3%BAblico%20estadual&tbm=isch&tbs=rimg:Casv930wB\\_1JaYYg4KlymUYcn&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQullBahcKEwjYyY-qqNruAhUAAAAAHQAAAAAQBw&biw=1349&bih=625#imgrc=GXQIrTshsxKY6M](https://www.google.com/search?q=pal%C3%A1cio%20anchieta%20arquivo%20p%C3%BAblico%20estadual&tbm=isch&tbs=rimg:Casv930wB_1JaYYg4KlymUYcn&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQullBahcKEwjYyY-qqNruAhUAAAAAHQAAAAAQBw&biw=1349&bih=625#imgrc=GXQIrTshsxKY6M). Acesso em: 27 dez. 2019.

PURIS – Wikipédia, a biblioteca livre. Disponível em: [https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Rugendas\\_-\\_Puri.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/Puris&tbnid=Wu\\_WredT3Ye3IM&vet=1&docid=U0JnKT59GmwReM&w=647&h=800&hl=pt-BR&source=sh/x/im](https://www.google.com/imgres?imgurl=https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Rugendas_-_Puri.jpg&imgrefurl=https://pt.wikipedia.org/wiki/Puris&tbnid=Wu_WredT3Ye3IM&vet=1&docid=U0JnKT59GmwReM&w=647&h=800&hl=pt-BR&source=sh/x/im). Acesso em: 27 dez. 2019.

SOUSA, Rainer. **Jesuítas**. In: MUNDO EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/jesuitas.htm>. Acesso em: 27 dez. 2019.

## FONTES CONSULTADAS

AMANTINO, Márcia. Pombal e a expulsão dos jesuítas: um estudo de caso sobre as fazendas inacianas no Rio de Janeiro setecentista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST: IMPÉRIOS, RELIGIOSIDADES E ETNIAS, 2007, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: GM, 2007.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Anchieta e a obra jesuítica no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1999.

CONDE, Bruno Santos. **Senhores de fé e de escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo**. Curitiba, 2009.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Batista de. Aldeamentos jesuítas na capitania do Espírito Santo: ocupação colonial e ressignificação da etnicidade indígena entre os séculos XVI e XVIII. **Revista Temporalidades**, v. 6, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SPANO E SILVA, Anna Carolina. **Os passos dos jesuítas no Espírito Santo: vivências e interdependências das edificações no estado**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.